ALMEIDA NOGUEIRA

A ACADEMIA DE S. PAULO

Tradições e Reminiscencias

ESTUDANTES
ESTUDANTÕES
ESTUDANTADAS

TERCEIRA SÉRIE

S. PAULO — 1908

A ACADEMIA DE S. PAULO

TRADIÇÕES E REMINISCENCIAS

ALMEIDA NOGUEIRA, José Luiz de

A ACADEMIA DE S. PAULO

TRADIÇÕES
E
REMINISCENCIAS

ESTUDANTES
ESTUDANTÕES
ESTUDANTADAS

TERCEIRA SÉRIE

S. PAULO — 1908

PREFACIO

DAMOS hoje a *Terceira Série* das chronicas que havemos encetado sobre os tempos idos da Academia de S. Paulo, e ás quaes, até ao presente, o publico tem dado acolhimento extremamente generoso.

Para este livro solicitamos, dos que o lerem, a mesma disposição de espirito, benevola e complacente, com que foram favorecidas a primeira e segunda séries.

Della muito carece este modesto trabalho, eivado de senões na fórma e no fundo.

Para a emenda dos èrros de facto, que nos tenham escapado neste e nos livros que o precederam, daremos um *Appendice* na edição da *Quinta Série,* já em preparo; e para o mesmo pedimos desde já a coadjuvação de todos os nossos leitores.

Convém que, ao menos na parte historica, fiquem estas chronicas, em ulterior e definitiva edição, escoimadas, quanto possivel, de equivocos e inexactidões.

No mais, reportamo-nos ao que ficou explicado no prefacio da *Primeira Série* destas TRADIÇÕES E REMINISCENCIAS.

S. Paulo, Janeiro de 1908.

J. L. DE ALMEIDA NOGUEIRA.

CAPITULO I

A turma academica de 1844-48

PARTE PRIMEIRA

Grata surpresa para os leitores. — S. Paulo naquella quadra. — A viagem do Rio ou de Santos. — Aspecto da cidade. — O seu commercio e os principaes commerciantes. — Profusão de typos populares. — O *Chora-Vinagre*. — O *Manteiga*. — O *Cacorio*. — O *Venerando*. — O *Giboia*. — O *Chico Ilhéo*. — Original peça de architectura. — O Monet. — O *Fundo de Garrafa*. — O capitão Avundano. — O João Cancio. — Cacophonia e reticencia. — O eixo do mundo. — Flandres Occ. — Novo Edipo salva outra victima innocente. — O dr. Ramalho a debicar um *bicho*. — «Nos braços de Morphéa». — Mais tres anecdotas classicas. — O *Tico* expõe a cabeça para preservar o chapéo. — O parnaso academico de então. — O genero literario em voga. — *Bestialogico* de Silveira de Souza. — O *Gigante alado* de Bernardo Guimarães. — Resposta no mesmo estylo. — Saudação á estreia de Octaviano. — *Dulces reminiscuntur Argos*. — Agostinho de Almeida. — O Miguel das Almas. — Estouvamento assassino. — Uma composição literaria. — Pobre Agostinho ! — «A Vida do Estudante». — O tumulto no theatro em 1843. — Continúa com a palavra na proxima sessão.

DESTA feita, com assignalado proveito para os assiduos leitores destas *Tradições e Reminiscencias,* vae substituida a penna inhabil, que habitualmente escreve estas chronicas, pela de um mestre, pois lográmos a vantagem de ceder a

palavra nesta tribuna a uma notabilidade do nosso meio literario, como tal consagrada pela admiração dos competentes.

A que devemos o ditoso evento?

Vae sabêl-o o nosso leitor.

No justo empenho de obter elementos, que nos habilitassem a escrever sobre os bachareis formados pela nossa Academia no anno de 1848, occorreu-nos a lembrança de nos dirigirmos, para esse fim, ao eximio literato sr. barão de Paranápiacaba, contemporaneo daquella turma academica, *cujus pars magna fuit.*

Batemos a boa porta. S. ex.ª, extremamente bondoso como todos o conhecem, não se limitou a ministrar-nos os informes que solicitavamos; foi além das nossas mais optimistas esperanças, e mandou-nos, já promptos e deliciosamente temperados, todos os pratos necessarios para o festim literario que vae deliciar os nossos leitores.

Não nos resta, portanto, grato ao generoso missivista pela preciosa dadiva, senão abrirmos aspas, e, concluida esta apresentação, ceder o logar á espirituosa e habilissima penna do nosso preclaro collaborador.

«Transportemo-nos ao anno de 1839.

Este recúo do tempo de um espaço não menor de 66 annos tem por escôpo a succinta descripção do que era a cidade de S. Paulo, capital da provincia do mesmo nome, naquella epoca.

E quem escreve estas linhas é testemunha do aspecto physico e social que offerecia a heroica terra dos bandeirantes, conquistadores dos sertões e auctores de tantos descobrimentos.

Não faremos o historico da cidade de Amador Bueno e sim um esboço perfunctorio de alguns episodios humoristicos que sirvam de distracção ao espirito.

A viagem do Rio a S. Paulo fazia-se naquella quadra, por terra, em quinze dias mais ou menos, ou em barcos a vélas, que da Côrte a Santos tinham ás vezes no mar a mesma ou maior demora.

De Santos a S. Paulo o trajecto era feito pela velha estrada, denominada do *Cubatão*, e em lombo de bestas, quasi sempre manhosas, que derreavam os que as montavam, principalmente na serra, cuja picada, aberta de tempos immemoriaes, offerecia constantes perigos.

Á entrada da cidade demorava o riacho Lavapés, hoje terreno dissecado e cheio de ruas populosas. Alli, o viandante apeava-se e compunha o desalinho do vestuario, preparando-se para entrar na cidade, limpo e escorreito.

Do Lavapés ao largo de S. Gonçalo percorria-se uma ladeira de terreno avermelhado e cheio de boqueirões.

O centro da cidade estava calçado. Mas que

calçamento, santo Deus! Eram pontaletes eriçados, deseguaes, especies de *boccas de lobo,* a descoberto.

As gentis paulistanas faziam milagres de equilibrio para conservarem o seu gracioso porte e magico meneio. Pareciam sylphides a resvalarem com os seus mimosos pésinhos por sobre aquellas escabrosidades.

A cidade morria na Ponte Grande, na face de cujos colossaes pilares batiam, roncando revoltas, as aguas do Tieté, que o sopro do frio sudoeste para alli impellia.

Quantas vezes alli fui eu, em companhia de Bernardo Guimarães e Oliveira Araujo, envoltos em capa classica, ouvir a selvagem orchestra daquellas vagas!

Ao Braz seguia-se por um aterrado, que começava no fim da ladeira calçada do Carmo e, através da varzea, se desdobrava como gigantesca *boa,* até começo daquella freguezia, hoje tão povoada e para a qual se abriu novo caminho.

Da estação de Sant'Anna, via Cantareira, pude, por mais de uma vez, extender a vista para o quadro, que hoje apresenta a cidade, formando um circulo. Que differença do antigo!

Concentrava-se a faina commercial nas ruas do Rosario, Direita e da Quitanda.

Em frente á casa Santos Silva (Barão do

Tieté) que na rua do Rosario fazia canto com a Direita e olhava para o largo da Sé, havia uma pharmacia, propriedade de Lucio Manuel Felix dos Santos Capello, morador no Piques, em uma grande casa de tres andares, que ainda existe. Naquella pharmacia reuniam-se diariamente alguns lentes da Academia e outras pessoas gradas

Mais abaixo, demorava a loja de fazendas de Antonio de Paiva Azevedo e seu irmão Domingos, de quem foi tambem socio Silva Gameiro, portuguez de fina educação e versado em literatura.

Junto á casa Paiva, trabalhava o relojoeiro Fox, figura de quem se recordam algumas pessoas ainda vivas.

Abrira loja de fogos artificiaes naquellas immediações Manuel Joaquim da Paixão Teco.

O commercio francez, embryão do de hoje, era representado por Estevam e Celestino Bourroul, negociantes de bom gosto, cuja descendencia honra a sua memoria.

Num sobradinho fronteiro a João Vicente de Brito, morava um dos individuos mais singulares da epoca. Era conhecido por Manuel da Silva Cruz, e cujo irmão, alcunhado Caquito, trafegava em armazem de molhados em frente ao hospital do Carmo.

De Manuel Cruz era filho Joaquim da Silva Cruz, moço de agudo espirito que se formou em direito e findou desastrosamente.

Vagavam pelas ruas uns poucos de typos de baixa esphera, dados á embriaguez, como o *Chora-Vinagre,* o *Manteiga,* o *Cacorio* e varios outros.

O *Chora-Vinagre* figurára de galan em theatrinhos particulares e recitava trechos dramaticos, entre os quaes preferia o de — Pedro Crú — de *Ignez de Castro.*

Certo dia, em que entrára demais pela cachaça, levou a filha nos braços, debruçou-se á ponte do Tamanduatehy, e, depois de declamar uma fala do seu repertorio, exclamou: — «Pobre filha! Se has de crescer para seres desgraçada como teu pae, é preferivel que morras!»

E atirou ao rio a misera creança.

Salvaram-na; mas o receio do velho tinha fundamento. A *Chorinha,* como a chamavam, engrossou a fileira das mulheres desmoralizadas.

O *Manteiga,* quando se achava com *dois dedos de grammatica,* o que lhe acontecia quasi todos os dias, prégava, em voz estentorica, sermões caricatos; entoava, rouquenho, hymnos em cantochão e recitava jaculatorias.

E a policia não o incommodava, deixando, entretanto, que elle incommodasse o proximo.

O *Cacorio* era um caboclo magro e pernalto, da chacara do Baruel, vestido de uma cami-

sola por cima da ceroula de algodão, chegando esta apenas aos joelhos esqueleticos.

Vendia garapa ou melado. — *Cacorio!* — gritava-lhe a garotagem. Agora o vereis. Rompia numa descompostura rasa, em que o velho apregoador exhauria o vocabulario dos maiores desafôros, deixando bem convidado o poviléo.

Havia ainda o *Venerando*.

Este fôra empregado numa irmandade. Enlouqueceu. Embuçava-se num capote de barregan nas horas de maior calor e começava a dar gritos descompassados. Quando alguem chegava á janella, para dar fé do que se ia passando, dilatava as bochechas com os dedos, fazia esgares medonhos e ameaçava os curiosos com um aipim monstro, escondido sob o capote.

Giboia, sobrinho do conego Leão, com quem eu e o Olegario apprendemos latim, era um sujeito baixo e atarracado.

Envergava, habitualmente, uma levita de fazenda sarapintada, sahindo com ella á rua; de pé no chão, levantava as taramellas ás portas dos corredores, e, penetrando no interior das casas, dizia: — «Venho aqui mostrar o meu corpo, para que vejam quanto eu sou bem feito. Meu umbigo, sobretudo, é um modelo de perfeição; parece feito a torno».

E erguia a encebada levita.

Era quasi sempre empurrado a pontapés, e, uma vez, levou nas costas valente arrochada.

Para completar a série de exquisitos, mencionarei o Chico Ilhéo, nome que davam a Francisco Gomes Netto.

Era este individuo estabelecido ao largo da Sé com pequeno armazem de vinhos, em cujo interior dormia.

Só accendia fogo para aquecer o almoço, que consistia em café e pão, comprado aos vendedores ambulantes. Jantar era coisa que nunca se vira naquelle cubiculo, pois costumava servir-se delle em casa do bispo D. Manuel, do bispo eleito Antonio Maria de Moura, do conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz e do capitalista Antonio José Ribeiro da Silva.

Professava-lhe eu certo respeito, pois que o meu professor de latim frequentava-o todos os dias.

Netto não sabia ler nem escrever; possuia, porém, prodigiosa memoria dos factos e das pessoas, citando com exactidão datas e nomes.

Um dia, ao dirigir-me eu para a aula, elle, que me conhecia de casa do Ribeiro da Silva, chamou-me ao armazem:

— São horas de licção — accudi.

— Não faz mal. Eu falarei ao padre-mestre. Bocê bae escreber-me uma carta.

— Para quem?

— Pr'o Moura. Sente-se.

E entrando a passear, de mão na calva, como quem pedia inspiração ao cerebro:

— Escreba lá: «Amigo Moura, birgula...

— Homem, essa! Virgula depois do endereço! É novidade.

— Diga-me uma coisa. Bocê é quem dicta ou quem escrebe?

— Sou quem escreve, mas não despropositos.

— Despropositos, menino! Eu posso ensinar a letrados, quanto mais a um estudante. Bamos: «S. Paulo, 29 de fev'reiro...»

— Olhe que hoje é 1.º de março, pois o anno não é bissexto.

— Bocê não sabe o que diz. Agora, ponto e birgula. «Esta é a primeira que te escrebo e da qual ainda num tibe resposta. Dizem-me que tu te bens na *Chiquinha* (*Chiquinha* era uma sumaca). Si bieres, acredito, si não bieres, num acredito».

Muito tempo guardei o rascunho desta singular carta, que provocou de muita gente francas risadas.

Um dia, jantando o homem com o Moura, disse-lhe:

— Este binho rasca na guélla. Bou mandar-te do meu.

Mandou, é verdade, mas acompanhado de uma conta salgadita.

Quando o Netto percebia que o seu hospe-

deiro estava aborrecido daquelle parasitismo diario, mudava para outra casa, falando mal do amphytrião, que deixára.

Suppunha-se que elle tinha alguns contos de réis. Dizia, quando a isso alludiam:

— O Pedreira está persuadido de que me ha de apanhar os cobres. Engana-se. És tu quem me ha de herdar. .

E da collocação do pronome nesta phrase resultava um sordido cacophaton, além da injuria irrogada ao caracter dos cavalheiros, de quem era commensal.

E já que estou no pendor dos casos joviaes, narrarei o que se passou numa sessão da Loja Amizade, de que era veneravel João Dabney de Avellar Brotero.

Tinha troado uma tempestade no recinto do templo. Um dos irmãos, cujo nome não declino por motivos justos, pediu a palavra e assim falou:

— Irmão Veneravel. A questão se tem tornado summamente *ringida;* os irmãos estão prestes a *succumbirem-se* uns aos outros, e eu levanto-me para dizer, *primeiro que nada,* a minha opinião. O irmão Veneravel, esse *futuro de esperanças,* esse Salomão paulista...

O orador não poude continuar, pois um côro de applausos abafou-lhe a voz. Serenaram-se os animos excitados, e tudo acabou num geral amplexo maçonico.

Não passarei em silencio o nome de Antonio José Monet, velho desequilibrado, que se imaginava um D. Quichote moderno, e que os estudantes mineiros acolhiam em casa para divertil-os.

A Dulcinéa daquelle maniaco fôra baptisada em Balbina. A cada passo recitava elle, enthusiasticamente, estes versos, que julgava sublimes:

Paulicéa sublime! O raio atira!
Ufano hoje o Congresso se remonta;
Além dos astros a liberdade vive
Com Balbina que aurea luz desponta...

Outro vate engraçado era Candido Augusto de Vasconcellos, a quem chamavam *Fundo de Garrafa,* por não possuir a exuberancia de certas fórmas, pelas quaes se celebrizou a Venus Callipygia Hottentote.

Entre os versos de carregação daquelle original figura este

Celeste abobada, de capim forrada.

Costumava Vasconcellos imitar o berrar do bóde, e acalcanhava fortemente o botim do pé esquerdo.

Um dos estudantes, de quem se dizia amigo, escreveu-lhe esta satyra:

Se vires um grandissimo idiota,
Pisando o sêcco chão co'a torta bota,
Se o ouvires berrar, qual berra o bóde
Quando, faminto, á milharada acóde,
Promptamente dirás: Oh! safa! safa!
Que está presente o *Fundo de Garrafa.*

2

Ja-me esquecendo mencionar, entre os poetas burlescos, o capitão reformado Domingos Cyriaco Avundano.

Morava elle, pelos annos de 44 e 45, á rua das Flôres, na casa occupada depois por Antonio Maximo Ribeiro da Luz.

Um estudante, Joaquim Tito de Pinho Lima, talentoso, mas ultra-vadio, frequentava-o e delle obtinha recitativos, como o seguinte:

O fogo do meu coração
Tem tornado o clima desta cidade
Muito de melhor estação.
Isto, que eu digo, é uma verdade,
Dicta com toda a razão.

Ou este outro:

Oh que linda barboleta!
Que finas, pittorescas, delicadas e
variegadas côres que ella tem!
Que me dera apanhar ella,
Para dar ella a meu bem!

No dominio da bestiologia emerge, dentre seus pares, certo João Cancio, a quem o professor de theologia moral interrogava sobre a definição de — scisma.

— Scisma — respondeu João Cancio — é como, por exemplo: Eu sou inimigo do sr. Britto, que me jurou a pelle. Sáio da aula e vejo-o alli na esquina da rua do Rosario apoiado num pau. Elle fita-me. Eu, porém, já resabiado, *scismo* que elle

me quer quebrar o canastro, e fujo. Está ahi o que é scisma.

Um dia levanta-se um estudante, o qual tomára assento na frente do outro, que estava dando licção. Este cala-se, e não foi possivel continuar.

—Eu bem andava scismando!... Por isso é que elle não baixou os olhos para o livro; tinha a papasinha prompta.

O caso era que o estudante havia pregado com um alfinete, na gola do fraque do que lhe ficava no banco de deante, um papel em que estava escripta a licção do dia, a cuja leitura corrente procedia.

Outro typo, que vive nas tradições academicas, é aquelle que respondeu com uma dissonancia ao professor de historia, que lhe perguntou:

—Por quem foi edificada a cidade de Roma?

Rindo-se a aula do cacophaton, contido na resposta, elle, de novo interrogado, respondeu:

—Por *(fez aqui uma pausa, tossindo)* Romulo.

—Porque essa parada? Ha alguma virgula entre *por* e *Romulo*?

—Não, senhor. É para evitar o *cacaphatão*.

Esse estudante era meu vizinho. Viu, certo

dia, na minha mesa de estudo, uma esphera armillar:

— Como está enferrujado o eixo da terra! — exclamou.

— Você sabe que estes globos devem representar com exactidão o estado do nosso planeta. Ora, este já conta milhares de seculos. Está bem velho. Quando menos se esperar, esse eixo carcomido estala, e eis as pobres terricolas a rolarem pela immensidade do espaço...

No dia seguinte, vae o homem a meu *ubi;* mas, sorumbatico e soturno:

— Sabe que não preguei olho?

— Porquê?

— Levei a pensar na possibilidade, ou antes, probabilidade da catastrophe que v. hontem me figurou. Quem sabe se não será breve?

Cinco annos, depois, tive de examinál-o em Geographia. Havia sido reprovado quatro vezes nessa materia.

Sahiu-lhe em sorte o ponto — *Hollanda e Belgica.*

— Como se divide esta região que se chama Flandres?

O homem olha para o mappa e vê em lettras garrafaes «*Flandres Occ.*» e «*Flandres Or.*» (abreviações conhecidas de «*Occidental*» e «*Oriental*») e responde com o maior aprumo:

— Divide-se em Flandres *Occ.* e Flandres *Or.*

O Amaral Gurgel esbugalhou os olhos e trocou com o Ribas significativo sorriso. Toquei com o meu pé o examinando e repeti a pergunta.

— Já disse — insistiu elle. — É Flandres Occ. e Flandres Or.

— Vamos adeante. Que notabilidade tem este rio (o Rheno) que desagua no Zuiderzée?

— O Rheno? É celebre pelos *importantes* queijos que *exporta*.

— Estou satisfeito.

Custou-me obter a approvação do homem.

O Gurgel fizera durante o exame a seguinte charada:

Afflijo a quem me levanta
E aos livreiros dou cuidado. — 1
Não pode haver pão se o trigo
Não fôr em mim escoimado. — 2
Conceito
Bata eu de leve ou de rijo,
A quem me levanta afflijo.

— Approvo o monstro — disse-me na occasião do julgamento, o presidente — se o senhor me der a palavra da minha charada, que ainda não decifrou.

Pensei alguns momentos e murmurei-lhe ao ouvido a decifração.

Fiz questão de amizade. O Ribas recusou o voto favoravel.

— Pois eu hei de habilitar para a magistratura ou advocacia a quem me diz que o mais

notavel dos califas de Cordova foi o Aben-Afan, amante de D. Branca? Nunca!

Tinha elle razão. Nomeado juiz municipal no Paraná, o homem deu por paus e por pedras, e era objecto de zombaria do povo, a quem predizia chuva ou sol, errando quasi sempre o prognostico.

O conselheiro Ramalho dava, a pedido, algumas licções de philosophia a alumnos como José Antonio Saraiva e Dutra Rocha.

Quando queria imprimir nota comica á scena, chamava á licção o Flandres Occ. Versava, um dia, a discussão, em metaphysica, sobre a existencia de Deus.

—Senhor Fulano, queira definir Deus.

—Muitos e diversos auctores teem dado differentes definições de Deus. Nenhuma dellas, porém, explica o objecto definido. Na minha opinião, quem define melhor o Ente Supremo é a Biblia: «Deus é aquelle que é.»

—Ora, vejamos—diz o conselheiro Ramalho. —Esta boceta de rapé não é aquillo que é? Logo, esta boceta—é Deus!

—Não, senhor! V. ex.ª está sophismando. Esta boceta é material e Deus é immaterial.

—É esta a unica differença?

—A unica, sim, senhor.

Não pudemos manter-nos sérios; o proprio Ramalho, grave e sisudo, fez côro comnosco.

Mais duas anecdotas do Flandres Occ.

Estava elle um dia a ler um ridiculo soneto, de sua lavra, que assim começava:

> Nos braços de Morpheu recostada,
> Dormia minha irman na cama sua.

— Que é isto? — diz-lhe o irmão, que era da mesma fôrça intellectual. — Pois tu pões a nossa irman nos braços de um homem, que não é seu marido, pae ou irmão?

— Tens razão. Errei.

E, pegando na penna, escreveu alguma coisa.

— Agora, ouve, que has de gostar. — E leu:

> Nos braços de Morphéa recostada,
> Dormia minha irman na cama sua.

Perguntou-lhe um dia o Ribas:

— Qual é o monarcha da Hespanha?

Elle, olhando para as notas que o mappa de Dufour trazia em cada carta geographica, leu — Izabel — e respondeu:

— Não me consta que haja, actualmente, monarcha na Hespanha.

— Como? Não é monarchia o governo da Hespanha?

— É.

— Está vago o throno ou ha regencia?

— Não, senhor.

— Pois então, não entendo.

— Não ha monarcha, e sim monarchissa, porque reina uma mulher...

Tableau!

A instigações do conselheiro Gurgel, perguntei a um examinando:

— Que coisa é o manná que Deus mandou aos Israelitas, no deserto? Em que categoria de meteóros pode ser incluido?

— O manná era uma fructa, e purgativa, que poz os Hebreus a tinir.

A outro interrogou o professor:

— Qual é o fim da Arithmetica?

O rapaz, que não sabia patavina, foi folheando o Bézout, e, depois de examinar a ultima pagina, respondeu:

— O fim da Arithmetica é o index.

— O das gallinhas ou o dos livros prohibidos?

— Não sei — volveu o examinando.

O *Tico* era um dos continuos mais velhos da Academia. Tinha uma perna mais curta que a outra.

Comprára uma cartola nova. Surprehendeu-o a chuva, quando elle fronteava o cruzeiro. Tirou o homem o chapéo, para que não se estragasse, e, para dar uma apparencia de justificação ao acto, começou a coçar a cabeça com frenesi, atravessando o espaço, que ainda lhe restava para alcançar a portaria.

A rapaziada ria a mais não poder.

Entre os poetas da Academia occupavam distincto logar Octaviano, José Bonifacio, Bernardo Guimarães e seu irmão (depois vigario de Araxá), Oliveira Araujo, Silveira de Souza e o mallogrado Alvares de Azevedo.

Martim Francisco, de genio alegre, falava-nos de um vate de Santos, que compoz uma quadra onde se injuriou por fôrça da rima.

Era esta:

O homem, que não é dotado
De exemplar procedimento,
É uma besta ou jumento,
Tal qual este seu creado.

Repetia Martim a cada passo esta copla, fazendo-a seguir por esta outra do mesmo auctor:

Meu Maneco, meu major,
Commandante de creaturas,
Sejam vossas verdades puras
Neste paiz de nojór.

Estava em moda a poesia, mais tarde conhecida por *pantagruelica,* que consistia em dizer disparates, sabendo-se que o eram: o que exigia agudeza suprema de espirito.

José Bonifacio era o maior apreciador dêste genero literario, o mais difficil de todos. Possuindo maravilhosa memoria, fizera provisão de muitas dessas preciosidades.

João Silveira de Souza, talento poetico de primeira ordem, e do qual exhibiu magnifica amostra no livro — *Minhas Canções*, infelizmente perdido, escreveu este *bestialogico*, que muita gente decorou:

— «Deus é filho do homem; porém, quem não é homem não tem pae; logo, Deus foi creado. Logo, existe Deus, porque todas as pedras são feitas de diversas combinações de factos historicos, como diz o celebre Carlos Magno de Chumbo, montado num cavallo de mingáo.

Ora, se a alma humana é uma porção de cangica, escapada dos vulcões da lua, quando esta brigou com o marquez de Paranaguá, segue-se que, a não existir Deus, a humanidade não passaria de um homem de estatura mediana, com uma bengala de ferro de seis leguas de grossura, tendo um avestruz na ponta. Logo, existe Deus, todo cheio de attributos de bronze e rodando o globo na ponta do pé, da mesma fórma que a cidade de Biscaya oscilla sobre um rochedo do tamanho de um dente de gallinha, que lhe serve de fundamento razoavel.»

Bernardo Guimarães offereceu-me este soneto:

Eu vi dos pólos o gigante alado
Sobre um montão de pallidos coriscos,
Sem fazer caso dos bulcões ariscos,
Devorando, em silencio, a mão do Fado.

Quatro fatias de tufão gelado
Figuravam da mesa entre os petiscos,
E, envolto em manto de fataes rabiscos,
Campeava um sophisma ensanguentado.

«Quem és, que assim me cercas de episodios?»
Pergunto-lhe com voz de syllogismo,
Brandindo um facho de trovões serodios.

«Eu sou, responde, aquelle anachronismo,
Que a vil cohórte de sulphurios odios
Metteu da Gavea no profundo abysmo.»

Respondi-lhe com o seguinte:

Era no inverno. Os grillos da Turquia,
Sarapintados qual um burro frito,
Pintavam com estolido palito
A casa do Amaral e Companhia.

Amassando um pedaço de harmonia,
Cantava o «Kirie» um languido cabrito,
E fumando, raivoso, enorme pito,
Pilatos encostou-se á gelosia.

Eis, subito, no céu troveja um raio;
E o pobre Ali Pachá, fugindo á chuva,
Monta, depressa, num cavallo baio.

Passando, aperta a mão de um bago de uva,
E, vendo que já estava em fins de Maio,
Pavido calça de Petrarcha a luva.

Não era Octaviano affeiçoado a esta fórma de gracejo poetico, e nem sequer suspeitavam de que elle fizesse versos, quando, em certa manhan,

lemos, enlevados, num dos *jornaes* paulistanos, a formosa poesia que começa:

Adeus, minha vida,
Vida sem prazer:
Fruir-te não posso.
Adeus; vou morrer.

Travei logo da penna e produzi este improviso, que lhe fui levar pessoalmente:

Bem como brota, de mil graças cheia,
Planta que sob a terra se escondia,
De suave fragrancia enchendo o éther
Em fresca madrugada,

Tal, oh Rosalio, abrolha o teu engenho,
Que em véo mysterioso se escondia,
As trevas fende e, altisono, cantando,
Ao Pindo se remonta.

Brasil ditoso que, em teu gremio fertil,
Tantos has produzido egregios filhos,
Mais em Rosalio, mais num vate augmenta
Tua ufania e gloria.

Possas—novo Camões—erguer á Patria
Um monumento em nacional poema.
E que eu de longe, pelo espaço ethereo,
Te siga o vôo altivo.

Quando esteve no Rio de Janeiro o insigne escriptor Ortigão, offereceu-lhe um banquete o saudoso Ferreira de Araujo. Estavamos reunidos, á esquerda do obsequiado, Saldanha Marinho, Machado de Assis, França Junior, Octaviano e eu.

Recordando Octaviano a nossa vida da Academia, rogou-me que lhe repetisse aquella saudação. Fiz-lhe a vontade. Enterneceu-se, abraçando-me.

E logo, erguendo a voz, recommendou attenção, porque eu ia falar. Foi uma surprêsa. Não me havia eu preparado para brindar Ortigão. Obedeci, porém, e soltei o dique á torrente dos logares communs.

Octaviano, todavia, classificou de *brilharetur* aquillo, que me pareceu *fiasco*.

Fomos amigos emquanto vivemos esta vida agitada de homem publico. Nunca um de nós faltou ao outro nas occasiões incertas.

Resta-me falar de uma individualidade, que appareceu em S. Paulo em 1840 e com a qual travei estreitas relações. Refiro-me a Agostinho Gonçalves de Almeida.

Era portuguez e morava no palacio do bispo D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade. Dedicou uns versos ao coronel Raphael Tobias de Aguiar, chefe da politica adversa á daquelle prelado. Foi por este despedido. Abriu uma escola de primeiras letras numa casa, que ainda existe, á rua da Cruz Preta, e onde mais tarde residi com o meu amigo dr. João Nepomuceno de Souza Freire.

Um dos alumnos do Agostinho era certo Mi-

guel, irmão de um tal Luiz das Almas, negociante de seccos e molhados, á rua de S. Bento. O Miguel, chegado recentemente das Ilhas, conservava a pronuncia cerrada do paiz dos *taimancos* e *dai auga.*

— Tem assucar para vender?—perguntou-lhe um dia o professor.

— Quer do *mascabo* ou do *rudondo?*—inquiriu por sua vez o Miguel.

Era estupido e brutal, a mais não poder ser; mas professava para com o Agostinho a fidelidade de um cão.

Agostinho formou-se e praticou no escriptorio do desembargador Joaquim José Pacheco.

Ambicionando scenario mais largo, transportou-se para a Côrte. Ahi foi atacado pela febre amarella.

Soffrendo longa e forte syncope, julgaram-no morto e foram chamar o armador. Este bateu á porta. Acudiu o enfermo, que recobrára os sentidos.

—Não foi aqui que falleceu um moço de nome Agostinho? Venho para os preparos do entêrro.

Faça-se idéa do abalo, que sentiu o moribundo! Momentos depois tornou-se cadaver.

Poeta de raça. Publicou a *Moura encantada,* romance em verso no genero da *Adosinda* de Garrett, e outro poema romantico, cujo protagonista é Thomaz Antonio Gonzaga.

Pena é que não sejam conhecidas, quanto o devem ser, estas producções de alto merito, cuja edição supponho exgottada.

Tenho de cór esta poesia, prova de sua amizade e que publico para dar uma idéa do seu estro:

Póde, Alcino, a desgraça atormentar-me;
Vibrar-me ao peito acicaladas settas,
Settas molhadas no veneno acerbo
    Da apaulada Styge.
Compresso o coração da dôr no affôgo,
Póde apertál-o na sua mão de bronze,
E, rindo-se, cravar-lhe o azedo esgalho
    Ferrenho, dos pezares.
E ainda assim, tem poder mui definito,
Se o ente, contra quem seus tiros lança,
Sente os brandos enlevos da amizade
    Nos braços de um amigo.
Se como eu comtigo, amado Alcino,
Inda suaves emoções o agitam
E sem rubor na face, o nome observa
    Junto ao quadro de Pylades,
Não ha desgraça, então, cuja potencia
Impida que do céo desçam momentos,
Rapidos, sim, porém que em nada invejam
    A alegria dos numes.
Enchendo a taça do vetusto Baccho,
Que, almo, desterra da tristeza as sombras,
Vem ameno prazer, vem dôce jubilo,
    Co'o recordar do amigo.
Tu és o nume, oh candida amizade,
Que desarmas a furia do Infortunio
E obrigas doce riso assome aos labios
    De Alcino e de Agostinho!

Pobre Agostinho! Viveu para soffrer. Talvez seja eu o unico que delle me lembre e que sagre á sua memoria uma verdadeira saudade!

Quando perdi minha mãe, deu-me de coração o mais sincero, o maior conforto.

Deus o tenha acolhido.

A proposito da *Vida do Estudante,* versos cantados em certa melopéa, que depois vi adaptada á *Vida do Marinheiro* em uma peça de Cesar de Lacerda, parece que essa canção foi composta por Antonio Augusto de Queiroga, poeta mineiro, auctor da ode *O carrasco.*

Outros attribuem-na a Salomé de Queiroga.

Bernardo Guimarães, com quem intimamente convivi, assegurou-me que era de Antonio Augusto.

O conselheiro Joaquim Caetano da Silva Guimarães, irmão de Bernardo Guimarães, não era poeta, e, interpellado por mim, rejeitou a paternidade daquella composição.

Outro ponto, sobre que posso dar testemunho *de visu,* é o do tumulto que houve no theatro em S. Paulo, e no qual tão ridicula figura fez o coronel Joaquim José Luiz de Souza.

Eu estava ao lado de Martim Francisco, quando o presidente, ao vêr que a tosse dos estudantes redobrava, apostrophou a platéa, apodando de *picaros* os pretensos perturbadores da ordem.

—Nem tanta generalidade! — disse o Martim.

Foi então que o furor do coronel Souza che-

gou ao auge; foi então que elle rompeu em vociferações, parecendo dirigir um repto aos estudantes.

Devera o presidente deixar que a policia tomasse as providencias necessarias á manutenção da ordem, se é que alguem tentasse alterál-a, e não intervir pessoalmente na questão, como o fez, e de modo tão inconveniente.

A auctoridade policial, presente ao espectaculo, reunia as condições necessarias para pôr termo ao conflicto.»

Com a devida venia, interrompemos aqui a interessante e espirituosa narrativa do nosso illustre collaborador. É este o ponto azado da transição para o segundo capitulo desta chronica; pois que, daqui por deante, passa o chronista ao estudo analytico do pessoal da turma academica, na qual brilhantemente fulgiu a sua distincta personalidade.

CAPITULO II

A turma academica de 1844-48

PARTE SEGUNDA

Verdadeiro necrologio. — Agostinho da Gama. — Perdigão Malheiros. — O trombeta do pelotão. — Nas arcadas e na vida publica. — Maximo da Luz. — *Deus nobis hæc otia fecit.* — Balthazar Sodré. — Busch Varella. — Gracejos de um collega. — Deserto populoso! — Dados biographicos. — Velho da Veiga — Aguiar de Andrada. — Seu velho pae. — Uma do repertorio do Martim. — O *sonho* da cerimonia. — Discipulo do Barão de Penedo. — Salles Rosa. — Suas exquisitices. — Cepellos. — «Qual Pitt nem meio Pitt»! — Ás voltas com o Pinto Junior. — Silveira da Motta. — Ribeiro Mendes. — Isidro Borges Monteiro. — Bernardes da Cunha. — Casal de turrões. — Joaquim Delfino. — Carvalho Pinto. — Denuncia de heresia. — Outro *qui pro quo.* — Responder *quand même.* — Broterada fructificando. — Alexandrino de Moura. — Frances macarronico. — Ultimos dados. — Almeida Arêas. — Uma pandega em Santo Amaro. — Fernandes de Barros. — Manuel Amaral. — Olegario. — Syllabada *equina.* — O *realejo* da Justiça. — Poesia paterna. — Trigo de Loureiro. — Reminiscencias classicas. — Energica repulsa. — Paulo do Valle. — Paixão romantica. — Composições literarias. — Dutra Rocha. — Segundo tomo de Rabelais. — Seu retrato. — Pilhado, afinal! — Terrivel canicidio. — Epilogo sentimental. — Fecham-se as aspas. — Um enigma. — Cardoso de Menezes. — *Nascuntur poetæ.* — Traços biographicos. — Tres phases da sua evolução. — Titulo sesquipedal. — Descarrilamento impossivel. — Velhos a brincarem. — Duello em perspectiva. — Uf! Desfaz-se o pesadêlo!...

CONTINÚA com a palavra o nosso illustre collaborador, Barão de Paranapiacaba.

Quanto a nós, somente collaboraremos nas notas e no final do capitulo:

«Dos vinte e cinco, que tomaram o grau de

bacharel em 1848, só restam dois: José Mauricio Fernandes Pereira de Barros e João Cardoso de Menezes e Souza.

Façamos o necrologio dos vinte e tres, que desappareceram dentre os vivos, e de permeio a biographia do Barros.

AGOSTINHO LUIZ DA GAMA. — Natural de Matto Grosso, filho de José Joaquim da Gama.

Alto, cheio de corpo, barba rara, sem bigode, testa estreita, que não condizia, physiologicamente, com a intelligencia revelada desde os bancos academicos.

Exerceu cargos elevados na magistratura, como os de presidente da Relação de S. Paulo e de chefe de policia da Côrte.

Um dia, ouvi que elle repellia com dignidade a excentrica pretenção de um ministro de Estado.

Queria esse homem, a quem Gama devia algumas finezas, que fosse chamada á Policia uma senhora e intimada para mudar o appellido, porque era o nome da familia do exigente membro dos Conselhos da Corôa.

Foi casado com pessoa da familia Silveira da Motta.

E' fallecido. (1)

Seu filho é professor distincto.

(1) A 25 de fevereiro de 1880. Era sogro do ex-senador federal por Matto Grosso, dr. Aquilino do Amaral.

AGOSTINHO MARQUES PERDIGÃO MALHEIROS. —Natural de Minas Geraes, filho do antigo e respeitavel magistrado do mesmo nome.

De estatura regular, casado, olhos cheios de vivacidade, desveladamente barbado.

Chegou a S. Paulo em 1843 com Carlos Arthur Busch Varella, José Mauricio F. P. de Barros, José Carlos de Almeida Arêas, José Alexandrino Dias de Moura e Francisco de Salles Rosa, como elle formados no Collegio de Pedro II.

Era muito applicado e pouco sahia á rua.

Quando nos dirigiamos para a aula, José Alexandrino Dias de Moura collocava-o á frente do pelotão academico, dizendo-lhe:

— Ó Perdigão, toca trombeta!

E iamos marchando traz elle, marcialmente, até que se ouvia do Moura a voz: «Alto!», signal de debandada.

Perdigão prestava-se, de boa mente, a estas brincadeiras, e vivia comnosco na santa paz do Senhor.

Seus cadernos de apontamentos andavam de mão em mão para o estudo das licções.

Formado, fixou residencia no Rio de Janeiro, onde abriu escriptorio de advocacia, que era muito frequentado.

Nomeado procurador dos Feitos da Fazenda

Nacional, publicou um *Manual,* ainda hoje guia para os que exercem aquelle logar.

Foi um dos jurisconsultos que mais estigmatizaram em seus tratados e pareceres o captiveiro dos africanos. Votou, porém, quando deputado, contra a emancipação do ventre, sob allegação de que a medida proposta pelo Visconde do Rio Branco não era a que deveria ser adoptada.

Elevou e deu impulso ao Instituto da Ordem dos Advogados.

Era cunhado do conselheiro Eusebio de Queiroz. (1)

ANTONIO MAXIMO RIBEIRO DA LUZ. — Mineiro, natural de Christina; filho de Bento Ribeiro da Silva.

Estatura commum, pouca barba, bigode escasso; moreno.

Estudante regular.

Formado, entrou na magistratura. Não teve longa vida.

Era irmão do conselheiro Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.

Temperamento lymphatico. Difficilmente o arrancavam da sua apathia.

---

(1) Nasceu na cidade da Campanha, a 5 de junho de 1824. Foi na Academia estudante distinctissimo e exerceu o cargo de bibliothecario. Defendeu theses e obteve o grau de doutor. Falleceu no Rio de Janeiro a 8 de junho de 1881.

Morava elle á rua das Flores numa casa que foi posteriormente propriedade e residencia do conselheiro Amaral Gurgel.

Numa quinta-feira, dia de descanço academico, fui visital-o.

— Antonio Maximo, vim convidar-te para fazermos uma *falada*. Veste-te depressa. O dia está bonito. Vamos dar um passeio á chacara do Bispo, no Braz.

Antonio Maximo não pestanejou. Continuou a fumar tranquillamente a ponta de cigarro, que se me afigurava estar fazendo officio de *brûle-gueule*.

— Então! Anda dahi! Deita fóra a preguiça!

E, com effeito, elle espreguiçava-se naquelle momento com a voluptuosidade de um gato.

— Ora, meu amigo! Deixa-te de passeio! Não vês como o sol chammeja? Ouve! Lá está uma cigarra a cantar no quintal.

— Que temos com a cigarra? Nasceu para festejar o estio.

— É signal de chuva.

— Homem, essa!

— Estou aqui tão a gosto! Não! Não vou arriscar-me a apanhar alguma febre no Aterrado!...

E deitou-se, murmurando entre bocejos:

— *Deus nobis hæc otia fecit*...

Tive de ceder.

Hora e meia depois, desabou sobre a cidade uma horrivel trovoada, seguida de chuva torrencial.

— Então! Que te dizia eu? Estariamos agora arranjadinhos! Nada de abandonar o meu *fare niente*. Você, que tem quéda para poeta, immortalize-se escrevendo um *Poema á Preguiça*. (1)

BALTHAZAR DE ABREU CARDOSO SODRÉ. — Fluminense, filho de Balthazar de Abreu Cardoso Sodré.

Estatura mediana, cabelleira negra, sem bigodes.

Estimado dos collegas por sua correcção de maneiras e polidez nunca desmentida.

Dava aos estudos a applicação ordinaria.

Grande e perito caçador, obsequiava os amigos com os fartos productos dos seus exercicios venatorios.

Era um moço correcto e exemplar em tudo, tanto como é seu irmão o dr. José Balthazar de Abreu Cardoso Sodré, que vive no interior de S. Paulo, sem dar noticias suas a *ninguem*, nem mesmo aos amigos do peito.

CARLOS ARTHUR BUSCH VARELLA. — Flumi-

(1) **Falleceu na cidade da Campanha, a 5 de dezembro de 1871. Seguiu sempre a magistratura e nessa carreira se assignalou pela illustração, intelligencia e inexcedivel probidade. Foi juiz de direito em Baependy e na Campanha.**

nense, filho do dr. Luiz Nicolau Fagundes Varella, que foi lente da Academia de S. Paulo.

Falleceu no Rio de Janeiro, ha cerca de um anno, na edade de 81 annos. (1)

Bacharelando-se em letras no Collegio de Pedro II, que frequentou desde 1843 (anno em que fôra fundado pelo finado Imperador, de quem houve o nome e sob cuja protecção floresceu), attrahiu, por seu talento e applicação, de que deu muitas provas, a attenção dos professores e as sympathias do monarcha, que sempre o distinguiu.

Quando se matriculou no primeiro anno juridico, já havia publicado o romance *Um roubo na Pavuna.*

Referindo-se a esta producção da primeira juventude, o sarcastico Candido da Silveira Rodrigues, um dos seus collegas, que ainda hoje exerce a advocacia em Nova Friburgo, mettia-o sempre á bulha, dizendo-lhe:

— Anda cá, Modarra! Vem a meus braços, oh auctor do *Roubo da Pavuna!*

— Modarra é um dos personagens dos *Sete Infantes de Lara,* dramalhão muito em voga ao tempo do famoso actor brasileiro João Caetano dos Santos. Essa figura (a do Modarra) o nosso

(1) A 17 de setembro de 1905, maior de 80 annos; pois nascera a 7 de março de 1824.

Varella encarnou-a numa representação particular, dada pelo corpo academico em S. Palo.

O Varella carregava um tanto nos *erres* e o Candido levava o arremedo desse defeito do collega a tal ponto de ridiculo, que excitava hilaridade.

Muito se aprazia o Varella em dar passeios a pé pelos suburbios da Paulicéa. Ficava por vezes immovel, talvez em longinquas divagações de espirito, a contemplar a pittoresca paizagem que se lhe extendia deante dos olhos.

Perambulando com um parvalhão, pelas immediações da Ponte Grande, disse elle:

— Que linda posição para por ella se extender a cidade!

— Sim — respondeu-lhe o outro — mas é tão deserto!

Varella, logo apoz formado, veiu praticar no Rio de Janeiro, no escriptorio de Carvalho Moreira, depois Barão de Penedo, que era então um dos mais conceituados advogados do nosso Forum, e de quem ouvi, na cidade de Santos, eloquentes discursos, que elle proferia com animada gesticulação e enthusiasmo, alcançando quasi sempre a absolvição dos réos que defendia.

Transferiu Varella a residencia para a villa do Rio Bonito, onde começou a occupar com brilhantismo a tribuna do jury.

Mudando-se para a Côrte, foi applaudido com fervor, obtendo victoria nas causas mais difficeis, como a do dr. José Mariano e outras.

Raras vezes se ha visto orador tão eloquente e habil na argumentação. Ninguem mais do que elle conhecia o segredo de abalar os animos e nelles gerar a persuasão, que se traduzia em *veredicta* favoraveis aos que, vindo á barra do tribunal, sob o peso de uma accusação que parecia provada, na consciencia dos jurados, sahiam innocentados, graças á *verve* do defensor.

De mais de uma commissão importante, que satisfactoriamente desempenhou, foi Carlos Arthur Busch Varella encarregado pelo Ministerio da Justiça. Simples avisos transbordando de encomios, eram o galardão de trabalhos gratuitos, que abonavam o seu patriotismo.

Era publico o seu desprendimento da politica e o seu fidalgo desinteresse.

Abria quasi diariamente os salões, onde obsequiava os seus amigos com esplendidas festas e jantares sumptuosos.

Formavam sua roda habitual os mais distinctos cavalheiros da época, ornamentos da magistratura, do fôro e do parlamento, e em todos contava amigos, que o sabiam apreciar pela sua honestidade e franqueza.

Era casado com a ex.^{ma} sr.^{a} D. Felisberta de Siqueira Busch Varella, que lhe sobrevive e

de quem houve filhos, que honram a sua memoria.

Abandonou, ha cerca de vinte annos, a tribuna do jury e limitou-se á advocacia.

Tomou logar distincto na festa pelo quinquagenario da fundação do Collegio Pedro II, e legou á sua familia um nome immaculado e... a pobreza.

Francisco Maria Velho da Veiga. — Fluminense. Filho do Barão de Jacutinga.

Era ja viuva a baroneza, quando veiu seu filho matricular-se em S. Paulo no 1.º anno, sendo então um mocinho semi-adamado, creado entre mimos.

De estatura abaixo de mediana, barba e buço negros, olhos da mesma côr, em que radiava a perspicacia; captivava a geral sympathia.

Desappareceu qual fugaz meteoro, sem deixar vestigios da sua passagem pela vida publica ([1]).

Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada. — Paulista, de Santos; filho de Francisco Xavier da Costa Aguiar.

Conheciam-no por *Chiquinho Santista*.

([1]) O «Memorial Paulistano», de 1863, dá sobre elle a seguinte informação: Grau de doutor em 1849, juiz municipal em Minas 1850, addido de 1.ª classe á legação de Vienna 1852. Falleceu a 8 de junho de 1855.

Esbelto e faceiro, esmerava-se no vestuario. Barba e bigode fartos e escuros.

Alegre e complacente. Figura obrigada nos saraus e reuniões familiares.

Dera-lhe o ser o bom velho Chico Xavier, chefe de numerosa familia, que adquirira *jus* á benevolencia e estima de todos.

Gracejavam com este veterano, e, em palestras intimas, puxavam-lhe pela veia poetica.

— Queremos uma despedida em verso, porque o senhor vae partir para Santos — dizia-lhe uma senhorita paulistana — e ha de ser improvisada.

— Ahi vae, menina:

Adeus, oh bellas paulistas,
Paulistas lindas e amaveis;
Eu sempre confessarei
Que sois mui lindas e affaveis.

E excusado accrescentar que esta quadrinha lhe valeu palmas e acclamações das moças.

Esta é do repertorio do Martim Francisco, parente do Aguiar de Andrada. Distrahido em extremo, o velho Andrada, viajando a cavallo de Santos para S. Paulo, aconteceu-lhe tomar o caminho da villa de Santo Amaro. Entrando nesta povoação, exclamou deante da egreja parochial:

— Como ficou assim tão pequena e baixa a torre da Sé! Quem sabe se não estou bem lembrado? Ha tanto tempo que não venho aqui!

E assim continuou a comparar outros edificios com os que outrora conhecera, até que uma alma caridosa o advertiu do equivoco.

A casa dêsse cavalheiro era uma das bem frequentadas, em Santos. Aos sabbados desciam de S. Paulo alguns estudantes, pertencentes ao escól da Academia. Tomavam chá com a familia daquelle ancião, cujas filhas, finamente educadas, se ligaram em consorcio com distinctissimos cavalheiros.

Numa noite foi servido á conchegada mesa um prato de magnificos *sonhos*. Os rapazes escalaram aquella fortaleza, e, em breve, só ficou no prato o ultimo *sonho,* peça de que, segundo o costume, só um grosseiro ousaria servir-se. Todos os olhares, cubiçosos, se fitaram no seductor; mas a vergonha... Subito apaga-se a véla e... umas poucas de mãos se encontraram no prato. Quando, de novo, accenderam luz, tinha desapparecido o sonho da *politica.* Olharam-se todos, entre vexados e malignos, mas ninguem conheceu pela cara o ladrão.

Francisco Xavier Filho seguiu a carreira diplomatica e deveu ás licções de seu cunhado, o Barão de Penedo, a acertada direcção que deu aos negocios de que o encarregaram diversos dos nossos ministros dos Extrangeiros.

Exercia em Washington o cargo de embai-

xador do Brasil, quando, ao vestir-se para ir ao theatro, foi fulminado pela apoplexia. (1)

Francisco de Salles Rosa. — Fluminense, filho de Joaquim Theodoro da Rosa.

O *Salister,* como o dominavam os collegas.

Nada tinha de bonito. Cara sem pellos, e cabello castanho, rebelde ao pente. Antithese do Apollo do *Belvedere.*

Bacharel do Collegio de Pedro II. Pobre, cahiu doente um dia em casa do pae de Francisco José Borges. Desenganado pelo medico, applicaram-lhe, por desencargo de consciencia, um caustico. Sentando-se a familia á mesa do jantar, ouviu-se um gemido. Julgaram que era o final do abandonado enfermo. Acudiram. Era a resurreição.

Estava em casa, a maior parte do tempo, deitado, de calças de enfiar. Quando esfusiava o sudoeste, dizia ao creado:

— Fecha essa porta! Que ventosidade!

Ao cumprimento: «Bom dia, Salles!», respondia: «Toque-me agora um timbales. Para allivio dos meus males!»

Tinha muita inclinação á avareza, e pouca ao asseio.

Exerceu na Côrte a advocacia, cujos proven-

(1) Fôra agraciado pelo governo imperial com o titulo de Barão de Aguiar de Andrada. Falleceu a 26 de março de 1898.

tos foram grandes. Deixou aos herdeiros cabedaes e questões judiciarias a liquidar.

Ainda pende o seu inventario. (1)

João Corrêa Cepellos. — Paulista, filho de Manuel Corrêa Cepellos.

Alto, espadaúdo e agil. Pouca barba e regular bigode.

Estudante que não sahiu do nivel ordinario, e creio que nunca transpôz as raias da sua provincia natal.

Numa sessão de jury, em que elle serviu de promotor *ad hoc*, desfiou o defensor um rosario de citações de nomes extrangeiros, inglezes em sua maioria.

— Qual Sheling nem Pitt! — respondeu o Cepellos. — É o Codigo, sr. presidente! Embora se diga que este nos veiu da Lusiania, não precisamos da interpretação dessa extrangeirada ingleza...

— Olhe — atalhou o defensor — a Luizíania é na Republica Norte Americana.

---

(1) Um illustre magistrado, que muito se interessa por este nosso trabalho, e nelle nos coadjuva frequentemente com preciosas informações, remetteu-nos do dr. Salles Rosa a seguinte curiosa nota:

«A sua avareza e desasseio chegaram ao extremo, na velhice.

Morador no suburbio, vinha á cidade pela estrada de ferro em carro de 2.ª classe, trajando roupa velha e immunda.

Nascera a 29 de janeiro de 1824 e falleceu no Rio a 22 de novembro de 1901.»

— *Ejusdem furfuris* — tornou o Cepellos — tudo isso é para inglez vêr.

Outro dia, o Pinto Junior citou-lhe, como de criminalistas, os nomes de alguns alfaiates de S. Paulo.

Cepellos, que a estes não conhecia, retrucou:

— Ahi vem o senhor com as novidades juridicas, ainda não traduzidas na nossa lingua!

Não teve longevidade. ([1])

João Ignacio Silveira da Motta. — Natural da Bahia, filho do dr. Joaquim Ignacio Silveira da Motta.

Fraquissima compleição, arca do peito comprimida, physionomia livida, decomposta pelos repetidos accessos de asthma, que o affligiam. Alcunhado de *Motta Gato,* em virtude de seu aspecto anti-esthetico. Sem barba, de bigode falho.

Casou-se com a irman do coronel Candido Annunciado Dias de Albuquerque.

Intelligente, mas impossibilitado de aprofundar seus conhecimentos por causa do estado valetudinario, entregou-se por muitos annos a forçado repouso.

([1]) Effectivamente; pois falleceu a 10 de outubro de 1858.

4

Nomeado inspector da Alfandega de Santos, fez boa administração, revelando grande zêlo fiscal.

Falleceu em Itú, a 1 de agosto de 1873. (1)

João Ribeiro Mendes. — Natural de Minas Geraes, da cidade de Barbacena.

Alto, gordo, desprovido de pellos, pardo.

Estudante de consideravel talento, provado mais de uma vez, applicou-se especialmente á philosophia, de que era professor privado.

Em 1848 apresentou-se oppositor á cadeira dessa disciplina, creada no Lyceu de Taubaté. Exerceu o magisterio desde 1849 até 1853, em que se mudou para Minas, onde foi advogado.

Presidiu o Banco de Juiz de Fóra.

Em Taubaté gostava de reunir alguns amigos. Ao som do violão cantava modinhas nacionaes em côro. Possuia soberba voz. Figurava nesses concertos o francez Laragnoit, que nos deu a conhecer o *Quand tout renaît à l'espérance...*, canção de accento melancolico, que vem apontada em conhecido livro de ensino. (2)

---

(1) O citado «Memorial Paulistano» contém mais os seguintes dados: «... promotor publico em S. Paulo, juiz municipal em 1851, promotor fiscal da Thesouraria da Fazenda de S. Paulo em 1858, juiz de direito em 1855 e chefe de policia de Goyaz no mesmo anno. Foi, posteriormente, juiz de direito da comarca de Parahybuna.

(2) Exerceu a advocacia em Barbacena e em Juiz de Fóra, e falleceu nesta ultima cidade a 26 de maio de 1895. Era agraciado, desde 1881, com o titulo de conselho.

Izidro Borges Monteiro. — Natural da cidade do Rio de Janeiro e filho de Izidro Borges Monteiro.

Era um magricella, sem barba ou bigode; mas bem encabellado. Olhos pardos e vivos.

Fez o curso em S. Paulo, sem estrepito.

Teve rapida e brilhante carreira.

Foi chefe de policia da Côrte, prestando relevantes serviços em bem da ordem publica.

Eleito deputado á Assembléa Geral, foi um dos que tomaram parte na votação pela liberdade do ventre.

Deixou filhos, que continuam a memoria honrada do seu progenitor.

Joaquim Bernardes da Cunha. — Natural de Minas Geraes, filho de Francisco de Paula da Cunha.

Magro, pallido, descarnado, imberbe, olhar sem brilho.

Julgavamos a cada passo ouvir: — «Morreu o Joaquim Bernardes...»

No dia da sua formatura, o conselheiro Ribas disse-me:

— Veja. É o quadro do moderno romantismo. Um cadaver. Em torno — flores, musica, abraços e risos.

O homem, porém, illudiu a nossa previsão. Encastellou-se em Pouso Alegre, onde patenteou seus altos dotes de advogado honesto e zeloso dos interesses de seus clientes.

Alli casou-se. Indo sua esposa de viagem passar algum tempo em casa dos paes, e rogando ao marido a fosse buscar, pois pretendia voltar ao tecto marital, recusou Bernardes acudir-lhe ao desejo e exigiu regressasse em companhia da mesma pessoa, que a acompanhára na partida, ou de outra qualquer de confiança.

A esposa não accedeu, caprichosamente, á exigencia do marido; e a consequencia foi viverem separados até á morte de Bernardes, que se realizou ha tres ou quatro annos. (1)

O dr. Bernardes da Cunha é auctor de apreciados trabalhos juridicos sobre processo criminal.

JOAQUIM DELFINO RIBEIRO DA LUZ. — Mineiro, natural da Christina, filho de Bento Ribeiro da Silva. (2)

Espigado, regularmente barbado, olhos castanhos, aspecto agradavel, insinuante e conciliador; estudante regular.

Foi, em 1869, membro da Camara dos Deputados, onde tomou então assento pela primeira vez.

Em reunião, convocada pelo Visconde do Rio Branco, no periodo mais acceso da questão do ventre livre, foi-nos Joaquim Delfino apre-

---

(1) Finou-se em Pouso Alegre, a 11 de julho de 1902.

(2) O appellido «Luz» veiu-lhe do lado materno. Nascera a 26 de dezembro de 1824.

sentado pelo presidente do Conselho como o titular da pasta da Marinha.

Exerceu aquelle cargo de maneira a merecer applausos. Poucas vezes, porém, occupou a tribuna parlamentar, onde derramava torrentes de eloquencia o auctor do projecto libertador.

Era orador corrente, conceituoso, mas sem elevação.

Mais tarde, fez parte Joaquim Delfino do ministerio organizado pelo Barão de Cotegipe, que inscrevera na bandeira um lemma diametralmente opposto ao de 7 de março de 1871. (1)

JOAQUIM ROBERTO DE CARVALHO PINTO. — Paulista, filho de Joaquim Roberto de Carvalho.

Barbado, bigode cheio, olhos azues, basta cabelleira.

Estudioso, levava á aula a licção escripta num caderno, com o fim de appellar para elle quando, ao recitál-a, lhe faltasse a memoria.

Todos consideravamos o Joaquim Roberto como um amavel companheiro, delicado e sério.

Numa sabbatina, em Direito Ecclesiastico, affirmou ao defendente esta proposição:

---

(1) O conselheiro Ribeiro da Luz foi nomeado senador a 27 de maio de 1870. Era conselheiro de Estado e gosava de alto prestigio tanto na sua provincia natal como nas culminancias da politica nacional. Falleceu na cidade de Christina, a 4 de junho de 1903. Foi membro effectivo do Conselho de Estado do Imperio.

—Jesus Christo foi quem *supplantou* o christianismo.

—Alto lá! Nego!—retorquiu o collega.

Sem dar fé do equivoco, o arguente repetiu o asserto.

—Accuso o meu collega de heresia!—bradou então o defendente.

Dias depois, pintou elle um ladrão em acto de abrir uma porta com uma *casula,* pois entendera mal a palavra *gazúa,* proferida pelo dr. Manuel Dias de Toledo.

Neste terreno, posso ainda registrar o caso de um defendente a responder nestes termos:

—Se bem que não entendesse a objecção do senhor arguente, vou comtudo dar-lhe resposta.

Vá mais esta, de epoca anterior:

Explicava o velho Brotero—Direito Maritimo.

No enthusiasmo com que falava, trocou uma palavra por outra. Em vez de dizer: *A esquadra belligerante entra pelo porto inimigo com os murrões accesos*, disse: — *com os pavilhões accesos.*

Um estudante gostou da expressão e tomou nota della.

Chamado á licção no dia seguinte, referiu-se ao exemplo dos *pavilhões accesos.*

— Que é, menino, que é isso?! Pavilhões accesos!

O estudante, que tinha o veso de entortar para a direita o labio, insistiu:

— Sim, senhor; v. s.ª referiu-se aos *pavilhões accesos*.

Brotero riu-se a bandeiras despregadas, accrescentando:

— É por isso que eu digo que os bancos tambem ouvem explicações, e, nem por isso, fazem progresso.

Não cito nomes, porque os personagens de que trato ha muito que não pertencem ao numero dos vivos, e é preciso respeitar os mortos. (1)

---

(1) Do nosso distincto collega dr. Alfredo de Toledo, membro da *Academia Paulista de Letras*, recebemos, em amavel missiva, as seguintes informações:

«O dr. Joaquim Roberto de Carvalho Pinto, formado em 1848, não é paulista, como pensa o venerando Barão de Paranapiacaba e consta da pag. 255 do vol. VIII da *Revista da Faculdade* de S. Paulo, e sim natural de Cocáes, pequena localidade mineira, onde seus paes, o capitão Joaquim Roberto de Carvalho Macedo, paulista, e D. Anna Amalia de Athayde, mineira, irman do Barão de Cocáes, contrahiram nupcias e estabeleceram o lar: o que é affirmado por Silva Leme em sua *Genealogia Paulista*, vol. IV, pags. 268 e 336.

O dr. Joaquim Roberto, que foi casado com uma filha do brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, era moço fidalgo da Casa Imperial.

Se, quando estudante, tinha, como informa o illustre homem de letras Barão de Paranapiacaba, basta cabelleira e bigode cheio, o que não sei, porque *natus non era*, elle, nos seus ultimos annos de vida, se não conservava o bigode, ostentava ainda uma basta cabelleira, mas... postiça, e esta deu occasião a uma boa resposta por

José Alexandrino Dias de Moura. — Natural de Matto Grosso e filho de pae de egual nome.

Bacharel pelo Collegio de Pedro II.

Era um verdadeiro caboclo. Não se lhe notava no rosto ou no sobrelabio fio de barba ou buço.

No anno de 1863, quando o vi em Maceió, indò em transito para o Recife, offerecia elle o mesmo aspecto de vinte annos antes.

Dera-lhe a natureza talento, mas trazia encarnado o habito da vadiação. Não dispensava a capa e andava sempre atraz de parceiros para o *sólo,* em que se lhe sumiam os cobres da exigua mezada.

Um collega fez-lhe a seguinte quadra, imi-

---

parte de um distincto medico fluminense, que clinicou em Bragança.

O dr. Joaquim Roberto era muito chistoso e... perguntador. De tudo elle inquiria. Por elle não passava pessoa alguma que não soffresse sua excessiva curiosidade. De uma feita, passando pela frente de sua residencia o dr. Teixeira de Souza com um chapéo de palha de abas largas, o dr. Joaquim Roberto perguntou-lhe — onde tinha elle arranjado aquelle chapéo de comedia. Obteve em resposta que «nas comedias apparecem mais frequentemente os chinós».

Foi, no entretanto, um bom juiz; em Bragança, onde exerci a judicatura pelo espaço de quasi vinte annos, nunca ouvi contra elle accusação alguma.

Elpidio Leite *(Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo,* vol. IX, pag. 376) diz que o dr. Joaquim Roberto foi nomeado juiz de direito de Bragança em 27 de abril de 1866 e nesse logar se conservou até seu fallecimento, em 21 de abril de 1886.»

tação macarronica doutra, que o Moura cantava ao violão:

> Je suis un pauvre contrarégre,
> Helas! j'ai levé á la combuque;
> Et á cause du jeu du *soleil,*
> Je suis presque á devenir maluque.

Alexandrino de Moura era amigo do grande actor João Caetano, que lhe dera o emprego de *contraregra* do theatro de S. Pedro. Tocava bem violão e cantava, de modo a attrahir a attenção, modinhas brasileiras.

Finou-se na capital da provincia das Alagôas, onde se casou e professava no Lyceu de Maceió.

Gosava de grande estima e deixou muitos amigos. (1)

José Carlos de Almeida Arêas. — Fluminense, filho de José da Silva Arêas. (2)

Bacharel de Pedro II.

Bem apessoado. Linda e negra barba; idem quanto ao bigode. Cabellos abundantes, divididos pelo *rego da liberdade.*

---

(1) Ao dr. Armindo Guaraná devemos mais as seguintes informações sobre o dr. Dias de Moura:

«Foi juiz de direito em Alagôas, secretario do governo, director geral da instrucção publica e procurador fiscal da Thesouraria Geral. Falleceu em junho de 1875.

(2) Nasceu a 6 de setembro de 1825.

Amigo de Octaviano, e, como elle, admirador de Byron, seu predilecto poeta, de quem traduziu em bons versos o *Sonho* e a *Carta dirigida a Augusta.*

Não se fez notavel na Academia, bem que fosse de pouco vulgar intelligencia.

Formado, estabeleceu-se no Rio de Janeiro, praticando a advocacia no escriptorio do dr. Carvalho Moreira, depois Barão de Penedo, onde mostrou rara aptidão.

Nomeado ajudante do procurador fiscal do Thesouro, exerceu esse importante cargo com habilidade excepcional, excitando a admiração dos ministros que se succederam na pasta da Fazenda.

Promovido a procurador fiscal em outubro de 1857, serviu este emprego até meado de 1868.

Encarregado da embaixada em Londres e nomeado Barão de Ourem, soube honrar os creditos da patria. Escreveu sobre a legislação brasileira numa revista importantissima, que foi por elle continuada depois de haver sido exonerado daquelle cargo.

Arêas, quando estudante, gostava de dar passeios para fóra da cidade. Num sabbado, juntou-se elle com Busch Varella e outros para irem dormir em Santo Amaro e lá passarem o domingo.

Alojaram-se numa tasca miseravel, onde nem

camas havia, sendo obrigados a deitarem-se em toscas esteiras.

Alli, á luz de um candieiro de azeite de peixe, prepararam um *punch* com o mais detestavel *cognac,* que jamais tenha arranhado o paladar. Emquanto azulejava o lume na improvisada *poncheira,* começaram uma discussão sobre o craneo que servira de taça a Byron. O tom, moderado a principio, foi degenerando em berraria, á proporção que emborcavam os calices do quente licôr.

Oppoz Varella um *aparte* ao orador, que então era o Arêas.

Zangou-se este, e, dando um pontapé no candieiro, inundou a todos do aromatico azeite.

Passaram o resto da noite mudos e insomnes, e, ao romper d'alva, desfilaram todos para a cidade, pedestremente (pois os animaes não foram encontrados) e sob o açoite da chuva.

JOSÉ MANUEL DA COSTA BASTOS. — Fluminense, filho de Manuel José da Costa Bastos. (1)

Alto, de singular pallidez, myope e de oculos de côr.

Bastos levou em S. Paulo uma vida folgada e independente. Relacionado com os mais impor-

(1 Nascido a 9 de setembro de 1819.

tantes negociantes de S. Paulo, com quem jogava o voltarete, ganhou avultadas quantias.

Pouco tempo dava ao estudo, mas o seu talento era incontestavel, e, graças a elle, vencia em meia hora difficuldades que, em regra, exigiriam concentração mais longa de espirito.

Nos ultimos annos residiu em Nova Friburgo, exercendo, *por desfastio,* a advocacia. (1)

José Mauricio Fernandes Pereira de Barros. — Fluminense, filho de José Manuel Fernandes Pereira, Barão da Gambôa. (2)

Pequeno de estatura, corado, de barba, bigode e cabello castanho.

Bacharel de Pedro II. (3)

Estudante assiduo, applicado e de intelligencia regular.

Escreveu um bom livro sobre materias financeiras.

Nomeado sub-director das Rendas do Thesouro, serviu, por vezes, com proficiencia notavel, o cargo de director.

Foi tambem inspector da Alfandega de Pernambuco e da do Rio de Janeiro, merecendo sua administração, moderada e intelligente, applausos do commercio.

---

(1) E alli falleceu a 8 de agosto de 1879.

(2) Nasceu a 22 de setembro de 1824.

(3) O dr. Armindo Guaraná contesta este facto.

Aposentou-se, e hoje só se occupa da gerencia dos seus negocios particulares.

Conhece-se-lhe um séstro:

Embirra que o chamem «Barrinhos». Chegou a quebrar com um amigo antigas relações, porque lhe deu esse tratamento.

Esqueceu o que disse Aureliano Tavares Bastos, que tinha as mesmas proporções physicas:

«As finas essencias encerram-se em vidrinhos».

Esquecera-se tambem de que nos homens de baixa estatura é menor a distancia do cerebro ao coração.

Reside nesta cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.

MANUEL MARIA DO AMARAL. — Bahiano, filho de Antonio Joaquim Alves do Amaral.

Não me lembro absolutamente deste collega. Resta-me delle a vaga lembrança dum rapaz moreno, baixinho e loquaz.

O proprio Olegario de Aquino, que num canhenho registrava os nomes, destino e morte dos companheiros, perdera-o de vista e confessou-me que não tinha delle noticia alguma. (1)

---

(1) Não é extranhavel esse esquecimento, por isso que Amaral cursou sómente o 5.º anno na Faculdade de S. Paulo. O «Memorial Paulistano» traz sobre elle a seguinte nota: «... tinha quatro annos

Olegario Herculano de Aquino e Castro. —Paulistano, filho de Thomaz de Aquino e Castro e nascido a 30 de março de 1828.

Ainda é mui recente a morte deste condiscipulo, que todos conheceram e cuja figura está gravada na memoria dos contemporaneos.

Estatura mediana, olhos pardos a resplandecerem de intelligencia, testa espaçosa, vincada pela meditação, semblante aberto e assignalado pelo cunho da bondade, Olegario, pelo seu engenho e cultura intellectual, elevou-se de promotor publico ao pinaculo das dignidades da Justiça.

Foi juiz de direito em Goyaz e na Côrte, presidente da Relação de S. Paulo, e terminou a carreira na presidencia do Supremo Tribunal Federal.

Sua opinião sobre os mais difficeis problemas de Direito era oraculo.

O conselheiro Candido de Oliveira, ministro da Justiça do ministerio Ouro Preto, aposentou-o naquelle cargo e nomeou-o conselheiro de Estado.

Proclamada a Republica, Olegario resignou esse honroso posto e requereu voltar á presiden-

---

de Pernambuco; juiz de direito em 1861; deputado provincial no Maranhão em 1862».

O nosso erudito correspondente dr. Guaraná fornece-nos o seguinte precioso subsidio, que fazemos com vista ao preclaro auctor desta chronica:

«É o terceiro sobrevivente da turma. Aposentou-se no logar de desembargador e reside na capital da Bahia.»

cia do Supremo Tribunal Federal. Foi attendido e nesse logar o veiu colher a morte.

Fui seu collega desde a aula de latim. Dava as suas syllabadas, que excitavam os nervos do nosso professor o padre Quadros.

Na leitura do primeiro verso da *Arte poetica* de Horacio, leu Olegario *equinam,* em vez de — *equínam* (com accento no *i*).

— Já começa! — disse o professor — Deixemo-nos de *cavalladas.*

O verso, como se sabe, trata de pescoço de cavallo.

Nunca presenciei uma scena engraçada como a que se passou no jury de S. Paulo entre o Olegario e o Pinto Junior.

Começou este:

— O nobre orgam da justiça publica...

— Orgam, não! — atalhou o Olegario, talvez estimulado pelo tom de achincalhe que tomava a voz do orador.

— Pois bem — respondeu este — rectifico a expressão. O nobre realejo da justiça publica...

Gargalhada homerica acolheu este repente. E o proprio Olegario julgou de bom conselho pôr-se ás boas com o Pinto, que se gabava de saber *gryphar* a voz.

O pae do Olegario, Thomaz de Aquino e

Castro, era poeta. Rimava bem. De um opusculo, por elle dado ao prélo em S. Paulo, transcrevo estas duas oitavas á morte de D. Pedro I:

Na flôr dos annos, na estação mimosa,
Desceu á terra o homem sem segundo.
O homem cuja mão prodigiosa
Fez livre uma nação do Novo Mundo;
Que, depois de uma serie portentosa
De gentilezas com saber profundo,
Ousado, libertou a patria cara
Do tyranno poder, que a escravizára.

Suspende teu justissimo pesar,
Excelsa Amelia, dos mortaes encanto.
Com teus conselhos, com teu bom pensar
Adoça, enxuga da rainha o pranto.
De teu esposo o genio singular
Os proprios évos assombrou de espanto;
E o tempo, que a si mesmo se consome,
Curva a fronte, ao soar de Pedro o nome.

OVIDIO FERNANDES TRIGO DE LOUREIRO. — Filho do dr. Lourenço Trigo de Loureiro, lente na Academia do Recife. [1]

Vulto agradavel, côr amorenada, bigode farto, barba negra, cuidadosamente escanhoada; olhos pardos a chisparem, através dos vidros dos oculos, raios que deslumbravam; compleição nervosa, movimentos lestos e vivos.

Ovidio tinha o dom de prender os corações

[1] Na sua matricula, constante dos livros da Faculdade de S. Paulo, vem a declaração «nascido no Rio de Janeiro».

pela sua amabilidade, obsequioso trato e chistosa palestra.

Sentava-se na ponta do banco, a meu lado, quando cursavamos o 5.º anno.

«Que Cesar te baniu de Roma, Ovidio?»

É sabido, como acima dissemos, que elle era filho do dr. Trigo de Loureiro, auctor de um compendio de Direito Civil e lente da Academia do Recife, sendo mais natural fosse esta escolhida por elle para frequencia.

—Felizmente, não vim para nenhum Ponto Euxino, e, ao contrario do meu chará Nasão, posso dizer: «*Barbarus hic non sum, quia intelligor illis.*»

Nunca me disse a razão dêsse exilio scientifico.

Era amante do estudo. Todos os dias, depois da aula, encerrava-se no quarto com os livros de consulta, sahindo á hora do jantar com licção prompta.

Foi um dos ornamentos da magistratura. Suas sentenças, sempre bem fundamentadas, podiam servir de modelo. Rigido no cumprimento do dever, estygmatizava os juizes ignorantes e pouco escrupulosos.

Apesar da sua austeridade, houve quem ousasse affrontál-o com tentativa de suborno. Foi um padre. Abriu-lhe o impolluto desembargador

a porta do gabinete, onde com elle conferenciava, e, com irritada voz, bradou-lhe:

—Desça, quanto antes, a escada; antes que eu, mau grado o seu caracter sacerdotal, o precipite a pontapés por ella abaixo!...

Dias antes da sua morte, encontrei-me com elle no largo da Carioca. Perdera a antiga vivacidade e em seu organismo depauperado podiam-se enxergar os indicios do proximo fim.

Recordámos alguns factos de nossa mocidade e apertámos fortemente as mãos, como que em suprema despedida.

Não me enganavam os presentimentos. Via-o pela vez suprema. (1)

Paulo Antonio do Valle.—Paulista, filho de Luiz Antonio do Valle Quaresma.

Faces cavas e esmaecidas, bigode alourado, quasi imberbe. Fazia garbo de uma basta cabelleira, tractada com o maior desvelo, mas que não dava realce áquelle semblante desbotado, nem áquelles olhos que pareciam estampar os raios derradeiros de um sol, ao descambar no occaso, envolto em nuvem pluviosa.

Paulo do Valle falava com ar de auctoridade; sua palavra revestia o cunho de sentença.

---

(1) Ministro do Supremo Tribunal Federal, aposentado; falleceu no Rio de Janeiro a 26 de novembro de 1904.

— É assim! — dizia com ares de Aristoletes no Peripato.

E tomava uma pitada de rapé, olhando para o auditorio, que nunca se mostrava convencido.

Julgava-se um grande poeta. A sua versificação, porém, era forçada e nunca deu senão fracas mostras de seu estro. Entre ellas prima a ode a uma recolhida de Santa Thereza, que o extasiou a cantar no côro, através do *véo denso,* que a occultava aos olhos de quem a saudava.

Algumas coplas, geralmente monodiacas, consagrou Paulo do Valle á sua Agarmida (anagramma de Margarida).

Quando ainda impubere, recebera elle dessa senhora, já um tanto madura, um beijo nos labios. Esse beijo foi chamma ardente, que lhe accendeu os sentidos e gerou em seu coração amor delirante. Mas, nem Paulo era *Cherubim* (antes, sim, negação do pagem de Beaumarchais), nem Agarmida possuia os encantos da Condessinha de Almaviva.

E, pois, esse romance de morbida sensibilidade, em que não entrava conscientemente a parte feminina, teve triste desenlace com o apparecimento das cans em Agarmida. Nem todos são Catullo, para votarem culto ao *amor de cabellos brancos.*

E a prova foi que Paulo do Valle enciumou-

se de mim, porque me julgava pretendente, com elle, á mão de uma formosa viuvinha, que poz muita gente de cabeça á roda. Brigou commigo. Tinha-me convidado para collaborar com elle no drama *Caetaninho,* a sua melhor producção, e cortou relações com o velho companheiro.

Fez-me, porém, uma visita de reconciliação, quando fui a S. Paulo em 1864.

Deixou alguns trabalhos. Além do *Caetaninho,* o *Capitão Leme* mereceu elogios dos competentes.

TORQUATO RODRIGUES DUTRA ROCHA.—Natural da Bahia, filho de Luiz Rodrigues Dutra Rocha.

Numa segunda-feira de carnaval, Rabelais, quasi em artigo de morte, recebeu a visita de seu confessor.

Este aconselhou-lhe recolhimento e exame geral de consciencia durante a noite, afim de que, no dia seguinte, fizesse, contricto, a sua confissão e fosse absolvido de seus muitos peccados.

Na terça-feira, pela manhan, voltando á cella do franciscano relapso, foi surprehendido por singular espectaculo. Rabelais estava mascarado e de *dominó.*

— Oh meu padre! Pois em vez de preparar-se para a vida eterna, que está imminente, v. entrega-se a coisas profanas, commettendo mais um grave peccado?

— Como assim, reverendissimo! Pois não reza a escriptura: *Beati qui in domino moriuntur?*

(Os francezes pronunciam *domino* com o accento na ultima syllaba.)

Torquato Rocha era um humorista capaz de tudo e de quejandas agudezas jocosas.

Como Rabelais, em moço, elle havia atirado ás ortigas o *habito religioso*. Tomára as primeiras ordens sacras e não podia casar.

Era um gigante. Rosto bonito e sempre barbado, olhos negros á flor do rosto, voz de trovão. Typo de homem perfeito. Sempre o riso a brincar-lhe na bocca, bem guarnecida.

Atilado, elegante e de superior intelligencia, fez sempre bom papel entre os collegas.

Formado, occupou posição dominante na Bahia, que o elegeu deputado á Assembléa Geral. [1]

Narrarei apenas duas dentre a série de anecdotas, que lhe enchem a vida academica.

Junto á *republica* em que residia Dutra Rocha, estava edificando uma casa o Bento boticario, pessoa então mui conhecida em S. Paulo.

Dutra Rocha, durante a noite, com o concurso de alguns companheiros, destruia a obra. De manhan, o Bento, após verificado o destroço,

---

[1] Finou-se a 1 de outubro de 1859.

vinha á janella do Dutra queixar-se daquelle vandalismo.

— Tem razão, sr. Bento! Que gente ordinaria! E não haverá um xadrez para esta sucia de demolidores?

—Valha-me Deus, sr. Dutra! Que grande prejuizo o meu!

Isto durou, mais ou menos, uma semana. O Bento postou vigias ao edificio em construcção. Foi pilhado o Dutra, que, afinal, indemnizou o proprietario do damno soffrido.

Um dia, sahiu o Dutra e foi recrutando para a casa quantos estudantes se lhe deparavam.

Em momento dado, entregou a cada qual um cacete de grandes dimensões. Quando todos ficaram armados, abriu a porta de uma sala e nella penetraram todos.

A casa era sita na rua do Ouvidor. Creio que nella morou depois José Bonifacio.

Viu-se um espectaculo extranho, qual o de grande récua de cães alentados e de apparencia feroz. A um signal do Dutra, cahiram sobre os pobres animaes os arrochos vibrados por mãos possantes. Foi uma horrivel orchestra de ganidos dolorosos, capazes de quebrarem os ossos petrosos dos mais valentes ouvidos. Disse-me o Bernardo Gavião que algumas das victimas avançaram contra os esbordoadores, que, a custo, se sahiram do apuro.

Exhaustos de forças e crivados de inchaços e feridas os innocentes cachorros, era de mistér expellil-os do recinto. Eis como a operação se effectuou.

Cada um dos caceteiros pegava num cão pelo cachaço, e, chegando á janella, atirava-o á rua, cahindo o projectil sobre a cabeça do transeunte, que o menos que soffria era o amolgamento do chapéo. Alguns vieram acima tomar satisfacções, mas recuavam ante aquelles valorosos *pastores,* providos de pavorosos *cajados.*

Eis terminada a minha revista dos mortos.

Como dois troncos esgalhados, superstites do incendio de uma floresta, esperamos, o Fernandes de Barros e eu, a procellosa lufada que, breve, nos nivelará ao solo, onde tantas cruzes negras assignalam os jazigos de nossos companheiros.

Rio, 12 de fevereiro de 1907.»

Até ahi a bella e empolgante narrativa do nosso preclaro collaborador.

As suas ultimas palavras seriam acolhidas com freneticos applausos, não houvesse elle preferido esmorecer a alacridade dos leitores, que com tanto humorismo provocava, com a poetica melancolia da imagem final, evocadora de idéas tristes, de fundas saudades e das mais altas cogitações philosophicas...

Se, porém, esse epilogo reprime o alvoroço das ovações a que vinha fazendo jus o narrador, nem por isso diminue, ao contrario augmenta, a admiração dos leitores ao emerito estylista que, á vontade, lhes communica as mais diversas emoções — sensações de alegria e impressão de tristeza, e que, com tanta proficiencia, *miscuit utile dulci,* instruindo, commovendo e deleitando.

Não está, todavia, completa a chronica biographica do mestre. Nella se nota uma lacuna sensivel.

Não figura na relação dos nomes o de um estudante que foi auspiciosa promessa na Academia, honradamente cumprida na pratica.

Omitte o chronista um talentoso joven que, como elle, fez o quinquiennio juridico em S. Paulo, de 1844 a 48... e, entretanto, não foi seu collega.

Adivinharam o enigma?

Pois, é isto mesmo. O insigne Barão de Paranapiacaba deixou no tinteiro o estudante Cardoso de Menezes.

É nosso dever corrigir a injusta preterição.

João Cardoso de Menezes e Souza. — *The last but not the bast!*

Paulista, filho de João Cardoso de Menezes.

Teve o berço natal na terra dos Gusmões e dos Andradas, na então villa de Santos, a 25 de abril de 1827.

Alto, esbelto, moreno claro, barba toda... por nascer, cabellos castanhos, testa grande, olhos vivos, expressão intelligente e sympathica; trato ameno e conversação attrahente; coração bem formado.

Intelligencia vigorosa e de incomparavel ductilidade, com egual aptidão para a sciencia e para as letras; «poeta desde a infancia», diz delle Paulo do Valle, e accrescenta que «quando se matriculou no 1.º anno, era já assignalado na pleiade dos poetas academicos como um dos primeiros». [1]

Effectivamente, já em 1844, contando apenas 17 annos, deu á publicidade o *Cantico do Tupi*, poesia americana, do genero de Y-yuca-Pirama de Gonçalves Dias, e que delle não fica distanciado.

Por ser longa, não podemos reproduzir dessa inspirada composição senão alguns fragmentos, para que o leitor possa apreciar o estylo másculo e o estro vigoroso do juvenil cantor.

I

Tupá, Tupá, porque mudaste em sangue
Os placidos regatos das campinas?
Porque prostraste com tufões medonhos
Os troncos gigantescos das palmeiras,

---

[1] Paulo A. do Valle, «Parnaso Academico».

Onde, na infancia, em berços de boninas,
Dormiamos o somno da innocencia?
Porque já não baqueia d'alta serra
O itutinga, nas pedras reboando,
E a viração da tarde não semeia
Nuvens de homerocalias sobre a relva?
Em vez do grato aroma das mangueiras,
Que nos traziam zephyros nas azas,
Vêm mesclar-se aos gemidos de teus filhos
O mephitico odor do sangue infecto,
E o som dessas algemas que roxeiam
Os pulsos que eram livres!... Oh! que é feito
Dessa alegre harmonia das florestas?
Porque turbou o canto do urutaua
Os hymnos de prazer, canções de amores,
E emmudeceu o sabiá nos bosques,
Quando as choréas do festim teciamos?

II

Inda ha pouco cantava o periquito
E o buriqui saltava entre os coqueiros
E a esponjeira de flores s'esmaltava,
E o jambeiro juncava o chão co'os fructos!
Porém, agora — um vento impetuoso
Seccou a grama e os leques da tayoba,
E, murcha, a bananeira embala apenas
Amarelladas folhas; só nos mangues
Da saracura o cantico agoureiro
Festeja o furacão, que se avizinha,
E os pardos gaviões nas garras prendem [1]
A incauta gahypava! Aonde a sombra
Do cajueiro, que nos dava abrigo?
Seu tronco o raio derrubou no abysmo!
Tupá, não vês que o sangue purpuréa
O materno cocar, que enfeitam flôres?
. . . .

---

[1] Oh que linda onomatopéa!

VI

Tupá, Tupá, não eramos ditosos?
E consentiste que o dragão dos mares,
Arrojado nas praias de teus filhos,
Trouxesse co'o trovão desgraça e guerra?
Não foi bastante o sangue dos caciques,
Para apagar a sêde do emboaba?
Quizeste ainda escravizar teus filhos,
Roubar-lhes a saudosa liberdade,
Esse effluvio do céo, que lhes mandaste
Nas azas dos teus anjos?
....

VIII

....

Ó Tupá, nosso pranto engrosse os mares,
E a nuvem dos suspiros que exhalamos
Desabe sobre a fronte do emboaba;
De nossos ais o fogo os raios sejam,
E os impios que teus templos profanaram,
Num momento serão tornados cinzas,
Que hão de espalhar os ventos no Oceano.

IX

Já nossos paes, nos craneos do emboaba,
Beberam a vingança a longos tragos,
E a grama das campinas salpicada
Nos fez bater as palmas de alegria!
Quem apagou a chamma de teus raios,
O' Tupá! por acaso adormeceste,
E aos gritos de teus filhos não despertas?
O som destes grilhões teu céo não rasga?!
....

XI

Toma, Tupá, meu sangue em holocausto;
Somno de escravidão trocou-lhe a essencia,
E a febre da vingança envenenou-o;
E o ultimo suspiro de minh'alma
Seja o incenso, que te aplaque as iras!
Raie a aurora dos livres no horizonte,
E o Tupi de louvor te exalce um hymno!
....

XII

Cessaram seus queixumes magoados
Co'a lua, que no céo mostrava o rosto;
Reclinando na destra a face em pranto,
Contemplou-a um momento suspirando;
Depois, num precipicio despenhou-se,
E a raça dos Tupis morreu, com elle!...

Em 1847, no seu 4.º anno, Cardoso de Menezes publicou uma collecção de versos sob o titulo *Harpa Gemedora*.

Ainda estudante, foi nomeado, por concurso, professor de historia e geographia do Lyceu de Taubaté; e nestas mesmas disciplinas foi, mais de uma vez, convidado para examinador pelo director da Faculdade de Direito.

Mudado para o Rio de Janeiro, collaborou, em 1856, no *Jornal do Commercio,* em cujas columnas manteve por algum tempo uma «Parte Juridica».

Em outubro de 1857 foi nomeado ajudante

do procurador fiscal do Thesouro. Em 1863 foi presidir a Caixa Filial do Banco do Brasil em Pernambuco; regularizou-a, extinguindo os abusos.

Já em 1862 fôra nomeado pelo Ministerio do Imperio para, com José de Alencar, apresentar plano para a creação do Theatro Nacional.

Deputado por Goyaz desde 1869 até 1876, fez parte na Camara temporaria de importantes commissões e proferiu notaveis discursos, especialmente sobre assumptos financeiros e bancarios e sobre a navegação do Araguaya. Chamou a attenção, e ainda hoje é citado com louvor, um seu parecer, como relator de duas commissões reunidas, sobre bancos de credito territorial.

Em todo o seu tirocinio parlamentar, foi conservador, mas de idéas adeantadas; assim, durante toda a vida do ministerio Rio Branco, o arauto da emancipação do elemento servil, o deputado Cardoso de Menezes era contado entre os seus indefectiveis sustentadores.

Em 1870, foi nomeado presidente do Conservatorio; em 1871, Procurador Fiscal, cargo a que estava annexo o titulo de conselho.

Em 1876 dava á publicidade interessante estudo economico, sob o titulo *Theses sobre colonização.*

Nesse mesmo decennio e no subsequente, desempenhou varias commissões de caracter administrativo e elaborou, por incumbencia do go-

verno, estudos, projectos e pareceres sobre Discriminação de Rendas, Caixas Economicas, Propriedade Literaria, Contabilidade Publica, etc.

Por esta longa série de serviços publicos foi agraciado o dr. Cardoso de Menezes, primeiramente com a dignitaria da Ordem da Rosa, depois, com o titulo de—Barão de Paranapiacaba.

Não se imagine, porém, que, durante todo esse tempo, a aridez dos graves estudos a que se entregava lhe tivesse amortecido o sentimento poetico e deturpado o gosto literario. Não; pois exactamente em tal periodo foram por elle dadas á publicidade producções literarias de subido valor e obras de algum folego; entre estas a *Marmita,* de Plauto, o *Jocelyn,* de Lamartine, e as *Fabulas,* de Lafontaine.

Cumpre consignar aqui, ainda que incidentemente, que as traducções de Cardoso de Menezes são sempre primorosas. Sobresahem pela fluencia do verso, pela correcção da fórma e pela fidelidade da interpretação. Não parecem versões, mas composições originaes, tal a naturalidade, a espontaneidade do dizer.

Além destas duas versões, conta elle mais a dos poemas *Oscar d'Alva, Giaour, Mazeppa, Parisina* e *Corsario* de Byron.

Neste momento, a sua musa, sempre vivida e louçan, tem-lhe inspirado a versão da tragedia *Prometheu accorrentado,* de Eschylo, que a *Revista*

do Instituto Historico acaba de publicar e vae sahir em livro separado.

Entre as suas mais notaveis composições, assignala-se, como obra prima do genero descriptivo, *A Serra de Paranapiacaba,* que não reproduzimos aqui por ser longa, e, além disso, assaz conhecida.

Daremos, em compensação, dois sonetos escriptos em datas, um de 1887, e outro de 1905, e que, confrontados com o *Canto du Tupi,* que é de 1844, caracterizam a evolução literaria do auctor.

A Berenice

(1887)

Eis teu vulto gentil em fino guache. Ao vêl-o,
Que jubilo suave o coração me agita!
Aos olhos, cuja luz nenhum pintor imita,
Falta a meiga expressão, que anima os do modelo.

Apanháras na *pose,* em flacido novello,
A trança. Eil-a que, a flux, do pente regorgita,
Rola-te pela espalda e ao chão se precipita,
Osculando-te os pés, a onda de cabello.

Do peito resvalou-te alvo lilaz. Guardei-o,
E abri-lhe, carinhoso, um conchegado ninho
Em nosso relicario, a trasbordar de cheio.

Perdeu arôma e viço a flôr nesse escaninho,
Mas inda nella aspiro effluvios de teu seio,
Que a neve lhe offuscou da tez no cego arminho.

A grande esphinge

(1905)

Guarda soturna, immota á entrada do deserto,
Vendo o que além se espraia, alvissimo estendal,
Dentre medões de areia a esphinge colossal
Surge, mostrando a fronte e o collo a descoberto.

Móle immensa que assombra a quem a vê de perto,
Vinga o tempo e do exicio affronta a lei fatal,
A edade, que no chão lhe afunda o pedestal,
Lenta, o vulto lhe envolve em nevoeiro incerto.

Figura, que se esfuma em densos véos do mytho,
Como vibrava ao sol a estatua de Memnon,
Vibram-lhe ao sopro eolio os labios de granito.

Quando ruge o Ramsin na orchestra de Typhon,
Chora Thebas, que foi emporio e flôr do Egypto,
A Thebas de Ramsés, do oraculo de Amnon.

Quando foi agraciado o conselheiro João Cardoso, causou reparo o seu titulo. Não que alguem o considerasse immerecido. Certo que não; mas exquisito, isso sim. E, demais, muito indigena e principalmente longo, interminavel.

— Barão de quê? — perguntavam-se, uns aos outros, os amigos do Cardoso de Menezes.

— Oh! Não se póde dizer de um folego; faz-se mister descançar no meio. Imagine: um nome de sete syllabas, mais comprido que Pindamonhangaba.

— Mas, emfim, barão de?

— Pa-ra-na-pi...

— Acaba!
— Isto mesmo!

No tracto intimo, o Barão de Paranapiacaba é amavel, carinhoso e muito affeito a gracejar.

As suas brincadeiras com os amigos revestem-se, ás vezes, de fórma original. Ora, dá-lhe, por exemplo, para lhes escrever em estylo facetamente insultuoso; ora, lhes refere, com toda a apparencia de seriedade, um caso estupefaciente, e que fôra inquietador, se verdadeiro. Tudo, está visto, para rir.

Um dia, em visita a um alto personagem politico, conselheiro de Estado, da sua intima amizade, não o encontrando, disse, com ar compungido, á virtuosa consorte do seu amigo:

— Oh, minha senhora, que desgraça! Acabo de encontrar o conselheiro em completo estado de embriaguez, extendido pela calçada...

— Não é possivel!

— Então, será engano! Algum ébrio parecido com elle.

Encontrando-se na rua do Ouvidor com o conselheiro Duarte de Azevedo, seu velho camarada, interpella-o, com fingida fatuidade:

— Sei que tu andas a morder-te de inveja de mim!...

— Porque?

— Porque sou barão, e tu não és.

— Alto lá! — replica o conselheiro Duarte, levantando as pontas do collarinho. — Mede a distancia! Eu sou conselheiro de Estado.

Que scena deliciosa! Dois provectos personagens, cheios de mocidade no espirito, a gracejarem entre si com a jovialidade dos verdes annos!

Ainda agora, em resposta á nossa carta pedindo-lhe a collaboração com que generosamente nos brindou, não se absteve o nobre barão de nos causar soffrivel sobresalto, com o seguinte topico da sua primeira missiva:

— «A proposito. Meu companheiro de escriptorio, o conselheiro Candido de Oliveira, offendido pela maneira com que tratou do seu physico quando se occupou do Arnaldo, incumbiu-me de desafiál-o para um duello, nomeando para padrinhos a mim e ao Duarte de Azevedo. A coisa é séria. Responda com brevidade sobre este ponto e os mais de que trato.»

Não occultamos que, ao receber este cartel, o nosso primeiro momento foi de inquietação... Pensámos, mesmo, em telegraphar ao nosso amigo D'Attri pedindo-lhe a assistencia para o caso. Em breve trecho, porém, acudiu-nos á memoria que o conselheiro Candido Maria é, como nós, adversario do duello, e... respirámos.

Então, sómente, nos foi dado saborearmos todo o sal da pilheria.

CAPITULO III

A turma academica de 1851-55

PARTE PRIMEIRA

A directoria da Faculdade. — Os lentes deste quinquennio. — Novas cadeiras de Direito Romano e Direito Administrativo. — Brilhante estreia de um lente substituto. — Turma academica notabilissima. — O *primus inter pares*. — Importante documento historico. — Bananeiras que já deram cacho. — Americo Brasiliense. — Os seus concursos na Academia. — A sua vida publica. — A sua evolução mental. — Phase conservadora.—Phase liberal.—Phase republicana. — Qual o movel dessas mutações. — Incidente com o Imperador. — O seu retrahimento politico em certo tempo. — Entrevista com Campos Salles nas vesperas da revolução. — A chave de um enigma. — O seu regresso á actividade politica. — Outros dados biographicos. — Antonio Carlos. — O seu retrato physico e moral. — Porque não estudava as prelecções. — Como *enchia* o tempo. — Alma bondosa e amavel *causeur*. — Afinal, teve que estudar. — A sua cooperação no abolicionismo. — Dicto jocoso de Luiz Gama. — Mais dados biographicos.

Durante todo o periodo, dentro do qual perlustrou os bancos da Academia a turma de bachareis que se formou em 1855, esteve interinamente na directoria da Faculdade o conselheiro Manuel Joaquim do Amaral Gurgel. O Visconde de Goyana, nomeado director effectivo, jámais

entrou em exercicio, nem mesmo tomou posse do cargo.

E assim, esta interinidade se prolongou até 1857, data da nomeação do conselheiro Manuel Joaquim para director effectivo.

Os lentes que preleccionaram para a turma academica de 1851-55, foram os seguintes:

No 1.º ANNO, 1.ª cadeira, Direito Natural e Direito Publico: Manuel Joaquim [1].

Sómente mais tarde, em 1853, foi creada a 2.ª cadeira de Direito Romano.

No 2.º ANNO, 1.ª cadeira, Direito Constitucional, Direito das Gentes e Diplomacia: o mesmo Manuel Joaquim;

2.ª cadeira, Direito Ecclesiastico: o padre Anacleto Coutinho;

3.º ANNO, 1.ª cadeira, Direito Criminal: dr. Manuel Dias;

2.ª cadeira, Direito Civil: o conselheiro Pires da Motta [2];

4.º ANNO, 1.ª cadeira, Direito Commercial: dr. Clemente Falcão (senior);

2.ª cadeira, Direito Civil, em continuação da 2.ª cadeira do 3.º anno: conselheiro Pires da Motta.

5.º ANNO, 1.ª cadeira, Economia Politica:

---

[1] Alternava com o dr. Brotero.

[2] Alternava annualmente com o conselheiro Veiga Cabral.

conselheiro Carlos Carneiro de Campos, depois Visconde de Caravellas;

2.ª cadeira, Processo Civil, Commercial e Criminal, etc.: dr. Joaquim Ignacio Ramalho, recem-nomeado cathedratico, em substituição do dr. Silveira da Motta, transferido para a cadeira nova de Direito Administrativo, inaugurada nesse anno;

3.ª cadeira, Direito Administrativo: a principio, o dr. Silveira da Motta; depois, como substituto, o dr. Antonio Joaquim Ribas.

As cadeiras de Direito Administrativo e Direito Romano, creadas, como se sabe, pela reforma que baixou com o decreto de 28 de abril de 1854, foram providas com as nomeações, aquella do dr. Silveira da Motta, transferido da de Processo e Pratica Forense, e esta pela do dr. João Chrispiniano Soares, lente substituto desde 23 de abril de 1836.

A estreia de Chrispiniano na sua nova cadeira traduziu-se por um brilhante successo, que jámais empallideceu subsequentemente.

O mesmo, porém, não se deu com a regencia da cadeira de Direito Administrativo por Silveira da Motta.

Talento primoroso, como sempre se revelou, mas pouco affeito ao estudo, o velho lente (pois era cathedratico desde 20 de junho de 1834) não

se esmerou por explicar aprofundadamente a nova disciplina juridica. Para supprir a deficiencia da memoria, auxiliava-se de apontamentos, que com frequencia consultava na cathedra, e, por vezes, embrenhado em demonstrações incidentes, perdia o fio do assumpto principal; e assim, as suas explicações eram diffusas, sem methodo e sem escola.

Accresce que, como adeante se ha de vêr, o 5.º anno de 1855 contava estudantes distinctissimos, que se tornaram posteriormente summidades intellectuaes, estrellas de primeira grandeza que muito luziram no firmamento politico da nossa patria.

Comprehendendo a disparidade entre as altas aspirações dos seus discipulos e as suas prelecções muito *terre à terre,* e não querendo dar-se ao incommodo de alçar o vôo para corresponder ao exigente ideal daquella briosa mocidade, o velho lente preferiu entrar no goso de uma licença, precursora da sua jubilação, a qual de facto lhe foi concedida no anno seguinte, por decreto de 31 de maio de 1856.

Foi designado para substituil-o, no anno de 1855, o joven e esperançoso lente dr. Antonio Joaquim Ribas.

Aureolado embora com a fama de talentoso, foi este acolhido com desconfiança pelos rapazes.

Elle, porem, aferrou-se de vez ao estudo,

queimou as pestanas com o labor nocturno e... produziu muito. Expunha bem a materia, explicava com clareza, não havia duvida; restava a saber, se tambem argumentava com superioridade e resolveria as objecções que lhe fossem oppostas pelos mais notaveis dos seus discipulos.

Propositalmente, elle não chamou á licção no segundo, no terceiro dia nem nos subsequentes, até que sobreveiu o sabbado. Nesse dia, fez sabbatina, não de arguentes e defendentes, mas dando a palavra successivamente aos primeiros estudantes do anno e argumentando com elles.

Pois, senhores, *espichou-os* a todos; não sómente os espichou, mas esmagou e pulverizou todas as objecções, anniquillou todos os argumentos, a ponto de reduzir os arguentes a darem o braço a torcer...

Foi um triumpho completo, cujo effeito logo se accentuou no prestigio da cadeira e na popularidade e admiração accrescidas para o talento encyclopedico do dr. Ribas.

Compunha-se o 5.º anno de 1855 apenas de 32 bacharelandos. Diminuto quantitativamente, assignalava-se, em compensação, pelo merecimento elevado, na media dos estudantes e pela distincção *hors ligne* de alguns delles.

Entre os mais talentosos e applicados deve-

mos enumerar, primeiramente, os que defenderam theses e obtiveram o gráu de doutor, e são: Ferreira Vianna, Falcão Filho, Antonio Carlos, em 1856; Vicente Mamede, em 1859, e Americo Brasiliense, em 1860.

A estes nomes podem ser additados estes outros cuja approximação de nenhum modo os póde desdourar, tanto pelo brilho que alcançaram no traquejo das aulas como, em relação a alguns delles, pelos triumphos conquistados na vida publica: Felisberto Pereira da Silva, Ferreira de Rezende, Rodrigues Costa, Evaristo Veiga, Simplicio de Salles, Caetano de Andrade Pinto, Guanabara, Domingos da Cunha, Frederico de Almeida, Gabriel de Almeida Magalhães, Henrique d'Avila, Silva Mafra, Perestrello, Menezes Fróes, Luiz de Medeiros e «acima de todos» Paulino José Soares de Souza.

Não é nossa esta phrase final que póde ser acoimada de parcial ou parecer emphatica; figura ella num officio do director da Faculdade ao ministro do Imperio, e nós, baseados em fidedigna tradição academica, damol-a sem offensa aos emulos e competidores de Paulino, como a exacta e singela expressão da verdade e da justiça.

Por ser este documento interessante sob varios pontos de vista e conter diversas infor-

mações que quadram sympathicamente sob a epigraphe destes escriptos, pomol-o em seguida na sua integra sob os olhos do nosso leitor. (¹)

«Ill.^{mo} ex.^{mo} sr.—Devendo, para cumprir o disposto no art. 13.º dos Estatutos, levar ao conhecimento do Governo Imperial um relatorio circumstanciado dos trabalhos do anno com a noticia do aproveitamento de cada um dos alumnos e regularidade do seu procedimento, assim como sobre o desempenho e pontualidade do serviço dos lentes e de todos os funccionarios da Faculdade, tenho a honra de informar a v. ex.ª que o serviço da Faculdade fez-se regularmente, como consta das partes mensaes que foram presentes a v. ex.ª, havendo unicamente a notar-se que a segunda cadeira do quinto anno teve de ser regida por tres differentes lentes, visto que, tomando assento na Camara dos srs. Deputados o proprietario conselheiro Carlos Carneiro de Campos, foi nomeado para substituil-o o dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada, o qual tambem teve de tomar assento na mesma Camara; e nomeado o substituto dr. João da Silva Carrão e apresentando logo depois uma licença concedida pelo Governo Provincial para tratar da sua saúde, foi á Côrte e, porque fal-

(¹) Do livro, existente na Secretaria da Faculdade, destinado á «Copia dos Officios do Director ao Governo Imperial».

tassem deputados por esta Provincia, foi chamado a tomar assento.

Todas estas vicissitudes, que aliás não podiam ser previstas, estorvaram de algum modo a unidade do ensino.

Todas as outras cadeiras foram regidas pelos proprietarios ou substitutos, sem interrupção e com cabal desempenho de seus deveres.

Os alumnos, com raras excepções, foram frequentes e o seu comportamento regular.

Segundo as informações dos respectivos lentes, no 5.º anno, distinguiram-se os estudantes Antonio Ferreira Vianna, Antonio Carlos de Andrada Machado e Silva, Clemente Falcão de Souza, Felisberto Pereira da Silva, Francisco de Paula Ferreira de Rezende, Paulo José de Mello Rodrigues Costa, Evaristo Ferreira da Veiga, Antonio Simplicio de Salles, e acima de todos Paulino José Soares de Souza; no 3.º anno, Lafayette Rodrigues Pereira e João Baptista Pereira.

Todos os funccionarios da Faculdade foram exactos no cumprimento dos seus deveres.

Deus guarde a v. ex.ª

S. Paulo, 7 de dezembro de 1855.

Ill.mo ex.mo sr. conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, M. D. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.

Manuel Joaquim do Amaral Gurgel

Director da Faculdade.»

A turma dos bachareis formados em 1855, o que tinha para dar já deu.

Della sahiu para a nossa vida publica o contingente que havia de fornecer á patria — conselheiros de Estado, ministros, senadores e deputados, diplomatas, presidentes de Provincia, magistrados, lentes, directores de repartições administrativas, grandes advogados e tambem os advogados sem causa, desfavorecidos da sorte, que ficaram a marcar o passo, luctando com a adversidade na carreira publica ou na esphera civil.

Todos esses combatentes, que então se despediam das roseas illusões que povôam as arcadas da Academia, e seguiam a tomar parte nos prelios da vida real, levando na mochila, como os soldados de Napoleão, o bastão de marechal, já exerceram effectivamente o marechalato ou pereceram na lide, ou, desilludidos, fizeram do allegorico bastão uma burgueza bengala, senão muleta de invalido, para o arrimo dos seus velhos dias...

Elles pertencem ao numero dos que *foram,* ou, na melhor hypothese, dos que *são;* não, porém, ao dos que *hão de ser.* Aonde tinham de chegar já chegaram. São do passado e não do futuro. Na historia contemporanea chamaram-se Cesar ou João Fernandes, ou tiveram renome de significação intermediaria entre estes extre-

mos. Mas... *tiveram-no,* e dêsse nome, dêsse papel, dessa obra de realização, dessa pagina gloriosa ou quasi apagada que escreveram no nosso meio social, foi já extrahida a edição definitiva. Os seus auctores passaram para a historia ou para a chronica dos tempos decorridos. Isto é natural.

Já lá se vão para mais de cincoenta annos dessa data a que nos referimos. Dos academicos, portanto, que então se bacharelaram, os poucos que ainda vivem são já septuagenarios. E neste clima exhauriente do nosso Brasil, poucos organismos humanos ultrapassam muito além o cabo tormentorio dos setenta.

E quando isto acontece, não é, geralmente, depois dessa edade, que, no nosso meio social, consegue alguem elevar-se a posições mais proeminentes que as que havia anteriormente conquistado.

Demos por concluido este já longo preambulo e entremos na analyse das diversas personalidades componentes do quinquennio academico de 1851 a 1855.

Americo Brasiliense de Almeida Mello. — Paulista, natural de Sorocaba, nascido a 8 de agosto de 1833, filho do dr. Francisco Antonio de Almeida Mello, popularmente *o Mellão,* chefe politico de grande prestigio na localidade e que

teve assento na Assembléa Provincial nos biennios de 1840-41, de 1844-45, de 1850-51, de 1852-53, de 1854-55 e de 1856-57, cedendo desta data em deante a cadeira ao seu distincto filho.

Americo Brasiliense era, quando estudante, um moço alto, magro, quasi imberbe, moreno, pallido, cabellos castanhos, physionomia intelligente, algo melancolica e extremamente sympathica. De tracto ameno e captivante. Esta attracção pessoal, sempre elle a conservou em toda a sua carreira publica e nas relações civis, e exercia-se principalmente pelo poder magnetico do seu olhar, ao mesmo tempo sincero e acariciador, denotando a bondade da sua alma.

Era um estudante intelligente e applicadissimo, enumerado com justiça entre os primeiros da sua turma.

Orador fluente e correcto, auxiliado por agradavel metal de voz e sobretudo pelo encanto pessoal, não tinha arroubos de eloquencia; não, o seu genero não era esse: mas, se não excitava enthusiasmo no auditorio, prendia-lhe a attenção, conquistava-lhe a sympathia, e, depois, a convicção, e delle, por fim, colhia sinceros applausos.

Após um curso brilhante na Academia, de posse da carta de bacharel, estabeleceu escriptorio de advocacia em Sorocaba, e ahi tratou de aprofundar mais o estudo de algumas disciplinas,

para vir defender theses, como o fez, em 1860, sendo nellas plenamente approvado e obtendo assim o grau de doutor em Direito.

Entrou duas vezes em concurso a uma vaga de lente: a primeira, em 1869, tendo por competidores Almeida Reis, que foi classificado em 1.º logar, e Leoncio de Carvalho, que obteve o 3.º, mas foi o nomeado; e em 1882, em que alcançou o 1.º logar e com elle a nomeação.

No primeiro desses concursos a sua dissertação versou sobre a interessante these: — «A quem pertence o thesouro achado?» — Em resposta a este ponto sustentava na Academia o dr. Falcão Filho que — á fazenda nacional.

Foi esta, egualmente, a solução dada pelo concorrente. Firmou-se por isso, na Academia, não sem fundamento, a crença de que o trabalho apresentado por Americo Brasiliense era da lavra daquelle seu illustre collega e intimo amigo.

Quanto á vida publica de Americo Brasiliense, quem ha em S. Paulo que a desconheça? Quem ignora o efficiente papel que lhe coube na genesis do partido republicano paulista? E os factos, em que elle foi protagonista no primeiro periodo subsequente á proclamação da Republica — quem é, tambem, que os desconhece?

Não é, portanto, nosso proposito rememorar

nestas linhas factos recentes, vivos ainda no animo popular. Daremos apenas alguns traços muito geraes, consignando, coherentemente com a feição peculiar destas nossas chronicas, alguns episodios caracteristicos, ineditos ou de pouca notoriedade, não, porém, destituidos de interesse para a psychologia social.

Desconhece muita gente que o dr. Americo Brasiliense, partidariamente falando, foi, a principio, conservador. Dizemos — partidariamente — porque para nós nunca deixou elle de ser conservador. E esse cunho peculiar de moderação, de espirito ordeiro, com que se caracterisava, mesmo no periodo da propaganda, o partido republicano paulista, e muito contribuiu para o seu extraordinario progresso neste meio social, nós o attribuimos em grande parte ao influxo pessoal e á sábia inspiração de Americo Brasiliense. Comprehendeu elle que a Republica só perderia em se apresentar como um espantalho, e que, ao contrario, deveria dissipar as inveteradas prevenções das classes conservadoras e captar a sympathia popular.

Este programma, contra o voto de alguns espiritos exaltados, prevaleceu sempre na direcção do partido republicano paulista.

Voltemos, porém, ao que iamos dizendo, a saber, que o dr. Americo Brasiliense — não nas-

ceu republicano, nem mesmo liberal, e sim conservador.

Teriamos, em primeiro logar, para essa demonstração, as tradições da Academia. Como, todavia, não existem destas documentos escriptos, temos que recorrer a outro testemunho.

E aqui temos á vista o depoimento auctorizado do dr. Assis Bueno, em sua interessantissima Auto-biographia. (1)

Diz elle:

«Por suggestão do dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, de saudosissima memoria, que, na intimidade dos amigos era chamado Vice-rei, pedi em tempo ao coronel Raphael Tobias de Aguiar (que era o rei), e ao dr. Joaquim Ignacio Ramalho (hoje Barão de Ramalho), que ficasse desde então como coisa resolvida a minha candidatura á deputação geral; e assim foi assentado. Mas renunciei a essa pretenção com a minha mudança para o Rio de Janeiro, sendo o logar que me estava destinado offerecido ao dr. Americo Brasiliense, que por amor disso evolveu da noite para o dia, declarando-se liberal.

Nessa evolução foi elle acompanhado pelo dr. Almeida Mello, seu pae, homem violentis-

---

(1) «Auto-biographia de Francisco de Assis Vieira Bueno», editada em reduzido numero de exemplares; 1 vol. in. 8.º, Campinas, 1899.

simo, que, presidindo a primeira eleição que se seguiu, tratou de resto seus amigos politicos da vespera».

A despeito dessa combinação a que se refere o dr. Assis Bueno, e que deveria realizar-se em 1857, não foi contemplado o nome de Americo Brasiliense na chapa liberal para deputado geral; pois sómente em 1867, a saber, tres legislaturas depois daquella, lhe coube a honra dessa inclusão.

Todavia, desde 1858, com a interrupção apenas do biennio de 1864-65, figurou elle até 1867, como deputado á assembléa Provincial de S. Paulo.

Em 1864, por motivo de saúde, fez uma viagem á Europa, com sua digna consorte D. Marcellina Lopes Chaves, filha dos barões de Santa Branca, com a qual se casára em 1862.

Foi presidente da Provincia da Parahyba do Norte, de 16 de junho de 1866 a 22 de abril de 1867; e da do Rio de Janeiro, de 10 de março de 1868 a 10 de maio do mesmo anno.

Depois da dissolução da Camara dos Deputados, nesse anno, após a ascenção do partido conservador ao poder, Americo Brasiliense retrahiu-se por algum tempo da vida publica e dedicou-se ao exercicio da advocacia.

Pouco depois fundava com Luiz Gama, Ame-

rico de Campos, Ferreira de Menezes e outros ardentes democratas, a *Loja America,* poderoso fóco de propaganda republicana e abolicionista.

Desta data em deante até aos fins de 1870 ou principios de 1871, passava por notavel evolução a parte mais adeantada do partido liberal. Essa phase intermediaria assignala a existencia transitoria do *partido radical* que, pouco após, arvorava resolutamente a bandeira republicana.

A publicação do *Manifesto de 3 de dezembro de 1870,* assignado por algumas summidades politicas, varios cidadãos de accentuado patriotismo e alguns moços enthusiasticos que já começavam a assignalar-se pelo talento nas pugnas do jornalismo, veiu accelerar a evolução partidaria que se operava na Provincia de S. Paulo.

Americo Brasiliense collocou-se á frente desse movimento politico, e muito contribuiu para o progresso delle pela popularidade do seu nome e a sua conhecida circumspecção.

Qual foi o movel determinador da sua metamorphose?

Nenhum outro, a não serem o seu patriotismo e o seu progresso mental.

Nestas condições e quando o movel da transformação não é o vil interesse, mas uma razão nobilissima e a intima convicção, consiste o dever civico em manifestal-a por actos exteriores, em confessal-a com toda a hombridade, obede-

cendo, aliás, á lei natural da evolução tão imperiosa no desenvolvimento da materia como em relação ao progresso mental.

É a idéa expressa nestes bellos versos do poeta francez:

«J'ai pitié de celui qui, fier de son système,
Me dit: «Depuis trente ans, ma doctrine est la même;
Je suis ce que je fus, j'aime ce que j'aimais.»
L'homme absurde est celui qui ne change jamais;
Le coupable est celui qui varie à toute heure,
Et trahit, en changeant, sa voix intérieure.»

Incommodava-se muito o dr. Americo Brasiliense, quando alguem attribuia a qualquer outro movel, que não fosse esta intima evolução do espirito, a sua posição nos arraiaes da Republica.

E, naturalmente, quanto mais conceituada a pessoa que assim se manifestasse, tanto maior o seu desgosto.

Quando, em 1875, veiu a S. Paulo o Imperador, por mais de uma vez enunciou sua majestade o prazer que teria com a presença do dr. Americo Brasiliense. Este recado (e outra coisa não era, se bem que indirecto) chegou aos ouvidos do chefe republicano, e, valha a verdade, collocou-o em grave collisão. Deixar de fazer uma visita ao monarcha, que se revelava tão amavel em relação á sua pessoa, seria, quando menos, faltar a um dever de civilidade; realizar a visita: ó Deus, quanto cancan dalli resultaria!

Adoptou, por isso, uma solução intermediaria: pediu a um amigo que fosse, em seu nome, apresentar ao Imperador as suas saudações.

Apresentou-se em Palacio o dr. Falcão Filho, e, depois de cumprimentar o soberano, accrescentou:

— Além dos meus cumprimentos respeitosos, eu venho tambem desempenhar a incumbencia de um amigo: o dr. Americo Brasiliense...

— Ah! o Americo Brasiliense?! — disse o Imperador com interesse.

— ... pediu-me que apresentasse a vossa majestade os seus respeitos.

— Muito obrigado! muito obrigado! — E accrescentou logo: — Elle não imagina quanto tenho sentido a attitude politica em que se collocou, incompatibilizando-se politicamente para tantas commissões a que o destinavam o seu talento e o seu patriotismo. Sempre fui muito apreciador do espirito de justiça com que elle se houve nos cargos administrativos que desempenhou. Tive grande desgosto com essa precipitação, e não sei, na verdade, a que attribuil-a. Terá sido motivada pelo desgosto da sua preterição no concurso para lente da Faculdade? Pois, se é isto, elle que indague; ha de verificar que era o meu candidato. Tive que ceder... mas era elle o meu candidato. Diga-lhe isto mesmo, eu lhe peço.

— Dir-lho-ei, senhor.

E assim fez o dr. Falcão.

O Americo Brasiliense, porém, agastou-se devéras com a supposição imperial:

—Pois V. não se lembra, explicou elle ao seu amigo, de que foi exactamente a pecha de *feroz republicano,* contra mim articulada, que deu causa á minha preterição e á nomeação de Leoncio? Eu era já, portanto, republicano; e assim, não se póde dizer sem anachronismo que tenha sido o desgosto por esta preterição que me impelliu a virar casaca.

—Mas o Imperador não disse isto!

—Não o disse nestes termos, mas foi isto positivamente o que elle disse; e é uma injustiça! é uma offensa! é uma injuria!

Por motivos de nós ignorados, mas que certamente não desconhecem os republicanos historicos, o dr. Americo Brasiliense, depois de ter sido imperterrito batalhador entre as phalanges republicanas, collocando-se nos postos mais em saliencia e de maior responsabilidade do partido, na imprensa, nos congressos, nas conferencias, e disputando eleições ardentemente pleiteadas de deputado geral, de repente como que esmoreceu, e, qual Achilles, retirou-se á tenda do descanço.

Nos ultimos tempos, que antecederam ao advento da Republica, o seu nome já não figurava nas chapas do partido, e como que não contavam os republicanos com a sua cooperação. Parecia certo que elle estava retirado da activi-

dade politica. Chegava-se até a dizer que descrente da acção republicana.

Todavia, logo que aos chefes republicanos de S. Paulo foram feitas communicações positivas de que era chegado o momento da revolução, isto em principios de novembro de 1889, julgaram elles do seu dever communicar ao antigo chefe a grave noticia e convidal-o a colher os fructos da seára por elle plantada com tanto amor e sacrificio.

Campos Salles, incumbido de lhe fazer essa participação, procurou-o á noite, na sua casa da travessa da Sé, nesta cidade.

Americo Brasiliense acolheu a visita com a costumada affabilidade, mas, logo ás suas primeiras palavras, atalhou-o declarando-se absolutamente indisposto para qualquer cooperação revolucionaria; não acreditava na efficacia do movimento, nem mesmo na seriedade delle; emfim, não contassem com o seu apoio, que estava fóra do baralho, etc., etc.

E como pretendesse Campos Salles convencel-o da importancia dos elementos de acção com que contavam os republicanos, Americo Brasiliense de novo lhe cortou a palavra, e accrescentou:

— Homem! É já tarde e eu tenho de dar aula ámanhan; preciso de estudar a prelecção.

— Bem! V. despede-me e não quer ouvir

falar em Republica... Eu queria ao menos contar-lhe o que ha...

—Pois bem! Ámanhan ás duas horas, se V. quizer, continuaremos a conversa no *Café Americano*...

—No café?!

—Sim, no *Café Americano*, ás duas horas da tarde. Não acha bom?

—Acho optimo. Adeus!

E retirou-se Campos Salles, compungido pelo scepticismo e pela apathia do seu antigo chefe, e foi communicar o occorrido aos seus arrojados companheiros.

Á generalidade do publico causou extranheza a synalepha de Americo Brasiliense no scenario da alta politica nos primeiros dias da Republica.

Ahi está a explicação.

Mais tarde, sobrevindo desavenças entre o governo do marechal Deodoro e a representação paulista ao Congresso Nacional, cedeu o dr. Americo Brasiliense á insistente solicitação do seu concurso feita pelo Barão de Lucena, por intermedio do conselheiro Leoncio de Carvalho, e acceitou a investidura de governador do Estado de S. Paulo, com a incumbencia de derrocar a influencia dos *generaes*.

Englobava-se sob essa denominação a di-

recção politica dos antigos e imperterritos chefes republicanos Campos Salles, Prudente de Moraes, Glycerio e Bernardino de Campos.

Dahi por deante... Mas para que proseguirmos nessa narrativa tão destoante do objectivo destas chronicas da Academia de S. Paulo?

Pelo governo do marechal Deodoro havia sido nomeado o dr. Americo Brasiliense ministro do Brasil em Portugal, cargo este de que elle se excusou, allegando motivos de saude; pelo do marechal Floriano Peixoto, que succedeu áquelle, foi-lhe dada uma cadeira de ministro do Supremo Tribunal Federal.

No exercicio desse alto cargo, falleceu elle no Rio de Janeiro, no Hotel Bragança, a 25 de março de 1896.

O dr. Americo Brasiliense, além de varios trabalhos forenses e alguns opusculos sobre assumptos diversos, deixou duas obras de valor politico e historico: *Os Programmas dos Partidos,* editada em 1878, nesta cidade, e *Licções de Historia Patria,* que conta duas edições, a primeira em 1876, em Campinas; a segunda de 1877, correcta e ampliada, feita em S. Paulo.

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA MACHADO E SILVA.—Paulista, filho do grande orador parlamentar cujo nome elle repete. Nasceu em Santos a 13 de outubro de 1830.

Antonio Carlos era de estatura regular, olhos

grandes e esbugalhados, fronte descoberta e nariz bastante avantajado, cabellos castanhos.

Trazia-os crescidos e atirados para traz.

Da barba só deixava os bigodes.

Talento de primeira ordem. Oxalá fosse elle estudioso quanto era intelligente!

Além disso, orador eloquente, esmerado na vernaculidade dos vocabulos e da phrase, apaixonado, como o seu illustre pae, por palavras altisonantes, menos profuso, porém, do que elle no emprego dellas.

Tinha vasta cultura literaria e mesmo artistica, e em familia ou em rodas muito intimas deleitava os ouvintes com a sua esplendida voz de barytono.

Aprazia-se em escrever folhetins humoristicos para a imprensa diaria, e nesse genero celebrizou, em certa epoca, no *Estado de S. Paulo,* o pseudonymo de *D. Gigadas.* Ainda que espirituoso, o seu estylo quinhentista não se compadecia com a feição leve de que se deve revestir aquelle genero literario.

Concluido o seu curso academico, Antonio Carlos defendeu theses em 1856 e foi nellas approvado com a nota *simpliciter.*

Tres annos depois, concorreu a uma vaga de lente substituto e foi nella provido, por decreto de 3 de agosto de 1859.

Mais tarde, em 1864, com a jubilação do

dr. Falcão Senior, passou a cathedratico de Direito Commercial.

Na regencia dessa cadeira, continuou Antonio Carlos a revelar o seu extraordinario talento desajudado por inveterada vadiação.

A um amigo que o censurava por esta falta de estimulo, referiu elle que fôra inicialmente muito estudioso e entregava-se, no preparo das prelecções, a afanoso trabalho, mas que lhe aconteceu um dia ir dar aula sem sufficiente preparo; teve, por isso, para *encher* o tempo, que valer-se de imagens de rethórica e digressões oratorias. Com surprêsa sua, agradou muito, e, ao bater da hora, teve palmas dos seus discipulos. Este facto convenceu-o de que para agradar ao auditorio academico lhe não era necessario o estudo das prelecções e... ahi estava a razão pela qual elle não se matava a aprofundar as materias que tinha de explicar.

É força, entretanto, convir que elle abusava por vezes desse pretendido direito de não estudar. Assim, não raro, além de procurar comer tempo, prolongando os minimos incidentes que interrompiam as prelecções, elle empregava, para dissimular a sua falta de preparo, expedientes como este. Dizia, por exemplo, que o assumpto era proficientemente exposto por Massé (ou qualquer outro notavel commercialista) e que a sua licção era clara e convincente, não se podendo

dizer melhor nem tão bem; que, por isso, passava a reproduzil-o textualmente. E então, abria sem cerimonia o auctor citado e lia delle paginas e paginas.

Outras vezes, espirrava, depois assoava-se vagarosamente; depois fazia sobre a constipação uma digressão medico-jocosa, que era coisa muito incommodativa, curavel em 30 dias por meios therapeuticos, e em 31 á lei da natureza; a proposito referia alguma anecdota sobre o espirro; depois, por fim, voltava ao fio da explicação... e seguia-o até que sobreviesse outro incidente obstruccionista.

O dr. Antonio Carlos era, todavia, dotado de uma grande alma e de pronunciado espirito de justiça. Nunca ouvimos attribuir-se-lhe contra estudante ou lente, ou contra quem quer que seja, um acto, ou mesmo um dicto malevolamente aggressivo.

Tinha para com todos um tracto delicado e nas rodas intimas era um *causeur* incomparavel, pelos dictos agudos, por uma constante *verve,* pelos reparos intelligentes que fazia.

Jubilado em 1890, exerceu o cargo de inspector do Thesouro do Estado e depois o de procurador do Estado.

No desempenho destas funcções, da ultima especialmente, deu o dr. Antonio Carlos formal desmentido á sua fama de refractario ao estudo,

pois serviu o cargo com o maior desvelo, e, embora edoso, dedicou-se a afanoso trabalho, elucidando, como lhe cumpria, com bem elaborados pareceres, varios e intrincados pontos de Direito.

No periodo da fermentação abolicionista, foi elle um dos mais ardentes apostolos da humanitaria campanha.

Era amigo intimo de Luiz Gama, que, por sua vez, o admirava e affeiçoava sinceramente.

Isto não lhes vedava reciprocos gracejos, algum tanto satyricos por vezes.

Assim, indo uma vez tratar de um negocio forense na casa da familia Escobar, á rua do Marechal Deodoro (então do Imperador) viu Luiz Gama na respectiva sala de visitas alguns tucanos empalhados, e perguntou á dona da casa:

—V. ex.ª tem muita amizade ao dr. Antonio Carlos?

—Alguma. Elle é tão delicado! Mas porque pergunta?

—Vejo alli tantos retratos delle...

O dr. Antonio Carlos foi deputado á Assembléa Provincial de S. Paulo nos biennios de 1862-63 e de 1864-65, e á Assembléa Geral na legislatura de 1867-68.

Falleceu nesta cidade, no dia 19 de outubro de 1902.

CAPITULO IV

A turma academica de 1851-55

PARTE SEGUNDA

Ferreira Vianna. — O seu retrato, no physico e no moral. — Na Academia. —Testemunho de um collega. — Na vida publica. — A *Conferencia dos Divinos*. — Dictos que se crystallizaram na historia. — «O nosso imperador ainda vive?» — «Tanto quanto o imperador por mim.» — Titulos de nobreza. — As arvores do Jardim Botanico. — Palavras propheticas. — A escola conservadora. — Politica experimental. — A observação do planeta Venus. — Os bens das corporações de mão morta. — Abusos e crueldades contra os detidos. — Politica e caridade. — Nobre expansão de civismo. — Os cães e os gatos de Luiz XI. — Um necrologio admiravel. — O grande ministro da redempção. — A tradição do lapis fatidico. — O encanto da *causerie* de Ferreira Vianna. — Confraria parlamentar. — A sua emoção na tribuna. — *Reclame* perigosa para um mosteiro. — Conversa com os *seus parentes*. — *Frei Antonio* e Frei João do Amor Divino. — Dados biographicos complementares.

Antonio Ferreira Vianna. — Rio-grandense, filho de João Antonio Ferreira Vianna, e nascido a 11 de maio de 1834, na cidade de Pelotas, «na pia de cuja matriz, — dizia elle com o congenito nativismo de todo rio-grandense, — me desvaneço de ter sido baptisado».

De estatura mediana, tez entre morena e

clara, olhos grandes e scismadores, olhar vago e abstracto, exactamente quando elle mais concentrava o pensamento. Expressão grave e bondosa, por vezes de uma simulada candura. Trajava frequentemente calças de brim branco, trazia chapéo de Chile, e, indefectivelmente, gravata branca.

Talento superior, uma das mais privilegiadas mentalidades que teem illustrado o nome brasileiro.

Jurisconsulto, philosopho, publicista, orador, o principe talvez dos nossos oradores parlamentares, de uma eloquencia antes ciceronica do que demosthenica; não sómente luminar da tribuna politica, mas notavel do mesmo modo na tribuna forense, na das conferencias literarias e até na tribuna sagrada.

Na Academia, revestia-se a sua palavra dos atavios e da exuberancia das imagens e metaphoras atrevidas, a saber, de todos os defeitos e de todas as bellezas do estylo academico.

As suas idéas nessa quadra da vida, eram em assumpto politico, de um liberalismo adeantado, ardentemente democraticas; em materia philosophica e religiosa, segundo se collige de escriptos seus archivados nas columnas da *Revista do Ensaio Philosophico,* já então se assignalava Ferreira Vianna por accentuadas tendencias para o mysticismo.

Esta natural predisposição de sua alma, sempre illuminada pelo ideal, e do seu grande coração, apaixonado pelo bem e pelo bello, o perpassar dos annos não conseguiu senão desenvolver e sublimar.

Com o tempo, o alarião fez-se aguia e alçou o vôo aos páramos do infinito.

Ferreira Vianna seguiu o seu curso de humanidades no collegio de Pedro II, de onde, após brilhantes estudos, sahiu condecorado com uma carta de bacharel em letras, que lhe deu accesso ás arcadas da Academia de S. Paulo.

Alli como em todas as rodas scientificas e literarias da antiga Paulicéa, durante um quinquennio, o seu nome ecoou sempre aureolado pela admiração geral, sempre glorioso.

Exprimindo este mesmo conceito, escrevia em 1855 um collega de Ferreira Vianna, referindo-se á sua distincta personalidade:

«Eis ahi um moço, cujo nome já enche a Academia, a cidade de S. Paulo, os jornaes, e tem mesmo ido já a algumas provincias; cujo nome symboliza no espirito de quasi todos o amor da patria, das letras e o talento o mais transcendente de todos os academicos dos ultimos annos. (1)

(1) Simplicio de Salles, *Physionomias Academicas*, S. Paulo, 1855.

Convem accrescentar, como elucidação curiosa, que ainda prestando essa justa homenagem á supremacia do nome de Ferreira Vianna, todavia Simplicio de Salles antepunha-lhe como superiores no talento Wenceslau ([1]) e Felix da Cunha e no preparo Sá e Benevides, Felisberto, Medeiros e outros.

No anno seguinte ao da sua formatura, Ferreira Vianna defendeu theses, e, com a approvação unanime e a nota *plenamente,* obteve o grau de doutor, tendo feito uma brilhante defesa.

Ao sahir da Academia, dedicou-se á advocacia no Rio de Janeiro, e pouco após, logo em 1857, foi nomeado promotor publico da Côrte.

Dedicou-se depois á advocacia, ao jornalismo e á politica.

Já então era conservador, e sempre o foi,

([1]) Aliás José Wenceslau Marques da Cruz. Não se formou em S. Paulo. Escasseiam-nos, por isso, noticias a seu respeito. Delle não conhecemos senão um bem lançado estudo de direito das gentes sobre «as conquistas», inserto na *Revista do Ensaio Philosophico,* fasciculo de 20 de setembro de 1852.

Ao dr. Saturnino da Veiga, a quem somos gratos por este e outros subsidios literarios, devemos a seguinte nota sobre este estudante:

«Era julgado como uma das intelligencias mais brilhantes do anno, e dotado de excepcional memoria. «Não ama a oratoria como ornato, dizia delle Simplicio de Salles; não estuda rethorica ou dialectica, mas a sua dicção é facil e engraçada, e o seu orgam sonóro sympathico.» Tinha grande tendencia para a politica e era conservador moderado.»

como partidario, trazendo embora da sua primeira phase mental um peccado, de que elle jamais se penitenciou ou fez acto de contricção. Referimo-nos á *Conferencia dos Divinos*, eloquente pamphleto ouriçado de sarcasmos contra os aulicos, de critica mordaz ás instituições e acerbas ironias contra o imperante.

Mesmo arregimentado no partido conservador, jamais se cohibiu Ferreira Vianna dessas referencias ironicas ao *alto*. Era mesmo esta a nota caracteristica da sua oratoria parlamentar. (1)

---

(1) A proposito da feição politica de Ferreira Vianna, o sr. general Quintino Bacayúva teve a bondade de nos communicar o seguinte interessantissimo documento:

«Meu caro Quintino.

Lê o retalho junto e relê o que sob o titulo — *Topicos do dia* — está no *Paiz* de hoje, e que (assim Deus me perdôe, se levanto aleive) imputo á espirituosa penna que tanto temo quanto aprecio.

No caso de entenderes que o resumo da minha fala aos eleitores da freguezia da Lagôa esclarece o que pareceu enygmatico aos *Topicos do dia*, muito me obrigarás, estampando-o no *Paiz*.

É excusado pedir á amizade o que sempre mereci da tua justiça: attribuir á difficuldade de expressão o que de escuro apparece nas minhas falas e escriptos.

Em verdade, muito hei falado e escripto no intuito de restaurar o poder do parlamento, as franquezas provinciaes e do municipio, quebrando a cadeia pesada da centralização pagan, que nos opprime e atraza. Desta idéa, sustentada com coherencia e firmeza, não se póde tirar o conceito de ser eu *um dos mais vigorosos sapadores da monarchia.*

Estou convencido, e em consciencia o digo — que os sapadores da monarchia são aquelles que, por condescendencias superticiosas ou por egoismo, tudo attribuem e esperam do poder, que cresceu mais do que convem á sua segurança.

As monarchias que no nosso tempo teem cahido não se queixam dos opposicionistas sinceros, mas dos suppostos amigos e reaes usu-

Assim teve ella o poder de crystallizar apostrophes, locuções e conceitos, como sejam:

— «O Imperio é o *deficit*» — «Nego os meios de governo não ao nobre presidente do conselho, não ao brasileiro que esteja na direcção dos negocios; nego, porque não tenho outro modo de pronunciar a minha indignação contra o principe conspirador!» — «Governo pessoal, poder invisivel, servido por doceis instrumentos» — «Lapis fatidico» — «Cesar caricato» — «O epitaphio do segundo reinado poderá ser: *omnipotencia, boa vontade, esterilidade*» — «Ha uma differença profunda quanto á intimativa do fisco, entre o governo absoluto e o constitucional; aquelle diz ao contribuinte: *Pague e não bufe!* este lhe diz: *pague... e póde bufar!*» — «Não temo mais nada, nem receio do senhor deste Imperio... Se a con-

---

fructuarios, logo passados com armas e bagagens para o Senhor do dia. Dupin, em França, foi disto um exemplo.

Royer-Collard e Chateaubriand seriam tambem sapadores da monarchia?! Bernardo Pereira de Vasconcellos, chefe incontestavel do partido conservador, já neste reinado assegurava ao Senado que era da monarchia institucional e não da pessoal.

A Inglaterra e a Belgica não me deixam duvida sobre ser a liberdade compativel com a monarchia.

Infelizmente, meu caro Quintino, não pude observar o preceito do philosopho grego: «*versari in republica non est sapientis.*»

Dispõe do

Teu amigo e collega

FERREIRA VIANNA.

T. C. 20 Nov. 84.

sciencia falasse, eu teria grande maioria, senão a unanimidade nesta casa.»

Egualmente ficaram celebres os seguintes excerptos, dos seus discursos, eivados todos do mesmo fino sarcasmo contra a corôa:

«Todas as manhãs pergunto ao meu particular amigo Barradas: — «O nosso imperador ainda vive?» — «Sim», responde-me elle — «Pois, louvado seja Deus; temos mais um dia de ordem e de tranquillidade!» Pergunto-lhe mais: «Inda ha quem se preste a ser seu ministro?» — «Sim». — «Pois, louvado seja Deus, e aquelles que se prestam a ser seus ministros.»

Defendendo-se da accusação, que elle figurou, lhe era feita, de ser infenso á Corôa, e que tanto o acabrunhava, assim se exprimiu Ferreira Vianna:

«Quanto á pessoa do imperador, declaro sinceramente a esta Camara — que sou tão affecto, tão dedicado a sua majestade, que por elle me sinto capaz de fazer todos os sacrificios... que o imperador seria capaz de fazer por mim.»

A respeito de titulos e condecorações, eis o que Ferreira Vianna pensava e teve a hombridade de dizer da tribuna parlamentar com applausos dos seus correligionarios.

Damos na integra este memoravel trecho,

porque é bellissimo e para que fique registada nestas paginas a largueza de idéas de alguns homens publicos que se arregimentavam na monarchia sob a bandeira conservadora. Que mais e melhor poderia dizer um exaltado democrata?

«Referindo-se ás graças, um dos ex-ministros, que presidiram o gabinete liberal, disse: «é um tributo posto á vaidade». V. ex.ª vê que esta phrase prejudicava o mercado *(riso)*...

O SR. FELICIO DOS SANTOS — Aconteceu o contrario.

O SR. FERREIRA VIANNA — ... porque em geral os que gostam das honras, desejam sobre tudo que pareça ao publico, ao menos, que as merecem; e um negociante de honras deve obedecer ás regras dos negociantes de outras mercadorias e fundos publicos — acreditar a sua fazenda *(hilaridade)*, fazel-a rara.

Não tenho, porém, estas preoccupações. Se o nobre ministro do Imperio quizer continuar na successão da politica dos seus antecessores, quanto a este ponto, não ha de achar da minha parte contrariedade. *(Riso)*

Sei que o nobre ministro não é inclinado a vender honras, mas dahi não vem mal nenhum. Ellas não se venderiam com verdadeiro vexame para nós todos e para a forma de governo que adoptámos, se a este respeito *o mais interessado* não fosse tão facil.

É muito certo o que dizia Camões:

«Melhor é merecel-as e não tel-as
«Do que possuil-as sem merecel-as.

Entretanto, devo de passagem dizer a v. ex.ª: causa-me vexame... V. ex.ª sabe que não sou apaixonado por condecorações *(riso)*, sabe disto, porque já declarei que não tenho, graças a Deus, os dois instinctos do cavallo e da mulher: o amor ás fitas *(hilaridade)*; mas causa-me vexame vêr em publico saudar um cidadão — sr. Barão da Passagem — titulo que representa uma batalha, um glorioso feito de armas, e ao mesmo tempo vêr saudar um outro — sr. Barão... de qualquer coisa *(hilaridade)* — porque representa alguns cobres, o preço por que comprou essa honra!

Achava bom que se fizesse uma distincção profunda entre as honras que se dão aos militares e essas que se compram e aquellas que se obtiveram em outros tempos e assentam tão bem nos illustres cidadãos que as possuem. Este nivelamento é um vexame.

Além disto, é uma antigualha, não representa mais nada.

....

É um resquicio de antiguidade, que assenta mal em nosso paiz; é uma tradição ôca.

A este respeito, sr. presidente, não me esquecerei de que um pobre homem, obscuro, tinha

ganho alguma fortuna vendendo fazendas; chamavam-no por ahi — Guimarães; pois, um bello dia, metteram-lhe na cabeça que désse vinte contos para chamar-se Fonseca! *(Hilaridade geral e prolongada).*

Sr. presidente, esta nobreza é uma antiguidade já no ridiculo; só os inglezes supportam a resurreição de antiguidades com seriedade.

Os povos latinos são intolerantes e pouco adhesos a tradições, e muito mais quando são verdadeiras sombras, sem realidade alguma.»

Fazendo allusão ao empenho da corôa de amoldar uniformemente todos os homens publicos, para melhor os dominar, empregou elle uma bellissima imagem:

«O SR. FERREIRA VIANNA — Quando estudo, sr. presidente, os nossos homens politicos, e a sua vida, vem-me ao espirito uma imagem do que vi nos passeios que fiz pela Gávea.

O SR. SILVEIRA MARTINS — Está o que andou fazendo na Gávea.

O SR. FERREIRA VIANNA — Ha no Jardim Botanico uma alameda de arvores muito frondosas, mas todas torcidas com symetria, e pelo mesmo feitio, de modo que fazem uma vista tristemente agradavel: e alguma que se não prestou ao trabalho paciente do jardineiro *(riso)* logo elle a substituiu por uma muda mais tenra, que se dobrasse ao capricho da arte *(hilaridade).*»

Como todo o espirito genial, tinha elle a intuição dos acontecimentos. Essa faculdade revelou-a Ferreira Vianna por vezes.

Assim, já em 1877, na Camara dos Deputados, na sessão de 4 de maio, elle prophetizava:

«Sr. presidente, não sou inclinado a novidades, nem em materia de religião, nem mesmo de fórma de governo; mas tambem não sou idolatra, comprehendo o Brasil sem monarchia, não comprehendo, porem, a monarchia sem o Brasil.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA — O Brasil unido sem monarchia não comprehendo.

O SR. FERREIRA VIANNA — Philosopho, tenho direito a certas temeridades, que o são hoje, e talvez não o sejam amanhan. O que posso affirmar sem orgulho, é que no dia de uma grande desgraça, creio que estarei junto ao desgraçado; mas accrescento que não são sacerdotes desta causa e antes seus adversarios aquelles que, accumulando sacrificios sobre sacrificios até chegar á ruina, não cuidaram de tornar esta fórma de governo penhor visivel do nosso bem estar, da nossa liberdade, da nossa grandeza.

É muito difficil, sr. presidente, fazer crer a um povo que soffre em todos os sentidos violencia e oppressão em sua liberdade, desde a confiscação de seus direitos, fome e sede de justiça, até aos ultimos apertos e vexames do imposto, a um povo que é tão mal servido, pagando aliás tão caro; é muito difficil fazer-lhe crer que as

suas infelicidades devem ser attribuidas unicamente aos erros dos agentes responsaveis, ficando intacta, e pairando sempre em elevação inattingivel, a corôa irresponsavel. *(Muito bem!)*

É muito difficil, é mesmo impossivel, e por esta razão, na hora do exilio, das abdicações e das proscripções, não ha um só soberano que se tenha queixado dos vencedores que o substituiram, mas dos ministros que o serviram. *(Muito bem, muito bem.)*

Livre como pensador e como philosopho, accrescentarei: não se conforma com a minha natureza moral supportar um governo que não promova e represente a prosperidade, a elevação, a grandeza do meu paiz. Chegando a essa triste convicção, eu como conservador faria um grande sacrificio, o da mudez, mas não seria capaz de oppôr-me a quem fosse o melhor e o mais dedicado patriota.»

Os seus principios conservadores, quaes os concebia, Ferreira Vianna expoz por mais de uma vez.

Na sessão de 27 de setembro de 1877, da Camara dos Deputados, disse elle:

«Eu, sr. presidente, sou de idéas conservadoras arraigadas pela convicção a mais sincera e a mais pura. Conservador não retrogrado, porquanto do que está na Constituição, não renuncio a um ceitil.

O SR. DUQUE ESTRADA TEIXEIRA — Apoiado, está commigo.

O SR. FERREIRA VIANNA — Para adeante, além... hei de ir com tacto...

O SR. DANTAS — Com cautela.

O SR. FERREIRA VIANNA — ... e de bordão.

O SR. DUQUE ESTRADA TEIXEIRA — Com as regras do partido conservador.

O SR. FERREIRA VIANNA — Sim.»

Sobre o mesmo objecto mais elegantemente ainda se exprimiu na sessão de 6 de julho de 1888 o já então ministro da justiça do glorioso gabinete que decretou a abolição do elemento servil.

«O SR. FERREIRA VIANNA — A politica que adopto, que vejo no ministerio, é profundamente conservadora e inspirada na experiencia, o primeiro criterio da nossa escola.

O SR. MAC DOWELL — A politica experimental é essencialmente liberal. O nobre presidente do conselho citou estas palavras no Senado. *(Ha outros apartes.)*

O SR. FERREIRA VIANNA — Somos conservadores tomando por criterio a experiencia. E, na verdade, seria tenacidade injustificavel que pretendessemos manter o que a experiencia vem demonstrar prejudicial.

Se o poder executivo pela centralização enfraqueceu o Imperio, será erro que o partido con-

servador, á luz dessa experiencia, quizesse manter a centralização e não relaxasse os vinculos, dando maior liberdade ás localidades.

....

O partido liberal é o da sciencia, nós somos da experiencia. Um investiga, outro resolve.

O SR. ZAMA — Somos desbravadores.

O SR. FERREIRA VIANNA — Um, como na esculptura, desbasta o marmore; o outro dá o toque artistico, aperfeiçôa a estatua. *(Apartes.)*

Não ha razão para que o ministerio actual deixe de realizar as idéas que a experiencia aconselha que sejam adoptadas como sufficientes e praticas. *(Apoiados.)*»

Mais um trecho de eloquencia, egualmente notavel pela belleza da imagem quanto pela felicidade da expressão. Refere-se o orador ao mallogro causado pela interposição de uma nuvem e por um chuvisco, da observação da passagem do planeta Venus pelo disco solar, em 1883:

«Venus, por pudicicia, envolveu-se em véos e não quiz que os brasileiros observassem o seu primeiro contacto externo, e o ultimo interno com o sol; se alguma coisa se sentiu, foram as suas lagrimas, pelo muito que soffreu.»

A proposito da conversão dos bens das corporações de mão morta, dizia Ferreira Vianna,

na sessão de 2 de setembro de 1884 da Camara dos Deputados:

«O DR. FERREIRA VIANNA — A egreja não está dividida, como se pensa. É uma sociedade unida, universal *(apoiados)* e os seus bens participam tambem desta natureza. *(Apoiados.)*

Nestes santuarios, nestas egrejas, nestas devoções, que para uns serão talvez objecto de ridiculo, mas que para a grande parte dos brasileiros são de veneração e consolação *(apoiados)*, ha bens, patrimonios constituidos por pessoas de todas as nacionalidades *(apoiados)*, e que não procedem do Estado nem dos poderes publicos.

O SR. RATISBONA — Por conseguinte deviam ter um destino mais ou menos concludente, e não tornar-se o governo arbitrariamente o herdeiro delles. *(Apoiados.)*

O SR. FERREIRA VIANNA — Niguem supportaria sem certo horror que o herdeiro propinasse veneno subtil e lento ao seu antecessor até arrecadar-lhe a herança. *(Apoiados.)*

O Estado, limitando o direito da liberdade de consciencia, impediu a admissão de noviços, o que equivale a apressar a morte daquelle cujo despojo calcula receber, e ainda vivo faz seu.

O SR. RATISBONA — Se as ordens não fossem ricas não appareceria o appetite da herança.

O SR. FERREIRA VIANNA — Sem necessidade para o governo, sem ordem logica para a lei da receita, sem urgencia para o Estado, como póde

a Camara adivinhar qual seja o espirito que motivou a inclusão deste additivo no projecto do orçamento? Chegar á violencia por meios faceis: politica de Machiavel, politica florentina! *(Apoiados.)* Antes o subterraneo escuro do que a claridade. Phrases incompletas que dão logar a interpretações varias — *conforme o direito,* ou este direito seja o extrahido de alguma obra de legalista intransigente, ou o direito interpretado por consciencia sem systema e os vicios da prevenção.

O SR. RATISBONA — Apoiado, perfeitamente.

O SR. FERREIRA VIANNA — *Conforme o direito,* quer dizer em nossa época: as conveniencias de momento, a vontade dos que pódem e apesar da justiça dos que clamam».

Membro do governo, Ferreira Vianna deu eloquente prova do seu grande e humanitario coração.

Já nos referimos á sua collaboração na lei aurea da abolição, a qual, por insistencia sua, foi redigida *num só artigo,* cuja eloquencia está exactamente no seu laconismo: *Fica abolida a escravidão no Brasil.* Alludimos agora ás suas reformas em relação á sorte dos presos.

Falava elle de uma visita que tinha feito á Detenção:

— «Sr. presidente, ao fazer aquella visita, além de outros assistentes, achavam-se os *reporters,* que hoje entram até no interior do lar domestico

e já os reputo meus parentes *(hilaridade geral e prolongada)*; falo assim para que não se consigne — o que parece resultar do discurso do meu nobre amigo — que os levava commigo, e lhes despertava o appetite da curiosidade.

O SR. MAC-DOWELL — Não disse isto; disse que elles iam com v. ex.ª

O SR. FERREIRA VIANNA — O nobre deputado sabe melhor do que eu: o mal não está no que dizemos, está no que os outros pensam que temos dicto. *(Riso.)*

Elles acompanharam-me por curiosidade propria, e nisto, não nego, tenho prazer, e confesso para lisonjear a nobre opposição liberal *(riso)*; gosto muito da publicidade; é a maior garantia que póde ter o direito individual em um paiz em que os magistrados são tibios e o poder não tem offerecido muita confiança á liberdade do cidadão. *(Apoiados.)*

Entre os *reporters* e assistentes achava-se pessoa douta naquelles assumptos, e, solicita, chamou-me a attenção para uma obra de primor, filha de seu engenho e execução.

Talvez concluisse a visita, se não fôra o convite, sem ver aquelle aperfeiçoadissimo instrumento de terror.

Não ficava longe o logar; em poucos momentos penetravamos em um recinto baixo, para onde não se podia entrar sem curvar a cabeça, como se entra no poder, diziam os antigos. *(Hilaridade.)*

Dois corredores: um mais alto, outro mais baixo, ambos servidos por uma só fresta por onde penetrava luz escassa e ar muito reduzido.

Senti logo calafrios, porque, como disse ao meu nobre amigo, a impressão do terror e destes instrumentos de crueldade é em mim muito dolorosa.

Desde logo, ao simples aspecto da obra, pareceu-me estar em seculo differente e paiz extranho; porém, não querendo de prompto exprimir a minha indignação *nervosa,* perguntei o que era. Respondeu-me mais de uma pessoa: «Aqui corrigem-se os incorrigiveis; são prisões de recente data.»

Mandei abrir uma das cellulas e entrei com certa temeridade, de que felizmente não estou arrependido; ordenei que fechassem a porta sobre mim, e, no fim de cinco minutos, reconheci que não podia haver tormento egual.

Tomando por testemunhas Deus e os homens, declaro que prefiro a morte a ser ali depositado! *(Sensação.)*

. . . .

Desde logo disse: — Não podem servir; é uma obra prima, mas não de justiça, de crueldade.

. . . .

Construir taes prisões em casas de detenção — é um insulto ao cidadão, é insupportavel!

. . . .

A questão é esta: foi aberto na Casa de Detenção supplicio não cogitado pela lei e que não podia em hypothese alguma ser applicado a simples detentos.

....

O carcereiro disse-me: Foram recolhidos, por ordem minha, não menos de dez; disto não ha prova; se puz em execução as prisões foi por ordem verbal do ex-chefe de policia.

Accrescentei: Como é possivel que taes prisões, nas condições em que as figurou o exame de pessoas competentes, pudessem, sem morte, reter os detidos? Respondeu-me: Porque não lhes fechava a porta.

A verdade, que desejo transpareça, não é só a crueldade do meio, é a sua illegalidade. A detenção tem regulamento, no qual estão determinadas as solitarias em que devem ser recolhidos os detentos, e nas condições regulares da Constituição — arejadas, com a largueza indispensavel, de modo a não serem prejudiciaes á saude e á vida.»

Outro emprehendimento humanitario iniciado por Ferreira Vianna quando ministro da Justiça e depois do Imperio, em 1888, foi a creação de asylos para orphãos e para creanças abandonadas.

Dizia elle na mesma sessão na Camara:

«Senhores, de todo não é exacto que eu te-

nha solicitado individualmente esmolas ou soccorros para os asylos que pretendo fundar. Os auxilios teem corrido espontaneamente. Posso mostrar ao nobre deputado uma relação de todos os bemfeitores desta santa obra. Posso ler as cartas que tenho recebido e que me commovem profundamente, porque são a historia do que ha de mais intimo em almas que ainda não se esqueceram da misericordia e do amor do proximo.

Ha o que apprender naquelle que dá muito e naquelle que dá quasi nada. Ha muito que apprender nestas rivalidades de amor, de piedade e de caridade.

....

Conto com as contrariedades da politica, mas com o favor e a união de todos os nobres deputados, em redor de mim, quando se tratar da caridade, de agasalhar e acariciar estas creanças, de diminuir estes infortunios, de suavisar estas dores e finalmente de enxugar tantas lagrimas. *(Muito bem.)*

Opponham-me os nobres deputados todas as contrariedades politicas: já estou resignado e prompto para soffrel-as; mas, por piedade, não me criem embaraços a esta obra do coração, e toda de amor. Deve ficar fóra dos nossos debates semelhante assumpto.»

Mais um topico eloquentissimo e de critica mordaz, que tambem se tornou celebre, de um

seu discurso proferido na sessão de 31 de julho de 1884:

«Mas o meu espirito, já o disse tantas vezes, carece de outras nutrições. Estou cançado de representar nesta comedia politica. É uma decoração tristissima, onde só ha espectros e uma unica realidade. Este poder omnipotente e só, afflige-me, irrita-me, e quero, por minha parte, escapar de todas as tentações.

Não; revolucionario, nunca! Porque, por mim, não se ha de derramar o sangue de um só homem. *(Muito bem.)*

O SR. SEVERINO RIBEIRO dá um aparte.

O SR. FERREIRA VIANNA — Mas a dignidade que sinto dentro da minha alma é capaz de fazer os protestos que o nobre deputado está ouvindo, e, se fosse moço, talvez soubesse laval-os com o proprio sangue, porque a liberdade vale este preço. *(Muito bem.)*

O SR. SEVERINO RIBEIRO dá outro aparte.

O SR. FERREIRA VIANNA — Não sou patriota, nem nunca o fui *(riso),* falo com a consciencia do que devo a mim proprio e do que devo á minha nação *(muito bem).* Ella que me julgue.»

Prosegue elle no mesmo discurso:

«Sr. presidente, refere-se (é tempo de descançar o espirito e rir), que Luiz XI, rei muito conhecido, não só dos nobres deputados, como de outras pessoas lidas na historia, era um ty-

ranno de França com gloria politica, pois fez a unidade do seu paiz; este rei tinha um prazer, que não deixarei de achar extravagante: mandava uma pessoa da sua côrte, das mais estimadas e predicadas, cuidar de gatos e de cães e em um amphitheatro magnifico de seu palacio assistia com o corpo diplomatico aos combates dos gatos com os cães e dos cães com os gatos *(riso).*

Quando resolvia em sua *sabedoria (riso)* que os gatos, no torneio daquelle dia, fossem victimas, mandava nutrir os cães com antecedencia e pôr em dieta os gatos *(riso);* quando, pelo contrario, entendia que deveriam ser os gatos os vencedores, mandava pôr os cães em dieta *(riso),* e assim tinha a satisfacção indizivel de assignalar com certeza quem seria o vencedor *(riso).*

Refere-se ainda que elle assistia á scena sentado em seu throno, junto a um balcão. Quando acabava aquelle espectaculo de carnificina desesperada entre os famintos e os engordados, o creado vinha varrer a baba do rei *(riso e apartes).*

Sr. presidente, não é preciso vêr muito para ter a certeza da denuncia que fiz. Os factos teem-se repetido, e devo dizer com muito pesar, com ostentação inteiramente excusada.

....

O que se pode dizer é repetir a phrase de uma literata franceza que, talvez por não ser formosa, tinha pesar em pertencer ao sexo femi-

nino e então despia-se deante dos creados e defendia-se dizendo — não são homens *(riso)*.

Assim, o abuso e o escandalo teem sido de tal ordem que se pode asseverar que nós não somos homens *(hilaridade)*.»

Este monumental discurso teve a seguinte vehemente peroração:

«Quarenta annos de oppressões, de omnipotencia e de victorias incruentas do poder armado contra a opinião do paiz desorganizada; quarenta annos de desfallecimentos, de sujeições, de murmurações, de timidos protestos; quarenta annos de usurpações bem succedidas, de liberdade constitucional quasi supprimida, terão talvez animado o poder a affrontar a opinião do paiz e a desferir sobre a Camara o golpe da dissolução. Sobre as ruinas do principio popular, o novo Cesar caricato ousa encorajar os que vacillam ou temem, repetindo: *«Quid times? Cesarem non vehis?!» (Muito bem, muito bem. O orador é cumprimentado por todos os deputados presentes).*»

No genero necrologio parlamentar, nada conhecemos de mais sublime que o proferido por Ferreira Vianna, na sessão de 17 de junho de 1864, na Camara dos Deputados, em memoria do Visconde de Nictheroy.

Não o reproduzimos aqui para não alongarmos demasiadamente a presente chronica; recommendamos, porém, aos nossos leitores que o

leiam ou o releiam: no que alcançarão alguns minutos de grata diversão literaria e ao mesmo tempo o despertar de fundas cogitações philosophicas.

O ponto culminante da vida publica de Ferreira Vianna foi, a despeito do brilhantismo da sua carreira parlamentar, a posição no gabinete de 10 de março de 1888, que lhe deu a honra de ser o ministro que apresentou ao parlamento e referendou, em substituição de Antonio Prado, ausente por motivo de saúde, a gloriosa lei de 13 de maio.

Era elle um dos grandes ministros daquelle grande ministerio.

Estava arraigada, até então, nas rodas politicas, a crença de que Ferreira Vianna não seria jamais ministro, ao menos durante o segundo imperio. Davam-no como proscripto pelo imperador, e elle mesmo, segundo parece, compartilhava essa opinião corrente.

E' possivel que tal prevenção actuando, quiçá, no espirito dos organizadores de gabinetes, tenha contribuido para que elles mesmos, por conta propria, tenham afastado das combinações sujeitas á approvação da Corôa aquelle distincto nome.

Como, porém, se originou essa legenda?

Dizem que, por occasião das preliminares da

organização do ministerio S. Vicente, em 1869, esse eminente politico submetteu á consideração da Corôa a lista dos nomes por elle lembrados para o seu governo; que no dia seguinte recebeu das mãos do monarcha a restituição da lista ministerial, com a declaração de que estava muito boa. Divulgou então o Marquez de S. Vicente os nomes dos seus ministros. Reparou, porém, posteriormente, que na lista que lhe devolvera o imperador estava riscado a lapis (dahi o epitheto —*fatidico,* ao lapis imperial) o nome de Ferreira Vianna.

Devemos accrescentar, em homenagem á verdade, que já ouvimos contestar esta versão, affirmando-se que difficuldades politicas de momento moveram o presidente do conselho a substituir aquelle nome, e que a essa alteração conservou-se inteiramente extranha a acção da Corôa.

O que é certo (e vae agora uma revelação que temos de fonte authentica) é que, por occasião da organização do gabinete 7 de Março, o Visconde do Rio Branco falou ao Imperador no nome de Ferreira Vianna.

— O senhor bem sabe — observou sua majestade — que não ha para mim homens impossiveis. Todavia, parece que, sem este nome, o ministerio ficará melhor, e o governo mais homogeneo.

Explicando, depois, melhor o pensamento, accrescentou o imperador que haveria, ao menos inicialmente, certo constrangimento reciproco no

tracto, que devia ser de absoluta confiança entre a Corôa e aquelle ministro, visto as suas idéas anteriormente enunciadas.

Ferreira Vianna era um *causeur* encantador. A sua palestra congregava e prendia ao redor delle, na sala da Camara, quando não havia sessão, ou quando esta terminava cedo, grande numero de deputados attrahidos pela magia da sua palavra ao mesmo tempo conceituosa e faceta, sempre cheia de *verve* e de atticismo. Referia com frequencia anecdotas historicas e casos de frades, a cujo respeito era inexgottavel o seu repertorio.

Todos os deputados, sem discriminação politica, o tratavam com carinhoso respeito e muitos lhe chamavam Mestre.

Outros, liberaes e conservadores da *dissidencia* de 1871, haviam por gracejo formado com elle uma confraria e tratavam-se reciprocamente por *Frei*. Estes *frades* eram *Frei* Paulino, *Frei* Gaspar, *Frei* Martinho, *Frei* Domingos e elle *Frei* Antonio, o mais *jesuita* de todos, segundo o voto geral.

Como dissemos, Ferreira Vianna começava em geral as suas mais bellas orações em voz soturna, parecendo dominado por timidez, que se revelava no gesto e no tremor das mãos.

Perguntámos-lhe, uma vez, com as cautelas indicadas pela civilidade — se aquella apparencia era uma arte ou o effeito de real emoção.

— Domina-me sempre que falo — teve elle a bondade de nos responder — emoção invencivel, de principio a fim do discurso...

— Mas num orador tão provecto, tão senhor da palavra!...

— Pois assim é! E não imagina quanto soffro, deste mal incuravel...

Achando-nos numa cadeira a seu lado, na Camara dos Deputados, no correr de um seu discurso, deu-nos elle a mão trémula a apertar. Estava gelada.

Percebemos que era sua intenção responder por aquelle modo á pergunta que fizeramos. E a prova era cabal, pois a temperatura do corpo não é susceptivel de se alterar por simulação ou pela faceirice oratoria.

Innumeros são os dictos agudos attribuidos a Ferreira Vianna. São, quasi todos, mais ou menos conhecidos; alguns delles estão registados no interessante livro de Ernesto Senna — *Notas de um reporter*.

Não mencionaremos, por serem mais caracteristicos da sua feição mental, senão os tres seguintes:

Tinha elle uma cella no convento de Santo Antonio, de cuja ordem se fizera irmão. Estima-

va-o estremecidamente o provincial da mesma, Frei João do Amor Divino Costa. Teve, por isso, grande prazer quando lhe foi communicada a noticia da nomeação do dr. Ferreira Vianna para ministro da Justiça. Declarou então que não era o seu amigo o primeiro ministro que tinha sahido daquelle convento; que, antes delle, varios outros...

—Frei João! Frei João!—atalhou Ferreira Vianna.—Fale baixo, e não conte isto lá fóra a ninguem; senão o seu convento fica a regorgitar de moradores.

Desculpava-se um dia um dos *seus parentes* da reportagem fluminense, de um artigo hostil ao governo, inserto no seu jornal.

—Não se incommode com isto—disse elle—não se incommode, porque eu não me incommodo, pois comprehendo o que é isto; e continúo o meu caminho.

E depois, fingindo que mudava de conversa, referiu que, na noite anterior, quanto voltava ao seu convento, ao passar pela rua da Carioca, ouvira um *psio! psio! psio!*...

—Olhei em roda de mim—proseguiu elle—e ao longo da rua, e não vi ninguem proximo. Entretanto, o *psio* continuava, e então notei que era uma pobre filha do peccado que se havia enganado, chamando por mim. Não me zanguei; continuei o meu caminho, e chegando ao con-

vento, orei, pedindo a S. Francisco de Assis perdão para aquella desgraçada.

Poucos dias depois da proclamação da Republica, tendo havido uma insubordinação de praças no quartel do regimento de cavallaria da guarnição do Rio de Janeiro, recahiram suspeitas de instigações sobre alguns vultos politicos proeminentes do antigo regimen.

Nesta occasião ouviu o conselheiro Ferreira Vianna baterem á porta da sua cella no convento de Santo Antonio.

Era um official do exercito que o procurava.

— O sr. conselheiro Ferreira Vianna?

— É o proprio. Que deseja? — disse o conselheiro com a affabilidade que lhe era peculiar.

— Venho prendêl-o por ordem do sr. ministro da Guerra.

— Bem, então dê-me licença que eu acabe de rezar o santo officio.

Poucos minutos depois, comparecia elle ao quartel general do Exercito.

Fizera-se acompanhar por Frei João, «afim de ser assistido christanmente, caso houvesse de ser fusilado».

Antes de ser interrogado, o conselheiro, cruzando os braços sobre o peito, e com ar piedoso, dirige-se ao seu amigo:

— Meu provincial, deite-me a sua benção...

Frei João deitou-lhe a benção pedida.

O conselheiro Gaspar Martins, que alli egualmente estava detido, e pela mesma suspeita, disse entre dentes:

— Este Frei Antonio ainda ha de pregar um grande calote a Deus.

No interrogatorio que lhe fez o general Almeida Barreto, respondeu o conselheiro Ferreira Vianna — que era conservador e monarchista, «com a graça de Deus», e que não conhecia militares, á excepção do commendador Malvino Reis, coronel da guarda nacional; que era catholico e temente a Deus, e que, na manhan do dia em que se dera o movimento de indisciplina, estivera a acolytar Frei João durante a santa cerimonia da missa.

Estas e outras respostas divertiram os officiaes do conselho militar, que dispensaram o indiciado de outros depoimentos, e o mandaram sahir livre e em paz para a sua cella do mosteiro de Santo Antonio.

E elle, effectivamente, com o seu piedoso companheiro, para lá voltou a orar e render graças ao Altissimo por aquelle desenlace.

O sr. conselheiro Ferreira Vianna era casado com uma distincta senhora paulista, filha do conselheiro Joaquim José Pacheco, que foi por alguns annos chefe politico de muito prestigio nesta provincia e deputado provincial em varias legislaturas.

É pae do dr. Ferreira Vianna Junior, ex-pretor federal, e sogro do dr. Pires Brandão, emerito advogado no Rio. Como pae de familia, era extremosissimo.

Iamos-nos esquecendo de mencionar que elle foi, por occasião da questão religiosa, em 1873, um dos preclaros defensores dos bispos presos, D. Vital e D. Antonio.

Falleceu este grande homem a 10 de novembro de 1904, no Rio de Janeiro.

CAPITULO V

A turma academica de 1851-55

PARTE TERCEIRA

Simplicio de Salles. — Os seus primeiros estudos. — Na Academia. — Breve existencia. — Bernardo Veiga. — Caetano Pinto. — A sua *republica*. — O temor que ella inspirava. — Os apuros de um caloiro. — Precursor de Blondin. — O logar para o caustico. — Associação de idéas. — Na vida publica, outro homem. — Excentricidades que ficaram. — Candido Guanabara. — Suas luctas na Academia. — Defesa de theses. — Proposições paradoxaes. — A arguencia de Gabriel. — Incidente com Carrão. — Parodia evangelica. — Resultado desastroso. — A sua vida publica. — Dados complementares. — Lima e Silva. — Falcão Filho. — Educação primorosa. — Seus triumphos academicos. — Suas qualidades como lente. — O seu tracto com os estudantes. — Ataques que soffreu. — Incidente caracteristico. — Uma reticencia cruel. — No fôro. — Serviços ao progresso de S. Paulo. — Sua aversão á politica. — Dados complementares. — Domingos da Cunha. — Evaristo da Veiga. — Tentação irresistivel. — Apresentações reciprocas. — A sua vida publica. — Felisberto Jardim. — Felisberto Pereira da Silva. — Gonçalves de Meirelles. — Um beijo por aposta. — A cólera de Achilles. — A mais segura defesa. — Bacharel *recambiado*.

ANTONIO SIMPLICIO DE SALLES. — Mineiro, natural da Campanha, filho de José Pedro Xavier de Salles, e nascido a 15 de fevereiro de 1830.

Era de estatura regular, magro, pallido, tez clara, cabellos castanhos, «physionomia doce e sympathica», testemunha Couto de Magalhães na *Revista da Academia de S. Paulo,* fasciculo de agosto de 1859. Esse mesmo retrato nos é ainda verbalmente confirmado pelo dr. Jesuino de Almeida, contemporaneo de Simplicio de Salles.

Sobre os seus primeiros estudos encontram-se nas *Ephemerides Mineiras* os seguintes interessantes informes:

«Madrugaram em Simplicio de Salles talentos excepcionaes, emmoldurados por admiravel rectidão de caracter e peregrinos dotes de coração, que bem cedo o tornaram modelo para os adolescentes, como elle, justo orgulho de sua familia e esperança que, semelhando uma nova luz, despontava promissora para a sua pequena terra natal.

Minguavam-lhe, porém, os recursos, e na Campanha não havia então, além das aulas primarias, senão o ensino publico do latim e do francez. Simplicio de Salles trabalhava como escrevente de cartorios e de advogados, afim de comprar livros e de estudar comsigo mesmo algumas materias preparatorias para a matricula em curso superior...»

Da mesma fonte colhemos esta curiosa particularidade:

«Para o conhecimento pratico da pronuncia

ingleza, lingua que já traduzia por exclusivo esforço proprio, ia todos os dias pedir lição ao unico inglez residente na Campanha, preso na cadeia; e procurava-o invariavelmente muito cedo, porque só pela manhan o filho de Albion não se achava embriagado.»

Matriculou-se na Faculdade de S. Paulo em 1851, e fez-se desde logo notar entre os primeiros estudantes do anno, tanto pelo talento como por inexcedivel applicação.

Intelligencia ávida de saber, dedicou-se, além do estudo do Direito e das sciencias sociaes que fazem parte do curso, ao da literatura e da philologia. Lia no original os classicos latinos e gregos e bem assim os auctores inglezes e allemães. A *Revista Mensal do Ensino Philosophico,* de 1852, insere um seu importante estudo critico sobre Ossian.

Era jurisconsulto, philosopho, poeta e orador, sempre muito festejado pela Academia quando falava nas sessões magnas das associações literarias, ou quando dava á publicidade algumas das suas producções poeticas ou sociologicas.

Dentre as composições da sua lyra, Couto de Magalhães celebra com enthusiasmo a que tem por titulo *O Cavallo de Mazeppa,* em estylo byroniano.

Referem os seus contemporaneos que Simplicio de Salles tinha tal paixão pelo estudo, que

a elle consagrava todo o seu tempo, e jámais se envolvia nas diversões proprias da edade e do meio em que vivia. Accrescentam que muitas vezes os seus estudos nocturnos eram interrompidos pela luz da manhan.

Dos seus numerosos escriptos salvaram-se poucos, e alguns chegaram a ser dados á publicidade.

Breve foi, infelizmente, a sua carreira publica, pois a morte arrebatou-o prematuramente.

Exerceu, a principio, a advocacia na cidade de Caldas, e, logo no anno immediato ao de sua formatura, em 1856, foi eleito deputado supplente á Assembléa Geral Legislativa, pelo 12.º districto de Minas.

Em 1857 foi nomeado secretario da policia da provincia de Minas, cargo esse que por pouco tempo exerceu, porque, em goso de licença, partiu em novembro daquelle anno para o Rio de Janeiro, onde se casou no dia 8 de dezembro com uma filha do commendador João Pedro da Veiga, e veiu a fallecer 29 dias depois, victima da febre amarella, no dia 6 de janeiro de 1858.

Bernardo Jacintho da Veiga. — Mineiro, da Campanha, filho do conselheiro Bernardo Jacintho da Veiga, membro do Instituto Historico, irmão do grande Evaristo Ferreira da

Veiga, e que fôra duas vezes presidente de Minas.

De estatura acima de mediana, moreno, cabellos e barba pretos, trazia sempre oculos escuros.

Intelligencia regular e de regular applicação. Prejudicava-o excessiva modestia.

Foi juiz municipal em Caldas no anno de 1857, e depois exerceu por longos annos a advocacia, até que falleceu na mesma cidade.

Caetano José de Andrade Pinto. — Fluminense, filho do dr. João José de Andrade Pinto e nascido a 11 de agosto de 1834.

De estatura regular, ou talvez um ou dois centimetros abaixo della; todavia, de constituição robusta. De temperamento jovial e presença agradavel. Claro, cabellos castanhos, algum tanto myope, pelo que usava *pince-nez* de grau. Trajava com elegancia, a ponto de attrahir a sympathica admiração do conselheiro Cabral, que por mais de uma vez o felicitou sinceramente pelo talho do seu fraque, as suas meias de seda, as suas gravatas modernas, etc.

Era bacharel em letras pelo Collegio de D. Pedro II. Em 1851 matriculou-se na Faculdade de S. Paulo.

— «Intelligencia viva e robusta. Bom estudante; o seu mal — disse-nos literalmente um collega delle — era ser extremamente, brincador, folgazão em excesso».

Encontramos a este respeito interessantes pormenores nas tradições academicas.

Caetano Pinto, Evaristo Veiga, Paulino de Souza e Sá e Benevides (este de um anno superior) eram amigos intimos e companheiros de casa. Moravam á rua dos Bambús, a qual naquelle tempo contava pouquissimas casas, tendo em compensação interminaveis taipas não rebocadas, com interrupções aqui e acolá, que davam accesso a vastos terrenos em campo ou em lagôa.

A *republica* destes estudantes era situada na esquina da rua dos Tymbiras, então pantanosa e em matto, e dava os fundos para a rua de Santa Iphigenia, tambem quasi intransitavel.

Dêsse quatrumvirato academico, eram conhecidos, pela gravidade e prematura circumspecção, Paulino de Souza e Benevides, e, ao contrario, assignalavam-se, pelas diabruras que faziam, Caetano Pinto e Evaristo.

Assim, alta noite, sahiam estes a assombrar o bairro, representando de almas do outro mundo, ou então a fazer serenatas em trajes do paraiso, antes do peccado dos nossos paes; e, de dia, não se limitavam a dar vaias nos *bichos* e *caloiros* que se afoitassem a passar por alli; boliam com toda a gente, fosse quem fosse, e mesmo aos *futricas* os mais sisudos contavam o passo a meia voz : — «Um, dois ! um, dois !»

Por via dessas brincadeiras dos dois travessos rapazes, as familias paulistanas receavam transitar por aquellas bandas. Arriscar-se-iam, no minimo, a encontrál-os a galopar, de camisola e com chapéo armado de jornal, a cavallo em cabos de vassouras.

Numa tarde muito calmosa, estavam elles á porta da casa, envoltos num simples lençol, sem outro qualquer traje. Postava-se ao lado delles, na mesma *toilette,* um *caloiro.*

Ao approximar-se uma familia, Evaristo e Caetano recolheram-se repentinamente, e, arrebatando ao *caloiro* o seu lençol, fecham sobre elle a porta e deixam-no na rua em trajes de Adão.

O pobre moço acocora-se, cose-se ao chão, mas nem assim póde occultar o quadro vivo que afugenta as espectadoras, justamente espavoridas.

Quando Caetano Pinto vinha á cidade, costumava trazer comsigo um longo varejão com o qual, transformado em maromba, fazia de funambulo, caminhando por cima do tenue parapeito da ponte do Acú.

Depois, com aquella enorme vara, passeava pela cidade ou fazia o trajecto até á Academia, por vezes trepado sobre uma carroça ou um carro de bois. Se alguem se ria delle, ria-se elle do caçoador... e proseguia no seu caminho.

Era dado a passeios a cavallo, ora pelas ruas da cidade, ora pelos arrabaldes. Nem sempre, porem, encontrava para alugar ginetes apresentaveis; tinha então que se contentar com os magros *pitos* que achava disponiveis.

Tal foi, em certa occasião, o seu desespero pela lerdeza do *canivete* (era da giria academica do tempo e cremos que de ainda hoje), que teve, para *cural-o,* uma idéa brejeira. Tocou para uma pharmacia que ficava na rua do Ouvidor, hoje José Bonifacio.

— Ó *seu* Rosa, póde preparar-me uma *mosca* bem picante?

— Já as tenho promptas, doutor; de que tamanho?

— Assim — indicou elle, formando com o pollegar e o index um pequeno circulo.

— Aqui está; quer levar?

— Não; quero que o senhor applique neste cavallo...

— No cavallo?!

— Sim, para lhe dar algum calor.

— Que idéa! Mas, onde ha de ser?

— Aqui — disse o Caetano, levantando a cola do animal.

Noutra occasião, dava elle o seu passeio habitual, montado desta vez num soffrivel corcel.

Pareceu-lhe opportuno, visto a *figura* que sup-

punha estar fazendo, passar pela frente da casa da namorada.

Quando alli se achava, divisando á sacada gracioso rancho de moças, quiz fazer bonito e esporeou o cavallo para que desse uma pirueta; este, porem, correspendendo mal á intenção do cavalleiro, não fez pirueta, nem coisa bonita, ao contrario.

As moças de prompto se retiram da janella, rindo-se umas, outras vexadas.

— Shoking! — exclama uma *institutrice* ingleza.

— Perdeu a poesia! — diz uma menina espevitada.

— E tambem a senhora — replica indignado o Caetano — porque sempre que se der isto, hei de me lembrar da sua vaia.

Ao sahir da Academia, o dr. Caetano Pinto exerceu por um quatriennio o cargo de promotor publico da comarca de Rio Bonito; e em 1861, o de secretario da provincia do Rio de Janeiro, o qual deixou, no anno seguinte, investido numa vara de juiz de direito na provincia de Pernambuco. Nesse mesmo anno, foi eleito deputado á Assembléa Provincial do Rio de Janeiro, e foi-o ainda noutras legislaturas.

Decidiu-se, por fim, a reatar a carreira que iniciára na magistratura, e então foi juiz de direito em Guaratinguetá e em Santos, onde se

casou na familia do Visconde Emberé, de saudosa memoria. Removido, depois, para a Côrte, alli foi juiz e desembargador, até que se aposentou neste ultimo cargo.

É excusado explicar que as suas estudantadas ficaram todas na Academia, e que neste particular se deu completa e definitiva solução de continuidade entre o personagem do trocista e o do homem publico, que o substituiu na mesma individualidade; este foi, a todos os respeitos, um modelo de magistrado.

— «Agora, meu Caetano — disse elle, em colloquio comsigo mesmo, numa roda intima, no dia da sua *ópa.* — Tu tens que mudar de vida; deixa nesta Paulicéa a casca do estudante folgazão, as brincadeiras e brejeirices, e trata de tomar a mascara de um sério e circumspecto personagem.»

Isto não é dizer que, mesmo assim, na carreira publica e na vida privada, não tenha elle conservado algumas excentricidades.

Aprazia-se, por exemplo, em morar com a sua familia em hoteis; e ahi tornava-se uma especie de Figueiredo da *Capital Federal,* quanto ás impertinencias contra o gerente e o *maître d'hotel.* Assentava-se, sem cerimonia, nos degraus da escada principal, e alli localizava a palestra com os outros hospedes. Usava chapéo molle de feltro com abas pequeninas, e assim passeava

pela rua do Ouvidor e ia ao Tribunal. Fez depois edificar rico palacete com frontispicio de cantaria, em frente ao Passeio Publico; ahi habitou por algum tempo e veiu a fallecer a 26 de novembro de 1890, deixando viuva sem filhos e boa fortuna. É auctor de varias publicações, entre as quaes uma apreciada monographia sobre *Impostos e rendas geraes do Imperio do Brazil.*

Candido Gomes de Vasconcellos Guanabara — Fluminense, de Campos, filho de Manuel Gomes Crespo.

De estatura algo superior á mediana, cheio de corpo, louro, olhos pardos e grandes, nariz aquilino, cabellos ondeados, crescidos e repartidos lateralmente por uma risca á direita formando topete á frente, no alto da cabeça, soffriveis bigodes e barba á cavaignac. Bella e vistosa figura.

Trazia indefectivel *pince-nez* de myope. A sua *toilette* era invariavelmente a seguinte — fraque e collete pretos ou de azul escuro, calças brancas, salvo nos dias chuvosos, gravata preta, botinas de polimento e cartola de castor.

Physionomia varonil, dicção nitida, voz forte, tom dogmatico, phrase correcta e elegante, estylo nobre, e, na tribuna, oração declamada.

Matriculou-se na Academia contando já 21 annos de edade.

Em 1854, no seu 4.º anno, adimirava-lhe um

collega, Simplicio de Salles, as bellas feições e o porte majestoso, e assim o descrevia, physica e moralmente, nas suas *Physionomias Academicas:*

«...Descobril-o-eis á primeira vista num grupo de cem. Tem visos de leão. Elle o sabe, e quer tirar partido da sua bella perspectiva. Mirabeau é o seu typo predilecto.

Ama a philosophia, ama a oratoria com paixão, e a sua intelligencia comprehende facilmente as sciencias especulativas. A natureza, além da bella figura, deu-lhe os dotes de orador — verbosidade, imaginação e um excellente orgão metallico e sonoro.»

De temperamento combativo, teve Guanabara na Academia ardentes luctas, mais que nas aulas, na imprensa e na tribuna.

Balthazar da Silva Carneiro, seu conterraneo, a principio seu amigo, foi dos seus mais incendidos adversarios. Atacava-o virulentamente no *Publicador Paulistano,* escrevia contra elle versos satyricos e appellidava-o *Pifio Gaforina das Picardias Guanaborra.* Devia, por isso, Guanabara perder o appetite? Não, porque nestas réles descomposturas de um misanthropo achava-se elle em excellente companhia.

Todavia, vingava-se dignamente, não descendo a responder.

Escrevia artigos de polemica no *Acayóba* e no *Ypiranga* e de doutrina na *Revista Mensal do En-*

saio Philosophico; e fazia as suas primeiras armas na oratoria, ora nas sessões magnas do *Ensaio,* do *Atheneu Paulistano* e da *Arcadia,* ora na tribuna forense, na qual deveria posteriormente, no jury da Côrte, conquistar os fóros de habilissimo advogado e brilhante orador.

Logo após a formatura, inscreveu-se Guanabara para a defesa de theses, e em seguida tirou os pontos, a saber, escolher tres em cada materia dentre nove propostas pela congregação da Faculdade, como prescreviam os estatutos.

Em abril de 1856, apresentou redigidas as theses que se propunha a defender.

Produziram desde logo má impressão, por destoarem, na sua generalidade, das doutrinas correntes, assignalando-se algumas por paradoxaes e outras por contrarias a textos de direito positivo.

Nesta ultima categoria achava-se uma these de direito civil, na qual affirmava o doutorando que «á mãe compete patrio poder».

Esta proposição, por arrojada, produziu na Academia um successo de escandalo, e alguns lentes, entre os quaes o grande Chrispiniano, irritaram-se devéras contra Guanabara. Parecia-lhes que, especialmente aquella these, tomava as proporções de uma «affronta á Faculdade», e era «um cartel de desafio» atirado á Congregação.

Menos intolerante que os seus collegas do corpo docente, Gabriel Rodrigues dos Santos, a quem cabia, na qualidade de lente mais novo, iniciar a arguição, escolheu para objecto da sua critica exactamente aquella these. Era intenção sua, tomando tal iniciativa, impedir que para alli se enveredasse outro examinador menos complacente para com o candidato.

Obedecendo ao seu generoso coração, fez elogios ao doutorando, e, com o pensamento de favorecel-o, deu tal desenvolvimento á arguição, que falou toda a hora, até que se exgottou a ampulheta e o secretario deu o respectivo signal.

Guanabara, ou por não ter comprehendido a intenção do dr. Gabriel, ou, o que é mais provavel, melindrado por aquella protecção, que não solicitára, proferiu esta imprudente queixa:

— Muito lamento que v. ex.ª não me tenha deixado nem um minuto para sustentar a minha these e mostrar a insubsistencia da sua impugnação.

Seguia-se na ordem dos argumentos o conselheiro Carrão, que, aparando o peão na unha, como se diz, dirigiu-se ao defendente:

— Pois bem, eu faço minha a objecção do meu collega, e dou-lhe, para responder, não apenas um minuto, mas todo o tempo que necessitar; tem a palavra.

Este inesperado incidente produziu grande

emoção em todo o auditorio e despertou a mais viva curiosidade pelas peripecias da discussão que se ia travar. Em vez de se estimular, Guanabara esmoreceu, consciente, talvez, do risco que ia correr naquelle duello scientifico com um dos mais eruditos jurisconsultos e o mais argucioso argumentador dentre os seus mestres.

De facto, a defesa foi fraca e a replica esmagadora.

Deu-se durante a refrega o seguinte episodio, bem caracteristico do estado psychologico do candidato, que, de susceptivel e altaneiro que sempre foi, revelou naquelle momento mansidão evangelica.

Com o empenho de pôr a descoberto o sophisma de argumento a que com insistencia se apegava o defendente, insultou-se o conselheiro Carrão e deixou escapar uma proposição menos delicada.

Respondeu-lhe Guanabara parodiando o Christo na presença de Caiphaz:

— Se eu digo mal, porque não corrigis; se digo bem, porque me maltrataes?

Dalli por deante, não se levantou mais o defendente.

Durou dois dias a defesa, 19 e 20 de maio, e foram examinadores, além de Gabriel e Carrão, os seguintes lentes: Furtado, Ramalho, Anacleto

e Manuel Dias, e presidente do acto, a quem coube por isso arguir sobre a dissertação, o dr. Veiga Cabral.

O resultado, dil-o a acta, na forma laconica e pittoresca então de uso: «... e, corrido o escrutinio, *sahiu reprovado*. E para constar, etc.»

Se não levou para a vida publica o pergaminho de doutor que tanto ambicionava, nem por isso deixou Guanabara de illustrar o seu nome como grande orador e criminalista, ora como promotor publico da Côrte, ora como advogado, sendo considerado o emulo condigno de Ferreira Vianna e Busch Varella, ora como orador parlamentar na Assembléa Provincial do Rio de Janeiro, onde teve assento em diversas legislaturas ao lado de Belisario Mello Mattos, Ribeiro de Almeida, Costa Ferraz, Lacerda Werneck e outros, e tendo á sua frente Baptista Pereira, Martins Torres, Andrade Pinto (Eduardo), Pereira Lima e outros.

Casára-se em 1856 com D. Maria do Carmo Guerreiro, de antiga familia paulistana.

Falleceu em 1879, sem descendencia.

Carlos Frederico de Lima e Silva. — Fluminense. Filho de Francisco de Lima e Silva e sobrinho do Duque de Caxias.

Foi na Academia estudante regular.

Depois de formado, exerceu primeiramente a promotoria publica em Mangaratiba, e, logo após a terminação do anno de pratica, foi nomeado juiz municipal, isto em 1856; em 1859 deixava a magistratura para exercer cargos administrativos, taes como o de official da Secretaria de Policia da Côrte e o de 1.º official da Secretaria de Estado da Justiça.

Não temos delle outra noticia.

CLEMENTE FALCÃO DE SOUZA FILHO. — Paulista, filho do conselheiro dr. Clemente Falcão de Souza, e nascido nesta capital aos 18 de outubro de 1834.

De estatura pouco inferior á mediana, porém, bem proporcionado, olhar intelligente, testa grande, tez clara, cabellos castanhos e penteados para traz, feições regulares, expressão animada, grave e ao mesmo tempo sympathica e amavel, denotando uma alma bondosa, mas varonil.

Usava oculos, chapéo alto e trajava com impeccavel aceio e correcção.

O seu velho e extremoso pae havia-lhe dado primorosa educação, não sómente literaria como tambem artistica e mesmo physica. Assim, além de versado nas letras classicas, e conhecendo a fundo todas as disciplinas da instrucção secundaria, o Falcãozinho, como lhe chamavam, sabia musica, tocava piano com maestria, conhecia a

dansa, o desenho, a esgrima, a natação, cavalgava segundo a alta escola, etc., etc.

Dotado de grande e lucido talento e de rara perspicacia, além disso applicado ao estudo, sob a solicitude das vistas paternas, distinguiu-se desde logo nas aulas do curso superior. Por lentes e collegas foi sempre considerado um dos primeiros estudantes no grupo dos mais distinctos.

Em 1857 defendeu theses, e, approvado unanimemente em primeiro e segundo escrutinio, obteve, com a nota *plenamente,* o grau de doutor. Nesse mesmo anno entrou em concurso a uma vaga de lente substituto, tendo por competidor Justino de Andrade.

Era este certamente um temivel adversario, pela vasta erudição juridica que já então possuia; o Falcãozinho, porém, mais intelligente, mais habil argumentador, levou-o de vencida, tanto nas provas de arguição reciproca, como ainda na de prelecção, pela superioridade do methodo e clareza da exposição.

Foi, por isso, com toda a justiça, classificado em primeiro logar.

Justino, porém, que tinha na pasta do Imperio um collega e amigo intimo (Almeida Pereira), alcançou a nomeação.

Não foi longa, todavia, para o Falcãozinho a preterição, pois logo no anno immediato abriu-se no corpo docente da Faculdade outra vaga, para cujo preenchimento foi elle nomeado, tendo-se

inscripto para o concurso, sem que se lhe apresentasse competidor.

Na regencia das cadeiras que lhe foram confiadas, qualquer que fosse a materia, sempre soube elle distinguir-se pelo brilhantismo das suas prelecções.

Tinha preciosos predicados, para o magisterio. Além de uma presença agradavel, dicção nitida, palavra correcta, elegante e suggestiva, tinha elle excellente methodo de exposição, rara clareza e criterio muito seguro. Resumia a doutrina dos escriptores, fazia-lhes a critica em poucas palavras, e, por fim, expunha e fundamentava a que lhe parecia a melhor.

O estudante que lhe prestasse mediocre attenção, sahia da aula com a licção sabida.

Não obstante, para melhor gravar na mente dos discipulos os pontos capitaes da materia explicada, elle reproduzia no dia seguinte syntheticamente o que havia anteriormente explicado, e sómente depois dessa lucida recapitulação passava a outro assumpto.

Aos seus alumnos, como a toda a gente, tratava o dr. Falcão Filho com muita amabilidade. Era, por isso, o lente predilecto, o mestre querido dos estudantes.

Entretanto, esta lua de mel não foi perpetua.

Magoado por desattenções que soffreu de

alguns dos seus discipulos, por occasião dos disturbios que agitaram a mocidade academica de 1871, e que havemos de referir noutra chronica, elle transformou-se completamente. O cordeiro fez-se leão, o lente bondoso e affavel veiu a ser um rispido e severo Aristarcho, temido pelos estudantes que o reputàvam desabridado oppressor.

Desta situação resultaram-lhe desabridos ataques pela imprensa, por estudantes.

Recordamo-nos dum pamphleto de Campos Carvalho, em 1872, cuja violencia se póde imaginar pelo seu titulo — *A tosquia de um camello.*

Já anteriormente, em 1860, fôra elle aggredido do mesmo modo por Martins Pereira, que lhe attribuira, a elle e Manuel Joaquim, os dois *R R* que tivera na defesa de theses.

Nesse escripto, era o talentoso lente arrastado pela rua da amargura; chamava-lhe o auctor — o *Petit Cinabre,* e criticava em estylo pornographico umas chronicas humoristicas que elle havia publicado.

Para mostrar a malevolencia da critica, basta a seguinte quadrinha allusiva a um pleonasmo e na qual vae alterado o terceiro verso *ad usum delphini:*

Quem diz «casar filha solteira»
Dirá «radicaes raizes»;
E tambem «vagalhões de mar»,
P'r'os seus «narigaes narizes».

O dr. Falcãozinho era um filho extremosissimo.

Sabendo uma vez que tinham ido á sua chacara na Moóca, habitada por sua velha mãe, uns estudantes em companhia de umas moças, que foram apresentadas como suas mulheres, procurou elle certificar-se de quem eram taes visitantes.

Colhidas as informações precisas, foi, no dia seguinte, á *republica* do Monteiro de Barros, e, num tom levemente ironico:

— Sr. Monteirinho, venho agradecer-lhe a visita que o sr. fez hontem á minha mãe... com sua senhora, e ao mesmo tempo fazer-lhe uma queixa: pois sendo o sr. meu amigo, porque deixou de communicar-me o seu casamento?

— Sr. dr. Falcão — disse o Monteirinho, sinceramente compungido — queira perdoar-me; eu não estava no meu juizo...

Não o deixou proseguir o dr. Falcãozinho; abraçou cordialmente o estudante, e disse-lhe commovido:

— Agradeço-lhe a explicação de cavalheiro; não diga mais nada e conte sempre com a minha estima e sincera amizade.

Era praxe na Academia de S. Paulo communicarem os doutorandos aos lentes a sua intenção de defender theses.

Logo após a nossa formatura, tratámos de

nos conformar com essa inveterada formalidade, e o primeiro lente a quem visitámos, para o mencionado fim, foi o dr. Falcãozinho, que tinhamos pelo nosso maior amigo na Congregação.

Recebeu-nos elle com a sua peculiar amabilidade, mas, logo que ficou inteirado da nossa intenção, respondeu-nos:

— Não imagina quanto me contraria a communicação que me faz... *(pausa.)*

Cahimos das nuvens! De todo não esperavamos aquelle acolhimento.

Comprehendeu elle a nossa emoção, e, sorrindo, deu-nos um abraço e concluiu assim o seu pensamento:

— ... porque me priva do prazer, que eu afagava, de lhe fazer este convite.

E, então, para compensar aquella amargura de alguns segundos, disse-nos muitas doçuras, filhas tão sómente da sua generosidade.

O dr. Falcão Filho era tambem eximio advogado, e no fôro criminal, especialmente, costumava ser enumerado entre as notabilidades paulistanas. Para esta justa nomeada contribuiam poderosamente os seus dotes oratorios e o exito constante das causas por elle defendidas.

Applicando á industria a sua intelligente e fecunda actividade, o dr. Falcão ligou o seu nome a grandes commettimentos que ainda hoje

assignalam gloriosos estadios no progresso de S. Paulo.

Assim, foi a esforços delle que se congregaram capitaes, ou se revigoraram forças para o inicio, o proseguimento ou a conclusão das ferrovias Paulista, Sorocabana e S. Paulo e Rio de Janeiro e bem assim a organização da poderosa empresa que realizou as primeiras obras de abastecimento de agua e de serviço de exgottos para esta capital.

Manifestou sempre aversão ás contendas partidarias, ao ponto de declinar mais de uma vez de convites que lhe foram feitos, em nome do imperador, para presidente de provincia, e especificadamente da de Pernambuco.

Encontrámol-o uma vez na egreja da Sé em dia de eleição primaria:

— Oh! sr. doutor, o senhor por aqui, hoje? Vem estudar *de visu* os nossos costumes eleitoraes?

— Não, senhor; vim votar.

— Veiu votar?!

— Sim, a pedido de um amigo. Presto-lhe esse serviço, como prestaria outro, por amizade.

A pessoa a quem elle se referia era o conselheiro Duarte de Azevedo, que, na verdade, sempre foi seu amigo dedicadissimo.

Falleceu o dr. Falcão Filho, nesta cidade,

no dia 4 de abril de 1887. Deixou dois filhos: Clemente Falcão, que é industrial; e D. Julieta Falcão, casada com o dr. Sampaio Vianna, illustre advogado no fôro paulistano.

Domingos José da Cunha Junior.—Mineiro, de S. João d'El-rei, filho do dr. Domingos José da Cunha, medico portuguez, e tio do talentoso deputado federal Gastão da Cunha.

Era de estatura regular, claro, pallido, cabellos castanhos e repartidos ao lado, barba toda.

Intelligente e estudioso, era enumerado entre os bons estudantes dessa turma selecta, de que estamos tratando.

Fez o seu 1.º anno na Faculdade do Recife.

Ao sahir da Academia, exerceu os cargos de promotor e de juiz municipal na sua provincia. Dedicou-se depois á advocacia.

Em 1873 foi nomeado presidente da provincia do Pará, cargo este de que tomou posse no dia 18 de abril de 1873 e no qual se conservou até 31 de dezembro do mesmo anno, tendo tido por successor o nosso conterraneo dr. Pedro Vicente de Azevedo.

O dr. Domingos da Cunha, como todos os seus parentes, pertencia, no regimen passado, ao partido conservador.

Evaristo Ferreira da Veiga.—Mineiro, na-

tural da Campanha, nascido a 5 de fevereiro de 1832 e filho do tenente-coronel Lourenço Xavier da Veiga, irmão de Evaristo, redactor da *Aurora*.

Alto, esbelto, naturalmente, sem o desenvolvimento abdominal com que mais tarde os annos o brindaram; moreno pallido, nariz bourbonico, cabellos castanhos, quasi imberbe. Temperamento extremamente jovial.

Era uma das mais vigorosas mentalidades do seu anno, e neste conceito o estimavam lentes e collegas. E além disso, poeta, orador e jornalista de raça. Em tudo primava Evaristo da Veiga.

Sem embargo da sua applicação ao estudo, achava ensejo para dar expansão ao seu genio brincador e folgazão, executando engraçadissimas pilherias.

Não lhe faltava nestas occasiões a cumplicidade ou a co-auctoria de Caetano Pinto, seu amigo e inseparavel companheiro, assim como eram quasi certas as censuras e a reprovação de Paulino e de Benevides, seus companheiros de casa.

Querem um exemplo?

Havia nesse tempo, na rua Direita, entre os Quatro Cantos e o largo da Misericordia, uma bem provida loja de fazendas, cujo proprietario... ahi é que está o caso: cujo proprietario tinha dois predicados, um intrinseco e prosaico,

a parte posterior muito desenvolvida, o que ainda mais se accentuava por elle usar de jaqueta, e o outro poetico e extrinseco: umas filhas gentilissimas, que, entretanto, pouco appareciam, cruelmente enclaustradas por umas rotulas inexoraveis que jamais se abriam.

Estas duas particularidades andavam a estimular o espirito brejeiro de Evaristo e de Caetano Pinto. Irritava-se este com a difficuldade em vêr as mysteriosas moças; e aquelle sentia cocegas na mão por pespegar uma boa palmada naquelle protuberante hemispherio austral.

Ambas as empresas se affiguravam arriscadas: razão de mais para augmentar a tentação dos dois trefegos rapazes.

Um dia, ao sahir da Academia, desciam elles a rua de S. Bento, em companhia dos dois outros companheiros de casa. Ao chegarem aos *Quatro Cantos,* dobraram a esquina da rua Direita, levados pelo Evaristo, que disse ia comprar uma fita encarnada para a sua dissertação. [1]

Foi ter todo o grupo á loja de fazendas do tal negociante que tinha filhas bonitas e exuberante conformação posterior. Logo ao chegar, o Evaristo pediu fitas, e explicava — fitas de

[1] Não havia naquelle tempo *attaches* ou couchetes de encadernar; empregavam-se então, para esse fim, nas dissertações academicas, fitas encarnadas ,côr distinctiva do curso de Direito.

côr escarlate e largura de um dedo. Trazidas estas, estava elle a examinal-as vagarosamente e a indagar do preço. Eis que, de repente, o Caetano põe-se a cambalear, queixando-se de tonturas e de escurecimento da vista, até que vacillou, encostando-se ao balcão, e, por fim, deixou-se cahir no chão...

Grande alvorôço, como era natural, em toda a loja; afflicção geral, sendo o Evaristo, de todos, o mais azafamado. Logo accorreu a familia do negociante, trazendo agua de Colonia, agua de melisse, ether, etc., etc. Immediatamente, com o auxilio dos caixeiros e dos estudantes, por proposta do dono da loja, foi o enfermo transportado para o interior da casa, que ficava contigua á loja, e ahi as moças prodigalizaram-lhe cuidados e carinhos, até que pouco a pouco elle voltou a si, poude recostar-se e depois levantar-se, conversando placidamente, até recobrar as forças e o seu estado normal.

Ergueu-se então, agradeceu muito, fez mil protestos e offerecimentos e despediu-se das moças apertando-lhes demoradamente as mãos; veiu á loja, onde ainda estavam os companheiros, renovou os agradecimentos ao negociante e preparou-se para sahir. Nesta occasião, Evaristo, com maior effusão ainda, reitera, em nome de todos os collegas, os protestos de gratidão, abraça o negociante, e, ao sahir, quando este se voltava para corresponder aos cumprimentos mais dis-

cretos de Paulino e de Benevides, então, zás!. . dá-lhe no logar competente uma boa palmada e... pernas para que vos quero?

Suspeitando então de uma formidavel troça, o negociante transpõe o balcão, toma de um covado de madeira e avança ameaçador sobre o Benevides, que ainda alli se achava.

—Alto lá!—disse este.—Nada sabiamos da maroteira, nem eu nem o Paulino.

Uma vez, dava-se um sumptuoso baile no palacete do commendador Souza Barros, sito á rua de S. João, onde é hoje o *Hotel Milano*.

Apresentaram-se casacalmente trajados, com todo o apuro e elegancia, o Evaristo e o Caetano Pinto, e á porta da entrada mandaram ao commendador os seus cartões. Este veiu logo, e então o Evaristo:

—Tenho a honra de apresentar a v. ex.ª o meu collega dr. Caetano Pinto, moço fidalgo, filho de distinctissima familia do Rio de Janeiro e pessoalmente credor de todas as attenções.

Tomou por sua vez a palavra o Caetano Pinto:

—Tenho a honra de apresentar a v. ex.ª o meu collega dr. Evaristo da Veiga, de illustre e historica familia mineira e um dos estudantes mais distinctos da Academia.

O commendador achou muita graça na lembrança, abraçou os dois rapazes e convidou-os a tomarem parte no baile.

Ao sahir da Academia, Evaristo dedicou-se á advocacia em sua terra natal, e revelou-se no jury eloquente orador.

Em 1861 Minas elegeu-o deputado geral e dahi por deante o seu mandato politico foi renovado em diversas legislaturas.

Na 12.ª (1863-66), o partido conservador não contava na Camara temporaria mais do que sete representantes, a saber: tres por S. Paulo, (Nebias, Costa Pinto e Barão do Rio Claro), tres por Minas (Evaristo, Joaquim Delfino e Agostinho Bretas) e um pelo Rio Grande do Norte (Amaro Bezerra). Reduzida a esta pequena *patrulha,* como era então denominada, a representação conservadora na Camara dos Deputados muito tinha que fazer, devendo tornar-se o eco parlamentar das queixas do seu partido pelas injustiças que soffria em toda a vastidão do imperio, e, além disso, combater o programma governamental, estudar as leis de meios, analysar e criticar systematicamente os actos da administração.

A Evaristo coube conspicuo papel nessa penosa e transcendente tarefa.

Em 1868, após a ascensão do partido conservador ao poder, foi elle nomeado presidente da provincia de Sergipe, e nesse cargo permaneceu de 27 de novembro daquelle anno a 18 de junho de 1869.

Retrahido por algum tempo da scena pu-

blica por desgostos politicos, a ella voltou posteriormente Evaristo da Veiga, disputando fóra da chapa partidaria uma collocação na lista triplice para senador. Por tres vezes rompeu as malhas da rêde official e venceu a arregimentação dos adversarios politicos, sendo afinal escolhido senador por Minas a 3 de setembro de 1887.

A 7 de março de 1889 a febre amarella veiu arrebatar, no Rio de Janeiro, essa preciosa existencia.

FELISBERTO GOMES JARDIM. — Fluminense, filho de Joaquim Gomes Jardim.

Alto, claro, louro, bem apessoado; trajava com apuro e dispunha de ordens francas no seu correspondente.

Uma vez, no correr da aula do dr. Veiga Cabral, fixou este os olhos sobre o Felisberto Jardim, e, suspendendo a explicação, chamou-o para junto da cathedra:

— Onde foi — perguntou-lhe — que o senhor mandou fazer este tão lindo collete?

— Foi no meu alfaiate, no Rio.

— Bem se vê, bem se vê — replicou o exquisito lente. — Por aqui não ha tão bonitos padrões.

Breve existencia teve Felisberto Jardim na vida pratica.

Nomeado addido de 1.ª classe á legação brasileira em Paris, por pouco tempo poude gosar

desse posto diplomatico, pois veiu a fallecer em março de 1860.

FELISBERTO PEREIRA DA SILVA. — Rio-grandense, filho de José Pereira da Silva.

Alto, magro, moreno, olhos grandes e melancolicos, cabellos e barba preta; sim, já era barbado, pois não se matriculou creança: tinha feito, quando veiu a S. Paulo, grande parte do curso de mathematicas e sciencias physicas, na antiga Escola Central do Rio de Janeiro.

Era dotado de grande intelligencia e no auge do seu desenvolvimento. Delle dizia em 1855 Simplicio de Salles nas suas *Physionomias Academicas:* «Occupa-se de muitos estudos uteis, conhece historia até a biographia e tem predilecção pelas mathematicas. Se fôr magistrado, será um modelo; se politico, seguirá a administração antes que o parlamento; se seguir a carreira didactica, será um perfeito lente. Creio, porém, que elle seguirá a advocacia e ha de ser um jurisconsulto acabado». Era modesto e mesmo acanhado. Lamentando este facto, e attestando a pureza da alma e a regularidade da vida do collega, Simplicio de Salles accrescenta: «Pereira da Silva não apparece na turba dos academicos, e, entretanto, é uma das cabeças mais instruidas, talvez mesmo a mais instruida que por ahi ha.»

De regresso, depois de formado, ao seu patrio Rio Grande, o dr. Felisberto assignalou-se

por largos annos em Porto Alegre na advocacia, na politica, no jornalismo, pela rectidão de caracter e vasta cultura intellectual.

Fez parte da phalange liberal agremiada por Silveira Martins, para redigir a *Reforma* em 1873 na cidade de Porto Alegre.

Desenvolveu nesse periodo grande actividade politica, e presidiu a Assembléa Provincial nos biennios de 1872-73 e 1874-75.

Em 1879, foi presidente da provincia do Rio Grande do Sul, tendo entrado em exercicio a 26 de janeiro daquelle anno, e nelle se conservou até 5 de julho subsequente.

Deputado geral em mais de uma legislatura, veiu a divergir da direcção politica do conselheiro Gaspar Martins, então omnipotente; e por isso não lhe foi renovado o mandato legislativo.

Mudou-se então para o Rio de Janeiro, onde exerceu altos cargos administrativos, entre os quaes o de director geral da Instrucção Publica.

Com o advento da Republica, o dr. Felisberto retrahiu-se á vida privada. Reside actualmente no Rio.

Francisco Gonçalves de Meirelles. — Bahiano, filho de outro de egual nome.

Era um bonito rapaz, alto, moreno, côr de jambo, imberbe, feições delicadas, sempre trajado no rigor da moda.

Não abandonava um grosso e rico bengalão,

que mais parecia uma arma que adorno complementar da *toilette*.

Era brincador em extremo... deixemos de euphemismos: era um verdadeiro estroina. As suas brejeirices, sempre por motivos de amor, excediam em geral as raias da prudencia; dahi, o numero avultado de pessoas que lhe andavam ao encalço com intenções de lhe contundirem o lombo. Elle sabia-o, e confiava, para se livrar, não na esgrima da sua forte bengala, mas na prodigiosa agilidade das suas gambias.

Contam-se a este respeito assombrosas anecdotas, certamente enfeitadas pela imaginação academica.

Ahi vae uma:

Conversava o Meirelles num grupo de estudantes na *Rua Alegre* (hoje *Brigadeiro Tobias*) em frente á casa de um musico chamado ou appellidado Achilles, e cuja valentia justificava o nome ou appellido.

Á janella estava uma linda mocinha, irman do Achilles, a gosar do frescor da tarde.

Disse por gracejo um dos rapazes:

— Que doçura ineffavel dar-se um beijo naquella graciosa menina!

— Quanto apostam em como eu sou capaz de o fazer? — propoz logo o Meirelles.

— Uma caixa de charutos de Havana, legitimos — responde um dos companheiros.

— Está feito!

Dirigiu-se em seguida o Meirelles para junto da moça. Levava um cigarro na mão, e, com formula respeitosa, pediu-lhe fogo.

Era isto, naquella epoca, facto tolerado pelos costumes paulistanos e coisa muito commum, por não estar ainda generalisado o uso dos phosphoros.

Quando, voltando do interior da casa, a moça trouxe, numa colher, a braza pedida, e lha apresentou para accender o cigarro, elle fingiu que ia fazêl-o, e, approximando-se do rosto gentil, nelle rapidamente depositou um beijo. A moça deu um grito, atirou a colher e fugiu alvoroçada para o interior da casa.

Meirelles, ufano pelo facto que praticára, voltou ao grupo de collegas a reclamar o premio da aposta.

Desde esse dia, era visto o Achilles pelas ruas da cidade, armado de uma bengala mais grossa que a do Meirelles e com o programma, que não occultava, de acariciar com ella as costas do estudante, em retribuição do galanteio que praticára.

O Meirelles, porém, não se privava, ainda assim, de sahir á rua. Confiava sempre na sua velocidade para se livrar do perigo.

Um dia, descendo a *Rua da Consolação,* vê de subito á sua frente o bulhento Achilles, em

attitude minaz. Passava, casualmente, ao lado, o dr. França, juiz municipal do termo, com sua familia. O Meirelles envolve-se de prompto no meio do grupo e dá o braço á senhora do dr. França, dizendo-lhe, antes que ella voltasse da surpresa:

— Minha senhora, se v. ex.ª me retira o seu braço, aquelle homem, que alli está, mata-me neste instante!...

Foi então descendo com a familia a *Ladeira do Piques,* até que, observando que o seu perseguidor estava parado a certa distancia, deixa a sua protectora e vae assentar-se nas proximidades da pyramide que alli existe, e, com o chapéo voltado á guiza de embornal, põe-se a chasquear com o Achilles, chamando-o acintosamente com a voz dos tropeiros: «*tom! tom! tom! tom!*»

Aquelle investe sobre o Meirelles... mas já este ia subindo a *Ladeira de S. Francisco.*

Noutra occasião, ás dez horas da noite, tendo sahido o Meirelles da casa do Capitão Fluminense, na *Rua da Boa Morte,* esquina da *da Tabatinguera,* e, quando já se achava proximo do *Largo do Carmo,* deu um grito, sentindo sobre o braço esquerdo o rude contacto de um cacete.

Disse-lhe o Jesuino de Almeida, que com elle caminhava:

— Meirelles, dá-me a bengala! Elles são dois e nós tambem dois...

Mas o Meirelles estava já a grande distancia.

O Jesuino acompanhou então os aggressores, que fugiam, e notou a casa em cujos fundos elles penetraram, sita no *Becco Sujo,* hoje *Travessa da Gloria.*

Voltou a communicar ao Meirelles a descoberta. Encontrou-o já com pannos embebidos de aguardente alcamphorada sobre o braço contundido... a tocar piano com a mão do outro braço.

—Já sei, Meirelles, onde estão os sujeitos que o aggrediram; vamos agora procurar mais dois collegas bons cacetistas, e, com elles, marchemos, já e já, atacar esses canalhas e tirar desforra.

Ao ouvir a proposta, deu o Meirelles uma gargalhada de escarneo e disse:

—Acalme-se. Deixe-se disto. Os homens que me atacaram de certo hão de ter tido alguma razão. E depois, que lucro eu em conhecer agora dois dos meus inimigos, quando são mais de cem os que me trazem entre os dentes e me dão caçada todos os dias? Não me valessem a minha vista excellente e as minhas valentissimas pernas!

Por falta de applicação era o Meirelles mau estudante. Cursára tres annos em Pernambuco, e teve que fazer outros tres em S. Paulo, pois foi reprovado no 5.º anno em 1854, e era repetente.

Em 1855, foi, afinal, approvado e bacharelou-se.

Não quiz, porém, retirar-se de S. Paulo, onde lhe agradava aquella vidinha.

Dizia elle:

— Tenho visto serem *recambiados* pelos paes muitos estudantes; estou curioso por ver agora o *recambio* de um bacharel.

CAPITULO VI

A turma academica de 1851-55

PARTE QUARTA

Francisco Manuel das Chagas. — Ferreira de Rezende. — Frederico de Almeida. — Frederico Perestrello. — Gabriel Magalhães. — Henrique de Avila. — Os seus despachos. — Honroso conceito. — Appellidos. — Obra de caridade. — Sabbatina imperial. — Retaliando. — Depois da Republica. — Hilario de Castro. — Dois personagens num só individuo. — Benicio da Silva. — Mattos Pereira. — Rodrigues da Costa. — Menezes Fróes. — Quintanilha. — Ladislau Dantas. — Luiz de Medeiros. — Silva Mafra. — Seu amor ao estudo. — Companheiros trocistas. — Vingança contra... a victima. — Um *imperador* de S. Benedicto. — Traços biographicos. — Paulino de Souza. — *Nulla dies sine linea.* — *O marechal do futuro.* — Diplomata, deputado, senador, ministro e conselheiro de Estado. — A causa da sua preeminencia. - As tres laranjas. — O seu olhar e o Imperador. — Arguições dos abolicionistas. — A junta do recavem. — Explicação da sua resistencia. — As suas idéas liberaes. — Como recebeu a Republica. — Ultima phase. — Paulo Costa. — Vicente Mamede. — O seu elevado caracter. — Versinhos brejeiros

FRANCISCO MANUEL DAS CHAGAS. — Paulista, desta capital, filho de outro de egual nome.

De estatura regular, entre claro e moreno, cabellos castanhos e crescidos.

Intelligente e applicado, porém muito modesto, de procedimento exemplar,

Pouco depois da formatura, mudou-se para o Rio de Janeiro. Foi promotor publico em comarca do interior daquella provincia em 1859; depois, chefe de secção da 1.ª directoria da Secretaria da Guerra, em 1860; depois director da mencionada directoria, e finalmente — director geral da Secretaria do Ministerio da Guerra.

Conhecemol-o nesse importante cargo, e, como toda a gente que o procurava, tivemos occasião de receber delle obsequiosas attenções.

Por premio dos seus serviços, foi, no regimen monarchico, agraciado com o titulo de Barão de Itaipú.

FRANCISCO DE PAULA FERREIRA DE REZENDE. — Mineiro, natural da Campanha, filho de Valerio Ribeiro de Rezende.

Alto, moreno, cabellos pretos e barba, ou antes, bigodes pretos.

Intelligencia brilhante e muito amor ao estudo. Figurava, com justo titulo, entre os melhores estudantes do anno; e disto, aliás, dá testemunho o documento official que reproduzimos na *Parte Primeira* desta chronica.

Exerceu a principio a advocacia e depois o juizado municipal no termo de Queluz (Minas). Deputado provincial em Ouro Preto nos biennios de 1864-65 e 1866-67.

Dedicou-se depois á vida agricola, como fazendeiro de café no municipio da Leopoldina,

sem comtudo abandonar outra cultura, a das letras.

Adheriu ás idéas republicanas e foi nos ultimos tempos do regimen transacto um dos propagandistas da Republica federativa, chegando a elaborar naquella epoca um projecto de constituição para o Estado federado de Minas Geraes.

No actual regimen, por occasião da organização do Supremo Tribunal Federal, foi-lhe dada uma cadeira de ministro, que elle por pouco tempo occupou, pois veiu a ser victimado por uma syncope cardiaca a 26 de outubro de 1893.

FREDERICO AUGUSTO DE ALMEIDA. — Natural da Bahia, filho de Manuel Frederico de Almeida.

Altura regular, claro, corado, olhos garços, sempre armados por um par de oculos.

Estudou em S. Paulo sómente o 4.º e 5.º annos.

Regressando á sua provincia natal, lá exerceu, em 1861, o cargo de *Director geral dos terrenos diamantinos.*

Foi posteriormente, por diversas vezes, deputado á Assembléa provincial da Bahia.

Não temos delle outra informação.

FREDERICO NUNES DE SEABRA PERESTRELLO. — Fluminense, natural de Campos, filho de João Antonio de Seabra Perestrello.

Alto, moreno, rosto bexigoso.

Tinha um irmão, Antonio Perestrello, em anno inferior. Frederico e Antonio eram gemeos e muito parecidos, a ponto de causarem confusão. Prevalecendo-se desta circumstancia, faziam elles algumas vezes troças interessantes.

Era bom estudante.

Foi juiz municipal na provincia do Paraná em 1856, e na do Rio de Janeiro em 1858.

Gabriel de Paula Almeida Magalhães. — Mineiro, natural de S. João d'El-Rey, filho de Francisco de Paula Almeida Magalhães.

Alto, gordo, moreno, cabellos pretos, crescidos e em desalinho; soffria de gagueira. Regularmente *philosopho*... quanto ao trajar: o que lhe motivou a malquerença do dr. Veiga Cabral e um episodio já por nós referido.

Tinha um capote mathusalemico, que os collegas denominavam — o *voador* e alguns pretendiam ser objecto archeologico proveniente de Diogenes.

Uma vez conspiraram-se elles contra o *voador*, e, com grave indignação do Gabriel, que era extremamente economico, condemnaram-no a uma fogueira inquisitorial.

Tinha gosto pela musica, tocava regularmente flauta e violão, e tambem o seu pouco de piano.

Ao sahir da Academia teve escriptorio de advocacia, primeiramente em S. João d'El-Rey,

depois em Leopoldina, onde, no exercicio dessa nobre profissão, alcançou avultada fortuna.

Á Casa de Misericordia dessa cidade fez elle um donativo de 50:000$000.

Em politica, foi a principio conservador; abraçou, depois, as idéas republicanas e tomou parte na propaganda das mesmas.

Fez parte do Congresso Constituinte como representante por Minas, e deputado ao primeiro Congresso Nacional.

É fallecido.

HENRIQUE FRANCISCO DE AVILA. — Rio-grandense, nascido a 31 de agosto de 1831 na villa de S. João Baptista do Herval, e filho de Francisco Antonio de Avila, que foi revolucionario de 1835 e morreu, talvez envenenado, a bordo do *Presiganga,* navio onde eram detidos os revoltosos aprisionados.

De estatura poucas linhas abaixo da mediana, tez clara, feições regulares, mais do que isso: bonito moço e sempre trajando com apuro.

Era bacharel em letras pelo Collegio Pedro II.

Talentoso e applicado, revelou desde os bancos academicos disposição para o trabalho e grande energia de caracter. Tinha dotes oratorios e era ouvido com agrado nas associações academicas do seu tempo.

Exerceu, nos ultimos annos do curso, o

cargo de official de gabinete da presidencia de S. Paulo.

Ao sahir da Academia, de volta á sua provincia natal, estabeleceu-se como advogado em Jaguarão, onde se constituiu chefe prestigioso do partido liberal, pois havia herdado as idéas e o espirito alevantado dos *farrapos*.

Politico activo e batalhador, foi diversas vezes deputado provincial, deputado geral em 1881, e, por fim, senador do Imperio em 1882, e tambem presidente das provincias do Rio Grande do Sul em 1880, e do Ceará em 1889, e ministro de Estado no gabinete Paranaguá, de 3 de julho de 1882, no qual geriu a pasta da agricultura, de 7 de janeiro de 1883 em deante, na vaga de Lourenço de Albuquerque.

Tornaram-se celebres nessa epoca alguns despachos seus, sempre conceituosos e justos, no fundo, mas sarcasticos e mesmo jocosos na fórma, os quaes faziam lembrar os do marechal Andréa, quando presidente do Rio Grande do Sul. *O Jornal do Commercio,* em opposição ao ministro Avila, registava-os, adubados de facetos commentarios, e acoimando-os como *despachos pandegos*.

Silveira Martins, o eminente chefe liberal do Rio Grande, mas chefe absoluto, absorvente, teve por isso mesmo varias desavenças com Hen-

rique de Avila: tanto é certo que — *dois bicudos não se beijam!* Todavia, o seu espirito de justiça obrigou mais de uma vez o grande tribuno rio-grandense a prestar publica homenagem aos merecimentos do seu illustre comprovinciano. Assim, defendendo na Camara dos Deputados, em 1880, o presidente do Rio Grande do Sul, disse o conselheiro Gaspar:

— «Elle não tem só muito talento, elle representa vinte annos de grandes sacrificios, não só da sua fortuna, que tem despendido, mas da sua vida, que por vezes tem arriscado com a maxima coragem.»

Os seus adversarios politicos no Rio Grande chamavam-lhe, ora *O Tenor,* alludindo á sua fina inflexão de voz, ora *O Coronel,* porque o dr. Avila era commandante superior da Guarda Nacional de Jaguarão e gostava do uniforme.

Muitas são as anecdotas caracteristicas da sua energia, sua coragem e presença de espirito.

Ahi vão algumas.

Certa vez, em Jaguarão, estando Avila a conversar com o dr. Rufiro Tavares de Almeida, juiz municipal do termo, vieram-lhe pedir o auxilio de famulos seus para conduzirem ao cemiterio o caixão de um pobre defuncto. Nisto acodem ao escriptorio o promotor publico e o

dr. Menandro Fontes. Avila, então, aventou esta idéa:

— Ora, nós não temos neste momento que fazer; vamos praticar uma obra de caridade?

— A saber?

— Conduzir nós mesmos á derradeira morada esse defuncto desconhecido...

— Deixe-se disso, Avila — protestaram os amigos.

— Não, não, não desisto deste bom impulso do coração; assim como não dispenso o concurso que lhes peço. Vamos, tenham paciencia: a caminho!

Não havia resistir.

E, assim, o desgraçado anonymo logrou a honra posthuma de ser carregado por quatro bachareis, pessoas gradas do logar.

Sabia Henrique d'Avila que era vezo do imperador metter em sabbatina os seus ministros, fazendo-lhes perguntas de difficil solução, pedindo-lhes de prompto dados estatisticos, sem talvez attender ás respostas, mas com o duplo fim de simular interesse pelas coisas publicas e de verificar a diligencia dos seus ministros.

Valendo-se de muita presença de espirito e de grande dóse de audacia, o ministro da Agricultura do gabinete Paranaguá respondia sempre com o maximo *aplomb* ás impertinentes interrogações do imperador.

É escusado explicar que os factos precisos, de difficil verificação, eram improvisados no momento, e bem assim os algarismos que elle dava, não approximadamente, mas com absoluta precisão e firmeza.

— Qual foi — perguntou-lhe um dia o imperador — a nossa immigração o anno passado?

— Foi muito diminuta, senhor — dizia elle. — Foi apenas de 11.054 immigrantes, á medida que em 1880 subiu a 29.729.

— E da Argentina, conhece tambem?

— A Argentina, o anno passado, recebeu 47.484 immigrantes.

Fosse lá sua majestade verificar...

Quando, em 1888, Antonio Prado geria a pasta da Agricultura, deu-se entre elle e o senador Avila um attrito parlamentar, cuja origem agora nos escapa.

Avila atacou fortemente, na tribuna do Senado, o seu illustre antagonista, que lhe respondeu com egual energia.

Alludindo a certas opiniões que se lhe afiguravam paradoxaes, disse o conselheiro Prado, com transparente allusão ao orador preopinante:

— O paiz do que precisa é de homens de acção, e não de doutores de tribuna...

— Sempre preferiveis — aparteou o senador rio-grandense — aos doutores de coudelaria.

Toda a gente sabe que o conselheiro Prado

muito se interessava naquelle tempo, e ainda hoje se interessa, com o fomento e o apuro de boas raças cavallares.

Este aparte, em fundo, nada tem de offensivo, mas... não sôa bem. Correspondia, por isso, á intenção aggressiva do seu auctor.

Proclamada a Republica, fez Henrique de Avila ardente opposição a Julio de Castilhos; e foi por alguns annos redactor da *Reforma,* orgam federalista. Ultimamente, retrahira-se da politica, e advogava em Porto Alegre.

Veiu ahi surprehendêl-o a morte, contando cerca de 70 annos.

Era sogro do dr. Villaboim, illustrado lente da Faculdade de S. Paulo.

HILARIO GOMES NOGUEIRA DE CASTRO. — Paulista, filho de Joaquim Silverio de Castro Lara Medronho.

De estatura regular, moreno, rosto comprido, cabellos negros e curtos, olhos negros, pouca barba.

Trajava com muita correcção e não sahia á rua senão de sobrecasaca preta ou verde escuro, com botões amarellos, muito á moda naquella época.

Talentoso, applicado, cumpridor dos seus deveres e bastante modesto: tal foi, na quadra academica, Hilario de Castro, conhecido fami-

liarmente pelo diminutivo, para se distinguir do dr. Hilario Barbosa, seu tio, ou o «Hilario velho», formado em 1841, e de illustre e saudosa memoria.

Ao sahir da Academia, o dr. Hilario de Castro exerceu por algum tempo a advocacia em Minas, cremos que em Sabará; foi depois, em 1856, nomeado juiz municipal do mesmo termo e no anno seguinte, em 1857, removido para o Rio de Janeiro, e por fim juiz de direito na Côrte.

Havia nelle duas personalidades bem distinctas: a do homem privado e a do juiz. Tão severo e tão rispido era este, quanto aquelle bondoso, amavel, jovial.

Desta dualidade de pessoas deu elle significativa demonstração num processo celebre no tempo, o de um commendador Leitão, que era amigo seu.

Processou-o, pronunciou-o, e, na sala do tribunal do jury, ordenou-lhe imperiosamente que descalçasse as luvas...

Em familia ou no convivio dos amigos, era alegre e brincador, cortejava as moças, affagava as senhoras edosas, era affavel para com todos e dava expansão á sua alma propensa á bondade e á ternura. Vestisse, porém, a toga, eil-o transformado. Dir-se-ia que ella lhe petrificava o coração, supprimindo nelle toda a meiguice humana, pois o dr. Hilario erroneamente imaginava os

affectos d'alma incompativeis com a exacta execução da lei.

Falleceu tuberculoso, na flor da edade, ha cerca de cincoenta e cinco annos.

João Benicio da Silva. — Rio-grandense, natural de Alegrete, filho de João Nunes da Silva.

Era intelligente e bastante applicado. Todavia, não se salientou durante o seu quinquennio juridico.

Voltando formado á sua provincia natal, foi logo nomeado juiz municipal de Uruguayana, em 1856. Terminado o quatriennio, dedicou-se na mesma cidade á advocacia.

Foi vereador e presidente da Camara Municipal, e, em mais de um biennio, deputado á Assembléa Provincial do Rio Grande do Sul.

Pertenceu sempre ao partido liberal.

É fallecido desde longos annos.

João Luiz de Mattos Pereira de Castro. — Fluminense, filho de Luiz José de Mattos Pereira de Castro.

Nenhuma informação temos a respeito delle.

João Rodrigues da Costa. — Natural da Bahia, filho de Antonio José Rodrigues da Costa.

No mesmo anno da sua formatura, em 1855, foi nomeado promotor publico da comarca de Cabo Frio, provincia do Rio de Janeiro.

Tambem a respeito deste nos faltam informações.

João Diogo de Menezes Fróes. — Fluminense, de Nictheroy, filho de Raymundo José de Menezes Fróes.

De altura inferior á mediana, cheio de corpo, tez morena, olhos e cabellos pretos, fartos bigodes.

Assignalou-se como bom estudante.

Teve, por vezes, mesmo nas aulas, ataques ou vertigens que alvoroçavam, como é natural, lentes e collegas.

Depois da formatura, voltou a residir em Nictheroy e dedicou-se por muitos annos á carreira da imprensa, fazendo parte do corpo de redacção do *Jornal do Commercio.*

Foi, desde 1857, conselheiro do Instituto da Ordem dos Advogados.

É fallecido ha bastante tempo.

José Thomaz da Silva Quintanilha. — Natural do Maranhão, filho de outro de egual nome.

Estatura regular, claro, olhos azues, cabellos castanhos, ligeiro buço a sombrear-lhe os labios superiores e a emmoldurar a parte inferior do rosto. Era muito joven e de physionomia sympathica.

Conhecia a musica e tocava com muito gosto violino.

A cultura artistica não lhe fazia esquecer os deveres escolares. Era bom estudante.

Morava na casa de Paula Souza, á rua da Tabatinguera.

Depois de formado, exerceu por algum tempo a advocacia no Rio de Janeiro; depois, em 1857, foi nomeado segundo official da Secretaria do Ministerio da Fazenda.

Nesse mesmo anno falleceu.

LUIZ LADISLAU DE TOLEDO DANTAS. — Paulista, filho de Jeronymo da Costa Dantas.

Na Academia pertenceu á turma dos regulares.

Foi advogado no Rio Claro em 1857; em 1860 promotor publico em Bragança, cargo em que se conservou até 1870, e que, após uma interrupção de oito annos, de novo exerceu de 1878 a 1883.

É fallecido.

LUIZ DE MEDEIROS. — Natural de Santa Catharina, filho de Luiz de Souza Medeiros.

De estatura regular, tez clara, myope, pelo que usava oculos: o que lhe augmentava a natural gravidade da expressão physionomica.

Superior intelligencia, caracter purissimo.

Foi juiz municipal do termo da Campanha.

Alli se casou, cremos que na familia Veiga.

Dedicou-se, depois, ao magisterio, e fundou

dois collegios, o primeiro na Campanha, o segundo em Baependy.

Falleceu, ha alguns annos, em extrema pobreza, nesta capital.

Teve desde os tempos academicos, e sempre as conservou e desenvolveu, idéas francamente abolicionistas.

Á extrema generosidade do seu coração deveu elle as difficuldades materiaes com que luctou na vida; nem por isso, comtudo, se arrependeu jámais de ter sido bom e humanitario, e foi sempre, apesar da ingratidão alheia, um philantropo... impenitente.

MANUEL DA SILVA MAFRA. — Natural de Santa Catharina, filho do commendador Marcos Antonio da Silva Mafra e nascido a 12 de outubro de 1831, na cidade do Desterro, hoje Florianopolis.

Alto, assaz corpulento, bem moreno, cabellos pretos, pouca barba, rosto grande, sempre adornado de oculos escuros; typo de homem sério; e, de feito, o era, pois quando se matriculou, em 1851, no 1.º anno do curso juridico, estava já percorrendo a casa dos vinte. Consideravam-no, por isso, os collegas como pertencente ao grupo dos *velhos*. E os seus habitos, seus gostos e modo de vida justificavam esta classificação, sendo certo que Mafra se esquivava systematicamente dos folguedos academicos; quasi chegava a segregar-se da roda dos collegas, para

mais estreitar o seu intimo commercio com os livros de Direito... e de literatura. De literatura, sim, porque não imagina o leitor que elle tenha sido um estudante *casmurro,* insensivel á arte e á seducção das musas. Protestariam contra esse injusto conceito varias producções em versos, poesias sobre o eterno poema do amor, insertas por elle na *Revista do Ensaio Philosophico.*

Resolvia assim o problema proposto por Silveira de Souza, seu illustre conterraneo; pois achou que —... *o amor com civil faziam liga.*

Entretanto, é força convir, elle brilhava principalmente como estudante de Direito, e nessa qualidade fazia jus á classificação entre os primeiros.

Teve por algum tempo como companheiros de casa o Evaristo Veiga e o Caetano Pinto, já muito nossos conhecidos.

Como é que se podiam conciliar temperamentos tão diametralmente oppostos? Não se conciliavam muito, não; e por isso logo se separou delles o Mafra, como vamos referir.

Morava nesse tempo á rua de Santa Iphigenia, a pouca distancia da *republica* daquelles rapazes, o tenente-coronel Nênem. Não sabemos se era este o seu nome verdadeiro ou appellido popular. Isto, porém, pouco importa.

Tinha este tenente-coronel uma filha bastante gentil.

O Evaristo e o Caetano Pinto, que se davam na casa, convenceram a graciosa menina de que estava por ella apaixonado... (ora, de quem haviam de se lembrar?) o Mafra, sim, o exquisitão do Mafra, explicavam elles, o qual, por muito acanhado não se animava a revelar o seu amor.

Dahi por deante, não passava o Mafra pela rua de Santa Iphigenia sem que o aguardassem o cumprimento e um amavel sorriso da formosa vizinha. Elle, sem de nada suspeitar, abaixava o rosto vexado, e mal retribuia a delicadeza.

Um dia, ausentes os seus dois companheiros de casa, batem-lhe á porta, perguntando pelo dr. Mafra.

Era uma mucama, portadora de uma bandeja de doces.

— Que deseja?

— Falar com o dr. Mafra.

— Sou eu mesmo.

— O senhor, não; é o dr. Mafra a quem procuro.

— O Mafra sou eu mesmo, rapariga!

— Não é o senhor que eu conheço por este nome. O dr. Mafra é um moço baixo, de *pince-nez*...

— Ah! Sim?! Que é isto que v. traz ahi?

— São uns doces e esta carta, mas que eu só a elle posso entregar.

— O outro Mafra que v. procura, e que se chama Caetano Pinto, não está em casa. V. es-

pere-o aqui, se quizer, mas diga á sua senhora moça que tanto ella como eu, que sou o verdadeiro Mafra, estamos sendo victimas das maroteiras do Caetano e do Evaristo.

Nesta mesma tarde, o Mafra, justamente encavacado com os dois collegas, separou-se delles e mudou-se para a rua das Flôres.

Não se limitou, porém, a isto a pilheria. No dia seguinte, logo cedo, recebia elle a visita do Evaristo, que o interpellou sério, em tom compungido:

— Que é isto, Mafra? Por uma simples brincadeira...

— Brincadeira?! Um acto indigno!

— ... brincadeira de collegas, de amigos.

— P'ra o diabo amigos taes!

— Tenha paciencia, não fique mal comnosco! V. sabe quanto o estimamos...

— Deixe-me, vá embora. V. e o seu comparsa não merecem a minha amizade!

Retirou-se o Evaristo, e logo após entra na sala o Caetano Pinto.

Repete-se a mesma scena, dando o Mafra, sem querer, as deixas para a *representação*.

Reunidos na rua, entram em confabulação os dois incorrigiveis trocistas:

— Como é que havemos de fazer — pergunta o Caetano — para nos vingarmos deste malcreado?

— O peor da festa é que temos que dizer adeus aos doces...

— Devemos tirar desforra. Como ha de ser?

— Occorre-me uma idéa — disse o Evaristo.

E foram juntos á egreja de S. Benedicto, onde estava reunida a respectiva irmandade, composta, em sua maioria, de pretos, para tratar da eleição de juizes, outros funccionarios e festeiro para o anno seguinte.

Dirigiu-se a elles o Evaristo, e fez-lhes vêr que desejava ser o *imperador* da festa, que era uma promessa que fizera, e lhes supplicava que não se oppuzessem áquella sua devoção.

Jubilosos annuiram os irmãos de S. Benedicto, e perguntaram-lhe o nome:

— Manuel da Silva Mafra — respondeu o Evaristo.

Tomou-se nota.

No dia da festa, repleta de povo a egreja, foi proclamado do pulpito, por um dos padres celebrantes, o resultado da eleição dos juizes e mais funccionarios, e tambem:

— Imperador, por devoção — o academico Manuel da Silva Mafra.

Geral foi a surpresa desta ultima proclamação, que muitos commentarios suscitou nesse e nos dias consecutivos nas rodas academicas.

O Evaristo e o Caetano Pinto foram em

pessoa dar parabens ao *imperador,* e andaram convidando gente para fazer outro tanto.

Após a formatura, o dr. Mafra foi juiz municipal na sua provincia em 1857, e depois deputado provincial no biennio de 1860-61.

Mudou-se, posteriormente, para o Rio de Janeiro, onde tem exercido com raro successo a advocacia, notabilizando-se no fôro fluminense pela sua proficiencia como jurisconsulto, tanto como pela austeridade de caracter.

Foi tambem deputado á Assembléa Geral e fez parte do gabinete Martinho Campos, de 21 de janeiro de 1882, no qual lhe coube a pasta da Justiça.

Tem elle uma obra muito apreciada no fôro, a *Jurisprudencia dos Tribunaes,* e ultimamente as razões de advogado apresentadas ao Supremo Tribunal Federal no memoravel pleito sobre limites entre o Estado de Santa Catharina e o do Paraná. Este trabalho, que alcançou a victoria da causa, recommenda-se tanto pelo vigor da argumentação, quanto pela sua importancia como documento historico e valiosa peça de jurisprudencia.

O conselheiro Manuel da Silva Mafra residia e advogava no Rio de Janeiro, onde falleceu em março do corrente anno.

PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA.—Flumi-

nense, filho do visconde de Uruguay; nascido no municipio de Itaborahy, a 21 de abril de 1834.

Era uma figura aristocratica, mas de uma aristocracia pessoal innata, aureolada com o duplo prestigio de superior talento e de inexcedivel applicação ao estudo. Era, por isso, na uniforme opinião de lentes e collegas, o *primus inter pares* da sua turma academica.

Alto, não magro mas esbelto, tez clara, pallido, cabellos pretos, barba toda, aparada e bem tratada, expressão grave e sympathica, olhos ligeiramente garços, limpidos e intelligentes, amparados por oculos de ouro; olhar investigador, com a propriedade de devassar a psychologia do interlocutor. Quando a gente lhe falava, tinha a intuição de estar sendo lido por elle no mais intimo da alma. Elle percebia talvez esta impressão, e, por bondade natural, desviava discretamente os olhos e procurava desfazer aquella impressão.

Era-lhe frequente na conversa baixar o rosto e olhar o interlocutor por cima dos oculos.

O Barão de Cotegipe, para exprimir quanto era habil, delicado e maneiroso o joven (então deputado) Paulino, empregou uma vez a seguinte imagem hyperbolica: «O Visconde de Uruguay seria capaz de valsar sobre uma meza repleta de crystaes, sem tocar numa peça; pois bem, o filho, o Paulino, é de força a fazer outro tanto... no escuro e de olhos vendados!»

Era, já o dissemos, apaixonado pelo estudo, e assim se mostrou desde os bancos do Collegio de Pedro II, do qual trazia uma carta de bacharel em letras. O estudo, porém, para elle não consistia exclusivamente na leitura dos livros e na interpretação dos textos, mas tambem na meditação e no esforço em produzir diariamente alguma idéa original, algum conceito, opinião, maxima ou doutrina com cunho pessoal, e que deveria ficar devidamente registada num canhenho a esse fim apropriado. E assim *nulla dies sine linea* — professava e praticava elle com rigorosa fidelidade.

Fortalecia, com esta norma, o seu espirito e avolumava diariamente o seu patrimonio moral.

Desta pratica advinha-lhe ainda, sem elle o sentir, um predicado muito mais precioso, a saber, a cultura da vontade, o habito de dominar e dirigir a sua actividade; pois o segredo de governar a vontade alheia consiste na exacta medida do nosso poder sobre nós mesmos.

Imaginem, para quem se destina á carreira politica, o inestimavel valor desta força pessoal.

No seu 5.º anno, Paulino morava só; alugára uma casa na rua das Flores, vizinha da do conselheiro Manuel Joaquim.

Ao contrario das *republicas* de estudantes, tinha sala de visitas, e, cumpre accrescentar, de-

centemente mobilada. Em todos os commodos denunciava-se o espirito de ordem e o amor á disciplina do dono da casa, e, mesmo no gabinete de estudo, cada objecto, cada papel, cada livro estava sempre no seu competente logar; se delle sahia algumas vezes para ser utilizado, para lá tinha de voltar logo depois.

Tudo alli era methodico, tudo regular, todos os serviços irreprehensivelmente executados.

Mesmo estudante, não deixava Paulino de ser attendido pelos chefes conservadores paulistas, com os quaes mantinha relações politicas. Toda a gente adivinhava naquelle moço circumspecto — *o marechal do futuro,* como, pouco depois, o denominavam.

Logo após a sua formatura, foi nomeado addido á legação brasileira em Vienna, e no anno seguinte, em 1856, removido no mesmo cargo para Londres.

Teve, porém, de voltar para o Brasil, eleito deputado geral pela provincia do Rio de Janeiro á 10.ª legislatura (1857—60), e successivamente á 11.ª (1861—63), á 12.ª (1864—66), á 13.ª (1867—68), á 14.ª (1769—72), á 15.ª (1873—75), á 16.ª (1876—77) e á 18.ª (1881—83).

Abriu-se então no Senado a vaga do Visconde de Nictheroy, e o eleitorado conservador da provincia do Rio de Janeiro, em situação liberal, deu victoria á seguinte lista triplice:

Paulino de Souza................	7.769 votos
Pereira da Silva.................	7.506 »
Andrade Figueira................	7.055 »

Essa lista senatorial foi popularmente denominada «*das tres laranjas*», o que se explicava assim: Paulino era a laranja *selecta,* destinada a ser, como foi, a escolhida; Andrade Figueira a laranja *da terra,* amarga, pela dureza das verdades que enunciava, mesmo com sobrescripto á Corôa; finalmente, Pereira da Silva, a laranja *mexeriqueira*... sabemos lá porquê?

Foi nomeado senador o conselheiro Paulino, por carta imperial de 30 de setembro de 1884.

Ministro do Imperio, no gabinete Itaborahy, de 16 de julho de 1868, o conselheiro Paulino teve desde então parte importante, decisiva, frequentemente, na direcção do partido conservador do Imperio, e influencia incontrastavel na do da provincia do Rio.

Nunca se viu chefe politico mais respeitado, mais obedecido e mais estimado do que o foi elle por largos annos na sua provincia natal. O *marechal do futuro* tornára-se o chefe supremo, de todos reconhecido, sem emulos, sem competidores, sem rivaes, nem mesmo por pensamento.

Em 1884, foi nomeado conselheiro de Estado.

Occupámos, na longa sessão parlamentar

de 1877, o logar de 1.º secretario da Camara dos Deputados, ao lado do conselheiro Paulino, que era o presidente da Camara.

Logo no primeiro dia da nossa eleição, disse-nos elle taes palavras de amizade e de confiança, que captivaram as nossas disposições para com o nobilissimo chefe.

Nunca deixou de nos dar o tratamento de *Excellencia;* fazia-o, entretanto, por modo tal que esse tom não parecia cerimonioso e não afastava a gente, que se sentia presa cada vez mais pela sua constante affabilidade.

Perguntámos-lhe, um dia, com as devidas cautelas de fórma — como se explicava a sua auctoridade *absoluta* no partido conservador da provincia do Rio, e, sobretudo, na representação fluminense.

— Como assim?

— Permitta-me v. ex.ª que lhe fale com toda a franqueza, para bem explicar o meu pensamento e obter a chave do phenomeno psychologico a que me refiro.

— Peço a v. ex.ª que fale com toda a liberdade.

— Pois bem, o caso é o seguinte. Á medida que observo na politica das outras provincias ciumes e rivalidades de influencias partidarias, na do Rio de Janeiro, não; todo o partido conservador obedece contente á direcção unica e exclusiva de v. ex.ª, e os deputados fluminenses como que se esforçam, á porfia, em se identificar

com o pensamento director do seu chefe. Entretanto, não faltam nessa representação summidades intellectuaes como Andrade Figueira, Ferreira Vianna, Belizario, Pereira da Silva, Cunha Leitão, etc., alguns dos quaes em determinada especialidade são superiores a v. ex.ª

— A razão deste facto — respondeu-me o conselheiro Paulino — é que não disputo a ninguem a auctoridade politica, que espontaneamente me é dada. O logar de chefe está sempre accessivel a quem o ambicionar e fôr digno delle.

— Perdôe-me v. ex.ª, para mim a explicação é outra.

— Qual é, então?

— A seguinte: Eu disse que alguns desses homens politicos são superiores a v. ex.ª nalguma especialidade, e não vae neste reparo nenhum desar que possa melindrar a v. ex.ª...

— E é a verdade.

— ... por exemplo Ferreira Vianna como orador, Andrade Figueira como jurisconsulto, Belizario como financista, Pereira da Silva como historiador, etc.; não obstante, v. ex.ª, sem lisonja, é superior a qualquer delles. A sua superioridade está no perfeito equilibrio dos predicados intellectuaes e moraes, que nenhum delles possue tão completo como v. ex.ª

É possivel que tenhamos sido lisonjeiros: exprimimos, entretanto, um conceito muito sincero, que ainda hoje conservamos.

Referimo-nos ha pouco ao olhar devassador, com a propriedade dos raios X, do conselheiro Paulino. A este proposito referiu-nos s. ex.ª uma prevenção que, certamente, fundada no mesmo reparo, lhe tinha o sr. D. Pedro II.

Disse-nos elle que, quando ministro do 16 de julho (e é provavel que o caso se tenha repetido posteriormente no Conselho de Estado) assistia mesmo calado a alguma discussão, percebia que por vezes o Imperador procurava surprehender-lhe a expressão dos olhos. Isto se dava principalmente quando sua majestade falava occultando o seu intimo pensamento. Sempre alerta ao que occorria, o conselheiro Paulino não se deixava nessas occasiões surprehender pela suspeitosa curiosidade imperial, que o espreitava; e então fingia-se distrahido ou tomava um ar de innocencia e candidez...

Salvo o respeito devido: que dois finorios!

Muito se arguiu ao conselheiro Paulino a sua intransigente opposição ao movimento emancipador do elemento servil.

Effectivamente, sobre este assumpto jámais fez elle uma linha de concessão ao espirito reformador. Esta resistencia opiniatica tem sido sempre allegada em detrimento, já não dizemos — dos seus sentimentos humanitarios, mas até dos seus fóros de estadista.

Este adverso conceito funda-se, entretanto,

na imperfeita apreciação dos moveis, certamente relevantes, que determinavam aquella attitude politica, tanto mais patriotica quanto impopular e contraria á irresistivel corrente de opiniões que já ia avassallando impetuosamente o espirito publico.

O conselheiro Paulino jámais acreditou na efficacia da sua resistencia, nem mesmo, suppomos nós, a desejára vencedora. Disso fez confissão parlamentar quando, na tribuna do Senado, em 1885, comparou a acção moderadora do partido conservador á cooperação da *junta do recavem,* aquella que os carreiros, para protegerem a descida num forte declive, prendem á parte posterior do leito do carro. Esta cooperação não tem por fim paralysar a marcha do vehiculo, mas protegel-a, de modo a que elle não se precipite desastradamente pelo morro abaixo.

A imagem é bella e expressiva, e foi tanto mais feliz quanto destinada a ser comprehendida por uma classe a quem era familiar o termo da comparação.

Acode-nos á memoria outro facto, occorrido na mesma época e que vem confirmar o que acabamos de expôr.

Celebrava uma solemne sessão o *Centro do Commercio e da Lavoura* para o fim de deliberar sobre os termos do projecto Dantas e outras

idéas emancipadoras ou abolicionistas que haviam sido aventadas no parlamento e pela imprensa.

Seguiamos a tomar parte, como espectador, nessa reunião. De caminho, encontrámos o conselheiro Paulino, que nos recommendou dissessemos aos promotores daquella assembléa — que não tomassem a iniciativa de nenhuma proposta e se limitassem a oppôr-se a tudo, mesmo aos prazos mais dilatados para o termo da escravidão...

— Mas, senhor conselheiro — animei-me a contestar-lhe. — Acha v. ex.ª sustentavel esta attitude?

— Bem sei — explicou o conselheiro Paulino — que ella não é sustentavel, e que nos deixará na posição de sermos diariamente vencidos; mas, por este modo, a solução do problema caminhará paulatinamente até ao seu final desenlace. Entretanto, se nós propuzermos qualquer medida, desvirtuamos o nosso papel de resistencia, e o abolicionismo precipitará os acontecimentos, compromettendo a economia nacional.

Posto de lado o problema abolicionista, que lhe não deixava liberdade de acção, no estado em que se achava a provincia do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino sempre se mostrou no parlamento ou na alta administração um espirito organizador, altamente liberal e progressista.

Falem por nós os importantes projectos por elle elaborados sobre a interpretação do Acto Addicional, a reforma eleitoral, a das municipalidades e a da instrucção publica.

Quando, em junho de 1889, após a quéda da situação conservadora e a organização do ministerio Ouro Preto, cogitaram os chefes do partido conservador de assentar sobre alguns artigos para o programma politico que deveriam apresentar aos seus correligionarios, opinou o conselheiro Paulino que não se definisse nenhuma idéa como programma geral do partido.

E a razão em que elle se fundava era que — o movimento das idéas corria tão vertiginoso que, por mais adeantado que parecesse no dia um programma partidario, passaria a ser, pouco tempo depois, um programma imprestavel por atrazado; que, em tal conjunctura, conservassemos a nossa união partidaria, sem cogitarmos, por ora, de programma politico.

Nesta occasião, o conselheiro Belizario accrescentou, sem protesto do eminente chefe e amigo. — «Veremos depois até aonde deveremos chegar, caminhando com a onda, no regimen federalista, se sómente até ás raias da Republica, ou se as teremos que transpôr; porque, não nos illudamos: a Republica ahi vem!»

Quando, a 15 de novembro de 1889, sobreveiu a revolução republicana, o novo governo

encontrou o conselheiro Paulino na presidencia do Senado. [1]

Não sómente elle não oppoz então uma inutil resistencia á revolução vencedora, como, ao contrario, a recebeu favoravelmente e aconselhou aos seus partidarios que não recusassem á patria republicana a cooperação dos seus serviços.

---

[1] Deu-se então um curioso incidente, referido na seguinte nota, que o conselheiro Paulino de Souza publicou pela imprensa e é memoravel, por mais de um titulo, como documento historico:

«As sessões que o Senado tem celebrado desde o dia 14 eram preparatorias dos trabalhos legislativos determinados pela convocação extraordinaria para 20 do corrente mez.

Comquanto reconhecesse desde hontem que tal convocação ficaria sem effeito por força dos acontecimentos do dia 15, não quiz nem devia tomar logo precipitadamente a deliberação de interrompel-os. Nenhuma communicação recebendo do governo que se constituira, convidei os senhores senadores a comparecerem hoje, na fórma do regimento.

Sabendo, porém, esta manhan, que S. M. o Imperador se retirava do paiz, e que ás 10 $^1/_2$ levantára os ferros o navio, a cujo bordo se achava desde a madrugada, dirigi-me ás 11 horas ao paço do Senado, com a resolução assentada de suspender, por excusadas, as sessões preparatorias, a que me referi. Não precisei, porém, assumir essa responsabilidade, porque ao chegar ao edificio, encontrei cerrada a porta da entrada e guardada por uma sentinella militar, que me declarou ter ordem de vedar o ingresso a quem quer que fosse.

Faço esta publicação para saberem os meus collegas do Senado o motivo de não mais os reunir e tambem que obedeci logo, sem hesitação e sem precisar ouvil-os, á determinação do governo existente. Devia fazel-o, porque sómente assim posso dizer que tenho, como todos os brasileiros, o direito de exigir delle a manutenção da ordem publica, o respeito e a effectividade de todos os direitos constitucionaes do cidadão e no mais breve prazo, que as circumstancias permittirem, a reorganização politica da nação, como a esta aprouver em sua soberania.

PAULINO J. S. DE SOUZA.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1889.

Neste sentido, solicitado por uma consulta do redactor do *Correio Paulistano,* respondeu com uma carta conceituosa que muito contribuiu para a sabia orientação adoptada pelos seus correligionarios politicos. (1)

---

(1) A consulta, a que se refere o texto, foi endereçada aos vultos mais em destaque no scenario politico do Imperio. Responderam quasi todos, conformando-se com os factos consummados. A carta do conselheiro Paulino é concebida nestes termos:

«Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1889. — Ill.mo e Ex.mo Sr. Dr. José Luiz de Almeida Nogueira. Respondo em poucas palavras á pergunta de sua estimada carta de ante-hontem: — Que devem fazer os antigos partidos monarchicos no actual estado de coisas?

Não ha quem possa contestar que está de vez firmada no Brasil a fórma de governo republicana; a transformação fez-se sem regresso possivel. E, pois, o que importa hoje é a reorganização politica da nação, como a esta aprouver em sua soberania.

Com as instituições anniquiladas a 15 do corrente mez, tiveram de desapparecer os partidos monarchicos, que dellas tiravam a razão de ser. Persistem, porém, para entrarem em novos quadros e diversamente affeiçoados, os elementos que as convicções individuaes e os interesses sociaes poderão talvez pôr logo em movimento na constituição definitiva da fórma de governo.

Por minha parte, obedeci logo, como declarei pela imprensa, e reconheço a auctoridade effectiva do governo existente, responsavel pela ordem publica e pela segurança dos direitos do cidadão; não tenho outra intenção politica senão que a nação se pronuncie no mais breve prazo sobre a sua reconstituição e que se funde um governo estavel no seio de uma sociedade verdadeiramente livre.

O meu partido hoje é o daquelles que desejam entrar sem demora no regimen da legalidade, como fôr decretado pela vontade nacional, e que entendem dever ser a organisação federal das antigas provincias condição primordial da união dos novos Estados do Brasil. A federação pareceu-me sempre tão avessa á indole unitaria da monarchia, quanto a reputo essencial ao andamento regular e seguro das instituições republicanas.

Nunca fazendo reserva do meu pensamento politico, auctoriso a communicação delle, nos termos do pedido da sua carta.

Saudando affectuosamente a v. ex.a, sou com particular estima e consideração, etc.

PAULINO J. S. DE SOUZA.

Todavia, retirou-se desde então da arena politica e devotou humanitariamente o seu espirito de ordem e a sua fecunda actividade á direcção da Casa de Misericordia do Rio.

Falleceu o conselheiro Paulino no Rio de Janeiro a 3 de novembro de 1901.

PAULO JOSÉ DE MELLO RODRIGUES DA COSTA. — Bahiano, filho de Antonio Joaquim Rodrigues da Costa. Paulo Costa era um dos melhores estudantes do anno. E disto dá testemunho o officio que inserimos na *parte primeira* do presente quadro.

Depois da sua formatura não voltou á Bahia. Preferiu fazer carreira na provincia do Rio. Estabeleceu-se em Macahé, onde exerceu a advocacia, e foi, em 1861, vereador e presidente da Camara Municipal.

Foi, em diversos biennios, deputado á Assembléa Provincial do Rio de Janeiro, assignalando-se pelo talento, pela eloquencia e pela actividade parlamentar.

VICENTE MAMEDE DE FREITAS. — Paulista, filho de Joaquim Antonio de Freitas. Alto, cheio de corpo, moreno, cabellos castanhos, pouca barba.

Foi um dos bons estudantes do anno. Intelligente, applicado ao estudo e de exemplar assiduidade; além disso, bom e modesto.

Não o supponham, na sua quadra de estudante — socegado e de poucas falas, como o tem

feito a edade. Pois, não! Era jovial, communicativo e verboso, até mesmo — verbosissimo, segundo reza veridica tradição.

Desde a sua quadra academica foi dado ao magisterio e leccionou quasi todas as disciplinas preparatorias, taes como — philosophia, historia, mathematicas e as linguas latina, franceza e ingleza.

Logo no anno seguinte ao da formatura, dirigia o *Collegio Culto á Sciencia,* estabelecido á rua da Constituição (hoje Florencio de Abreu). Teve posteriormente outro estabelecimento de ensino na ladeira do Porto Geral, passando-o depois ao dr. Ivahy.

Em 1859 defendeu theses e recebeu o grau de doutor.

Exerceu em seguida a advocacia conjunctamento com o cargo de promotor publico da capital, para o qual foi nomeado em 1860.

Militando activamente nas fileiras do partido liberal, o dr. Vicente Mamede teve, pelos votos dos seus correligionarios politicos, uma cadeira de deputado á Assembléa Provincial de S. Paulo, nos biennios de 1864-65 e de 1866-67.

Em 1882, concorrendo a uma vaga de lente nesta Faculdade, foi nomeado substituto, por decreto de 2 de setembro daquelle anno, passando em 1887 a cathedratico de direito civil, cadeira que ainda hoje rege.

É presentemente o decano da congregação, e director da Faculdade, por decreto de 7 de

dezembro de 1904, tendo entrado em exercicio a 13 do dicto mez.

Pela sua candura de alma, o seu espirito justiceiro e o amor ao dever, tem sabido o dr. Mamede grangear a estima dos lentes, o affecto dos seus discipulos e o respeito de todos os empregados da Academia.

Um estudante brejeiro compoz, em 1897, contra o bondoso mestre, os seguintes versos, que correm desde muito pelas arcadas da Academia, e que, portanto, não podem deixar de ser registados nas notas destas *Tradições*. Cumpre notar que andavam na baila da imprensa humoristica — os epitaphios jocosos.

Os taes versinhos são estes:

Epitaphio

Ao ser posto p'lo coveiro
Na cova que aqui se vê,
Elle disse: — «O conselheiro
Pondera o seguinte: que...» (1)

Assiduidade ferrea

Após pesquiza profunda,
Descobriu o grão Mamede
Que é na tunda, só na tunda,
Que a intelligencia tem séde.
A' vista deste successo
Do seu talento divino,

(1) Phrases muito usuaes nas explicações do dr Mamede.

Vae propôr logo ao Congresso
Uma refórma no ensino,
Exigindo que o estudante,
P'ra poder ser approvado,
Mostre ao lente, com desplante,
Ter o assento callejado.

Alguns destes versos, de um naturalismo excessivo no original, vão modificados na reproducção que ahi fica.

CAPITULO VII

A turma academica de 1856-60

PARTE PRIMEIRA

Predominio da Academia. — O S. Paulo antigo. — Orçamento de uma *republica*. — Passadio de um estudante. — O director da Academia. — Os lentes de então. — Bedeis. — As vaias em 1856. — Vista geral. — Exame analytico. — Americo de Campos. — Seu dilettantismo. — Vezos e qualidades. — A sua vida publica. — Americo Monteiro. — Cuim Atuá. — Implicancia do conselheiro Cabral com esse nome. — Fim tragico. — Baptista de Carvalho. — Motta Pacheco. — Costa Pinto. — Antonio Quirino. — Augusto Fleury. — Aymberé. — Algumas troças delle. — Ainda o conselheiro Cabral e os nomes estapafurdios. — Dados biographicos. — Candido Barreto. — Galvão Bueno. — Christovam de Castro. — Custodio Padilha. — Cardoso Fontes. — Domiciano de Salles. — Floriano Neves. — Frederico Brotero. — Oliveira Braga. — Rufando tambor. — Notas biographicas. — Martins da Silva. — A evasão de um noivo. — Apontamentos complementares.

Este periodo, que acima fica delimitado, assignala talvez o do maior predominio do corpo academico, tanto na vida economica da capital paulista, como tambem na administração publica, e, quiçá, no desenvolvimento progressivo da provincia.

No tocante, porém, aos costumes invetera-

dos da população paulistana, parece que não fazia nem jámais fez profundo sulco a influencia academica.

O primeiro destes reparos é confirmado pelo exito, sempre victorioso, de quaesquer conflictos em que se envolviam os estudantes, e nos quaes, por fim, com razão ou injustamente, lhes acudia indefectivel o apoio official. Corroboram a ultima observação a constante esquivança do espirito local, já de per si suspeitoso, ao intimo congraçamento com o rapazio academico, conservado, por isso, mais ou menos arredado do regaço da familia paulistana, e ainda, embora com intermittencias, os chascos dos estudantes, atirados contra os habitos, o caracter e até a fala dos descendentes de Tibiriçá, de Piqueroby e de Amador Bueno da Ribeira.

Havia, de facto, não diremos reciproca antipathia, mas innegavelmente certo antagonismo entre a Paulicéa academica, com especialidade a dos estudantes forasteiros, e a Paulicéa... paulistana.

Esta, a gente dos campos de Piratininga, indigenas legitimos ou descendentes dos emboabas, tão diversa então dos irrequietos *bandeirantes*, assignalava-se, neste outro periodo da historia paulista, pelo seu espirito sedentario. Ia este facto a ponto de se contarem, mesmo na sociedade mais culta, muitas pessoas que nunca tinham visto o mar, nem mesmo haviam trans-

posto jamais as serras que orlam o horizonte da cidade e seus suburbios.

Descrevendo o S. Paulo de 1860, externava Zaluar, com pouca differença, estes mesmos conceitos, quando dizia:

«Apesar da majestosa natureza que a circumda, da suave elevação em que se acha collocada e do ameno clima que a bafeja, a cidade de S. Paulo é triste, monotona e desanimada.

Quando os estudantes da Faculdade de Direito vão a ferias, então é que se reconhece melhor o que acabamos de dizer e tivemos occasião de verificar. A mocidade academica imprime á povoação, durante a sua residencia nella, uma especie de vida ficticia, que, apenas interrompida, a faz recahir, por assim dizer, no seu estado de habitual somnolencia.

A antiga cidade dos jesuitas deve ser considerada, pois, debaixo de dois pontos de vista diversos. A capital da provincia e a Faculdade de Direito, o burguez e o estudante, a sombra e a luz, o *estacionarismo* e a acção, a desconfiança de uns e a expansão, muitas vezes libertina, de outros, e, para concluir, uma certa monotonia da rotina personificada na população permanente, e as audaciosas tentativas do progresso encarnadas na população transitoria e fluctuante.» [1]

---

[1] ZALUAR. — «Peregrinação pela provincia de S. Paulo. 1860-61.»

Não passava, nesse tempo, S. Paulo de uma pobre cidadezinha provinciana, quasi sem calçamento, illuminada a azeite, e cuja população mal attingia a 15.000 almas. A população academica, ao contrario, incluidos os estudantes de preparatorios, orçava por um milheiro.

Era baratissima a vida. Geralmente, não excedia de 120$000 a 150$000 mensaes a despesa de uma *republica* de tres a cinco estudantes. Assim se discriminavam as verbas respectivas: casa, 20$000 a 30$000; *bolsa,* 90$000 a 120$000; cozinheira, 10$000; criado, 10$000. A roupa lavada e engommada regulava 640 réis a duzia.

Todos os commodos da casa, com excepção da sala de jantar (no dialecto paulista—*varanda),* e da cozinha, eram transformados em aposentos, ao mesmo tempo de dormir, gabinete de estudo e sala de visita, de cada um dos inquilinos.

Aos mais veteranos no curso academico competiam geralmente os melhores commodos; as alcovas e os quartos menos confortaveis aos caloiros e aos *bichos.*

Quanto á *bolsa,* a quota de cada um correspondia á despesa de tantos dias quanto o quociente de um mez, dividido pelo numero de pensionistas. Se os dias do mez não eram multiplos do numero dos pensionistas, e dava um resto de um, dois ou tres dias, então fazia-se *recambó,* isto é—dividia-se em quotas eguaes a despesa neces-

saria para estes dias, constituindo-se dest'arte um pequeno orçamento supplementar.

Qual a mesa de uma *republica* naquelle tempo? Oh! bem modesta. Em geral... sim, porque, naturalmente, não haveria absoluta egualdade de passadio entre uma aristocratica *republica* fluminense e a de modestos e economicos mineiros; em geral, iamos dizendo: ao almoço, o classico *picadinho* (1), ovos estrellados, arroz, chá de cartuxo (2), pão e manteiga; ao jantar, — sopa (que só então começava a generalizar-se), o patrio feijão, arroz, um prato de ensopado e outro

---

(1) O afamado «*picadinho de estudante*» era um prato muito simples, muito primitivo, e, talvez por isso mesmo, saborosissimo... Ao menos, assim parecia ao nosso paladar dos vinte annos. Para que se perpetue a tradição, ahi vae a respectiva receita, que nos provém da «Tia Silvana», que floresceu em S. Paulo ha 35 para 40 annos:

«Toma-se um kilo de alcatra ou «filet», carne de 1.ª, lava-se, enxuga-se bem, bate-se, corta-se em pedacinhos pouco maiores que um dado; refoga-se com cebola picada; deita-se-lhe depois um copo de agua quente, um «bouquet» de cebolas em rama, salsa e uma folha de louro; ajuntam-se alguns pedacinhos de toucinho fresco, sal e pimenta, e deixa-se ferver a fogo brando até que a carne fique bem cozida, tendo-se o cuidado de augmentar a agua, sempre que venha a seccar. Ajunte-se em tempo batata picada, que não deve ficar muito cozida. Nada de engrossar o caldo; ao contrario, deve ser abundante e bastante aquoso. Serve-se em prato de tampa.»

Esse caldo era o melhor da festa. Os estudantes mineiros comiam-no com farinha, e os rio-grandenses tambem; os fluminenses, com pão; e os paulistas e paulistanos, com arroz. Alguns bebiam-no com colher.

(2) O chá paulista, a vintem o cartucho; barato, mas assaz potavel. Provinha dos sitios do Morumby, do Tremembé e outros dos arredores da cidade. Esta producção tem-se tornado, presentemente, escassissima.

de carne frita ou assada. Por sobremesa, café. Nas *republicas* fidalgas serviam-se doces, a saber — melado, banana frita ou batata em calda, que a cozinheira comprava á razão de 200 réis o copazio.

Ceia: chá com pão e manteiga.

Muito longe teriamos de ir, se quizessemos fazer agora a descripção da vida economica e administrativa de uma *republica*. Teriamos, primeiramente, que explicar a razão de ser dessa denominação caracteristica e consoante ás idéas do tempo sobre o governo democratico.

Fica, porém, adiado este objecto para outra occasião, por isso que neste momento chama-nos a attenção assumpto mais pertinente ao objecto da nossa chronica.

Foi director da Academia, durante todo o quinquiennio de 1856 a 1860, o conselheiro Manuel Joaquim do Amaral Gurgel.

Accumulava o exercicio deste alto cargo com o da sua cadeira de Direito Natural, Publico e das Gentes.

Eis o quadro dos lentes que regeram, durante o tirocinio academico da turma que se bacharelou em 1860, as diversas cadeiras do curso juridico:

1.º Anno: Brotero e Chrispiniano.

O primeiro, como já dissemos, muito erudi-

to, espirito liberal, mas pouco methodico na exposição; orador fluentissimo, imaginoso, sujeito, porém, a engraçados trocadilhos, as *broteradas*, resultantes de transposições de syllabas nas palavras ou de palavras nas orações. Assim, disse por vezes «o Zcar da Russia», os «passarinhos a pastarem pelas verdes campinas e os rebanhos a saltitarem de galho em galho», «milagrou escaposamente», «pinguelava na pesquella», «Mallo Mettos», «Biturcio», «Sayato Lobão», etc.

O Chrispiniano era grave, severo, muito respeitado e temido... especialmente quando vinha de calças brancas. Já se sabia!

As suas prelecções eram sempre admiraveis de erudição e de eloquencia. A sua phrase primava pela concisão, pela energia no dizer e pela propriedade e correcção da fórma. Em certos momentos a sua voz nitida e estridente ecoava por todo o edificio da Academia e até pelas immediações. As suas affirmações eram quasi sempre categoricas e as conclusões vinham precedidas do adverbio — *indubitavelmente.*

No 2.º Anno: Brotero e padre Anacleto.

Este regia a aula de Direito Ecclesiastico. Estava já muito velhinho. Falava com voz quasi sumida. Era em extremo condescendente, e os rapazes abusavam dessa complacencia, com especialidade em relação á justificação das faltas, mais do que isso, á eliminação de pontos.

3.º Anno: Cabral e Manuel Dias.

Este explicava conscienciosamente pela sua optima caderneta, e della não se afastava. Aquelle, sempre exquisito e original, não se dava ao trabalho de explicar, «para que, disse elle uma vez, os alumnos não viessem a saber alguma coisa sem grande esforço; por isso que elle, Cabral, se sabia, era porque tinha queimado as pestanas em aturado estudo, etc. etc.» Continuava a implicar com os nomes estapafurdios e o desalinho da *toilette,* e a irritar-se contra os que lhe chamavam «a Cadeira», ou mesmo «a illustrada Cadeira», ou citasse Lobão e Liz Teixeira; pois elle preceituava: «Lobão, nem ler! Liz Teixeira, nem ter!» Era crime, aos olhos desse original, a infracção deste preceito. Se não crime para forca, ao menos — para *bomba.*

4.º Anno: Cabral e Falcão.

O Cabral foi, durante dois mezes, substituido pelo Ribas, que por todo esse periodo levou a explicar — *Testamentos.*

5.º Anno: Furtado, Ramalho e Justino de Andrade.

Este fazia, então a sua estreia na cadeira de Economia Politica, substituindo ao conselheiro Carrão.

Estreia brilhante, prejudicada apenas pelo sotaque madeirense muito carregado. Quando, porém, se affazia o ouvido áquella extranha musica e vinha o auditorio a melhor entender, então, sim, as explicações do Justino muito agra-

davam pela correcção da phrase e profundeza dos conceitos.

Era porteiro o Carlos Godinho, e bedeis o capitão Fortunato, o Ezequiel, o Mendonça e o Firmino. Occupar-nos-emos delles noutra occasião.

De tempo em tempo, surge na Academia, por parte dos caloiros, a velleidade de *resistir* ás vaias dos veteranos, ou mesmo de as repellir. Isto dá-se, geralmente, quando aquelle habito tradicional excede os limites de simples troças, para se converter em tropelias brutaes. Não raro, porém, a reacção dos caloiros, sempre impotente em cohibir a intenção dos veteranos, outro resultado não acarreta a não ser o de recrudescer a violencia das vaias.

Por mais temerosa que se affigure organizada a resistencia, tem por fim que arriar bandeira ante a superioridade de invencivel poder moral.

Além disto, si é certo que aos annos superiores, ao 5.º principalmente, não aprazem os excessos dos segundo-annistas no exercicio do *direito* de apupar os caloiros, não toleram todavia que estes nem mesmo se lembrem de repulsa material.

Voltam-se em tal caso contra os pobres novatos toda a animosidade e toda a indignação

da Academia inteira. Dir-se-ia que, solidario, o espirito das gerações academicas se levanta para fulminar tamanha audacia.

Este triplice phenomeno produziu-se no anno de 1856.

Sendo o 1.º anno de então muito mais numeroso que o 2.º, occorreu-lhe ao espirito a possibilidade de repellir, *vim vi*, as assuadas com que era victimado. E, neste proposito, seleccionou de seu seio trinta rapazes altos, corpulentos e fortes, que formavam uma companhia denominada — *os terriveis*, para impedir a pau as vaias do costume.

De facto, no dia da abertura das aulas, apresentaram-se encorporados os caloiros, trazendo á sua frente o grupo dos *terriveis*, capitaneados pelo Verissimo de Mello, cuja estatura descommunal lhe dava a catadura de um Goliath.

Eis que do grupo dos veteranos surge sósinho outro David, egual na coragem e menor na estatura... o terceiro-annista Duque Estrada Teixeira! Pois, senhores, foi quanto bastou para, a poder de cabeçadas e rasteiras, dispersar-se e debandar-se, debaixo de tremenda vaia, a caloirada espavorida. E o Verissimo, a quem se prestavam as honras de chefe, andou pelos ares como petéca.

Passemos agora (e já não é fóra de tempo) ao estudo directo da turma que transitou pelas

velhas arcadas da nossa Academia, no quinquennio de 1856 a 1860.

Compunha-se, no termo final da romaria, de 52 estudantes, tendo sido de mais de 100 no dia da partida.

Destes, atrazaram-se alguns em caminho, outros foram concluir o curso em Pernambuco; outros, finalmente, desanimados ante os obstaculos que encontraram, desistiram da porfia.

Embora se contassem estudantes notaveis na turma dos bachareis de 1860, e alguns mesmo que poderiam hombrear com os melhores juristas que teem sahido da Faculdade de S. Paulo, não obstante nenhum se dispoz a defender theses. Não conta, pois, esta pleiade de moços um só doutor de borla e capello.

Travemos conhecimento pessoal com cada um desses jovens... de outrora, sim, de ha dez lustros decorridos.

AMERICO BRASILIO DE CAMPOS.—Paulista, filho do dr. Bernardino José de Campos, natural da Bahia e formado em S. Paulo em 1834; é irmão do dr. Bernardino de Campos. Nasceu em Bragança a 12 de agosto de 1835.

De estatura mean, cabellos crespos tirando para louro e formando touceira no alto da cabeça; pouca barba, da mesma côr dos cabellos, olhos mortos, expressão melancolica. De tem-

peramento nada expansivo; excentrico, humor vario e desegual; sem a jovialidade peculiar aos estudantes. Intelligencia, porém, vivissima, e alma de artista. Amava apaixonadamente a musica e tocava violino, poucas vezes, é verdade, porém... mal.

Durante o seu curso juridico, estudou astronomia, historia, literatura, philosophia, esthetica, musica, etc. Tudo estudava com ardor, com avidez, tudo, menos — o Direito.

Não trazia então o seu caracteristico e inseparavel *cache-nez* ou pala dobrada, sobre os hombros; em compensação, usava já então chapéo molle, a velocipede, embora envergando casaca. E desta não se podia dispensar, já porque era o traje da moda, muito usual no traquejo diario, como tambem porque, de outro modo, alguns lentes, *verbi gratia* o Veiga Cabral, não deixariam de notar com desfavor a falta de compostura no vestuario.

Amigo e condiscipulo de Carlos Gomes, com elle estudou musica em Campinas. Muitas vezes cantaram juntos no coro da respectiva matriz. E, note-se, era o Americo quem marcava o compasso.

«Nesse tempo, referiu elle mesmo uma vez a Felizardo Junior, eu preferia uma novena a um baile e não comprehendia que se pudesse amar uma mulher senão depois de cantar com ella um duetto».

Temos por muito problematico que Americo de Campos dahi por deante tenha conservado o gosto pelos bailes; não consta, egualmente, que elle vivesse a cantar duettos por amor ou mero *dilettantismo*. O que, porém, passa por historico é a constancia da sua devoção ao culto de Euterpe. Referem mesmo que, por amor á arte musical, chegava a sacrificar, como jornalista, interesses (ah! bem superficiaes!) da politica... Mas não antecipemos.

Outra originalidade caracteristica do Americo era a sua paixão pelo assucar, a ponto de adubar com elle a comida. Não se limitava a apreciál-o, como toda a gente, em dose discreta, na ervilha e nos pasteis de carne; deitava assucar em quantidade em todos os pratos, na sopa, no feijão (como nelle se põe farinha, á brasileira), no perú e no *roast-beef*, como os allemães; e tambem no arroz, nos guizados, no leite, nas fructas, etc., etc. Estamos a apostar que elle deitava assucar até no melado e na cocada.

Ao sahir da Academia, o Americo de Campos foi nomeado promotor publico de Ytú, e nesse cargo se conservou até 1863. Em 1865, mudou-se para S. Paulo, vindo a assumir, pouco depois, a redacção do *Correio Paulistano*, de propriedade, então, e por muitos annos ainda, do capitão Joaquim Roberto de Azevedo Marques, seu fundador.

Á frente dessa folha conservou-se o Americo até 1874. Em fins desse anno, veiu á luz da publicidade, com programma republicano, a *Provincia de S. Paulo*. Foram seus primeiros redactores Americo de Campos e Rangel Pestana.

Nesse posto manteve-se o Americo por um decennio, até que, sendo a *Provincia de S. Paulo* adquirida por Alberto Salles, della se retirou para assentar a sua tenda de combate em novo orgão jornalistico, o *Diario Popular,* organizado com feição republicana por José Maria Lisboa.

Deste honroso posto, presenciou elle, com o advento da aurora republicana, a glorificação do seu ideal politico.

Além das folhas supra-mencionadas, redigiu em 1867, de collaboração com Antonio Manuel dos Reis, o *Cabrião,* semanario satyrico, illustrado pelo espirituoso lapis de Angelo Agostini, que fazia estreia, mas estreia já de mestre.

Com Americo Brasiliense, Luiz Gama, Betholdi, Jayme Serva, Amelung e outros valentes democratas e philanthropos, Americo de Campos tomou parte na fundação da *Loja America,* instituida sob roupagens maçonicas, mas votada exclusivamente á dupla propaganda republicana e abolicionista.

Proclamada a Republica, foi nomeado consul do Brasil em Napoles, cargo esse que exerceu com solicitude até 28 de janeiro de 1899, data da sua morte.

O dr. Americo de Campos foi casado com D. Anna Amalia Peixoto de Campos e desse consorcio teve seis filhos, entre os quaes o dr. Bernardino Peixoto de Campos, juiz de direito de Mogy das Cruzes.

AMERICO DE OLIVEIRA MONTEIRO DE BARROS. — Mineiro, filho de Lucas Antonio de Oliveira Castro.

Alto, claro, bonita barba.

Temperamento concentrado. Modesto, intelligente, bom estudante.

Casou-se no seu 4.º anno na familia Moretz-Sonh.

Foi promotor publico de Cantagallo em 1862. Mudou-se, depois, para Magé, onde por longos annos exerceu a advocacia.

É fallecido.

ANTHERO SIMÕES DA SILVA CUIM ATUÁ. — Bahiano, filho de Severo Cuim Atuá.

Um collosso na altura e corpulencia; parecia de temperamento apathico, mas assim não acontecia. Fala mansa, andar pausado; não se alterava. Aprazia-se á mesa, ou, mais francamente, era comilão.

Estudou no Recife o 1.º anno.

Como era de esperar, o dr. Cabral enquisilou com o nome delle. A primeira vez que o cha-

mou á licção, ao abrir a lista e topar com aquelle appellido familiar, fez uma careta e repetiu-o diversas vezes, accrescentando — a meia voz: «Isto é nome de gente?!» No *acto* final do anno, recusou-se a arguil-o, tomado de antipathia pelo moço. Tapou o rosto com um papel e poz-se a dizer aos outros lentes: «Aquillo não é gente! A começar pelo nome... Cuim! cuim! cuim! é grunhido de suino. É bicho, com certeza, e bicho do matto.»

O peor é que, por esse fundamento, quasi foi reprovado o Cuim Atuá. E, se o não foi, elle o deveu a não terem concordado os outros lentes; não se livrou, comtudo, do *R.* do Cabral.

Depois de formado, casou-se com um filha do capitão Pedro Cesario dos Santos, thesoureiro da Camara Municipal de S. Paulo e cavalheiro muito conceituado nesta capital.

Seguiu a magistratura, começando pelo juizado municipal de Silveiras; foi depois juiz de direito na Bahia, onde se envolveu em luctas politicas violentas.

Pouco após a proclamação da Republica, era juiz de direito de uma das comarcas do sertão de Minas Geraes, onde pereceu barbaramente linchado, ao mesmo tempo que um filho de 18 annos, que o procurava defender.

Todos os jornaes do tempo commentaram com indignação esse horroroso attentado.

ANTONIO BAPTISTA DE CARVALHO. — Fluminense, filho de João Baptista de Carvalho.

Baixinho, tez clara, corada; cabellos louros, olhos azues, barba por nascer.

Intelligencia regular.

Ao sahir da Academia e decorrido o anno de pratica, foi juiz municipal do termo da Encruzilhada, no Rio Grande do Sul; e, depois, juiz de direito em varias comarcas deste Estado, sendo afinal aposentado compulsoriamente, por ter attingido a edade da invalidez por presumpção legal.

Reside, presentemente, no Ribeirão Bonito.

ANTONIO CASIMIRO DA MOTTA PACHECO. — Mineiro, filho de outro de egual nome; nascido em Sabará, em 1834.

Baixote, rosto redondo, cheio de corpo, moreno, olhos negros, cabellos negros e crescidos, barba toda.

Era tão vulgar naquelle tempo a — *barba toda,* como o é hoje — *sómente os bigodinhos,* e era commum de 1863 a 70 — *bigodes e barbica* no queixo, á Napoleão III.

Desde a Academia mostrava-se aferrado ás idéas conservadoras, ou antes, ao partido conservador.

Esta preoccupação não o impedia de ser bom estudante e muito dado a argumentar, apesar de meio gago.

Fez carreira em sua provincia natal, exercendo alli cargos de politica, administração e de magistratura, em cujo desempenho não deixou de ser accusado de parcial por partidarismo.

Se com justiça, ou não, faltam-nos, para decidir, seguros fundamentos.

Foi juiz municipal de Lavras, director geral das obras publicas, procurador fiscal, inspector da thesouraria provincial e deputado á Assembléa Provincial mineira em tres biennios; e, por fim, advogado.

Fundou e redigiu com Diogo de Vasconcellos *O Echo de Minas,* jornal conservador, e depois a *Quinzena Juridica,* que dirigiu com brilhantismo.

Falleceu, após longa e cruel enfermidade, em Ouro Preto, a 14 de março de 1896.

Antonio Pedro da Costa Pinto. — Mineiro, filho do desembargador Antonio da Costa Pinto.

De pequena estatura, claro, cabellos pretos, olhos pretos e vivos; fala apressada.

Talentoso e distinctissimo estudante, forte na dialectica.

Era bacharel do Collegio de D. Pedro II.

Foi inspector da Alfandega do Rio de Janeiro e presidente da Praça do Commercio.

Finou-se desde muito no Rio de Janeiro, onde por fim exercia, com muito exito, a advocacia.

Antonio Quirino de Souza e Castro. — Paulista, nascido nesta capital, filho do pharmaceutico Bento Joaquim de Souza e Castro, e irmão do chefe abolicionista Antonio Bento e do dr. Clementino de Castro, juiz de orphãos desta comarca.

De estatura pouco abaixo da mediana, magro, pallido, moreno, cabellos pretos e crescidos, barba quasi nenhuma.

Intelligente, estudioso, muito communicativo.

Versado em tachygraphia, era incumbido pelos collegas de organizar em postillas as prelecções dos lentes.

É advogado de muito conceito na cidade de Taubaté, onde por longos annos foi director de um acreditado estabelecimento de instrucção secundaria.

Augusto Cesar de Padua Fleury. — Goyano, filho de Antonio de Padua Fleury.

Alto, claro, cabellos castanhos, bella e sympathica figura.

Grande estudante. Fazia parte de um grupo de collegas que estudavam juntos, e juntos se preparavam para as licções e sabbatinas; eram — o Costa Pinto, o Honorio Ribeiro e o Valle.

Foi secretario da provincia do Rio Grande do Sul, e depois magistrado em Matto Grosso, onde se casou e formou fortuna. Foi deputado á

Assembléa Geral por aquella provincia. Nessa qualidade o conhecemos e fizemos com elle boa camaradagem, embora de partidos oppostos.

Em viagem á Europa, lá falleceu, ha alguns annos.

Benedicto Frosculo Jovino de Almeida Aymberé. — Até ahi o seu nome official, abreviado por commodidade; pois elle accrescentava habitualmente, aos appellidos que ahi ficam, os seguintes: — Militão de Souza Barué Tiquatira de Boré... e mais tres ou quatro nomes indigenas, não menos arrevezados, que nos fugiram da memoria. (1)

Era bahiano (2), vindo desde a infancia a

---

(1) Pessoa de nossa amizade acaba de informar-nos que o nome completo é este: Benedicto Frosculo Jovino de Almeida Aymberé Militão de Souza Barué Itaparica de Boré Fu Mi Ni Tucunduva.

(2) Sobre a naturalidade do dr. Aymberé, escreve-nos o dr. Alfredo de Toledo o seguinte:

«O dr. Benedicto Frosculo figura na lista dos bachareis, á pag. 224 da *Revista da Faculdade de Direito de S. Paulo,* vol. VIII, como natural da Bahia; mas figura egualmente no § 15 da *Historia do Municipio de Taubaté,* do dr. Francisco de Paula Toledo, entre os *Doutores formados em medicina, engenharia e em direito, filhos de Taubaté.*

O pae de Benedicto Frosculo (Antonio Militão de Souza Aymberé) era bahiano; veiu a S. Paulo em estado de solteiro, com sua carta de bacharel formado pela Universidade de Coimbra, foi juiz de fóra em Taubaté, ahi se casou com D. Clara Gomes de Toledo, filha de José Gomes de Toledo. Residiu em Santos alguns annos. Foi deputado á Assembléa Provincial de S. Paulo no biennio de 1850-51, e, posteriormente, juiz de direito da 6.ª comarca, a de Itapetininga. A citada *Historia de Taubaté,* o casamento do dr. Aymbaré naquella localidade e sua constante residencia na provincia de

S. Paulo, com seus paes, domiciliados em Taubaté ou Jacarehy; filho de Antonio Militão de Souza Aymberé.

Estatura regular, moreno carregado, cabellos bem pretos, olhos pretos de expressão zombeteira.

Elle era, effectivamente, muito brincador e tinha, por vezes, impagaveis gaiatices. Basta dizer que era procurado pelos palhaços das companhias de cavallinhos para lhes fornecer pilherias e chacotas, em troca de entrada gratuita para os espectaculos.

E que bohemio de força!...

Uma feita, levou oito dias *de viagem* da sua residencia, na rua da Consolação, á Academia. Havia pelo caminho algumas *republicas* suas conhecidas e elle teve de parar nessas estações, um e dois dias em cada, sem pressa alguma de chegar ao objectivo da derrota.

S. Paulo levam-nos a crêr que o dr. Benedicto Frosculo, filho de um bahiano, era paulista e não bahiano. Assiste-nos razão?»

Para a solução do problema, tivemos que recorrer a fonte limpa, ás tradições da familia Aymberé, que conta presentemente muitos representantes nesta Paulicéa.

A verdade é a seguinte: Tudo quanto affirma o dr. Alfredo de Toledo tem fundamento, menos a conclusão. De facto, o dr. Antonio Militão casou-se em Taubaté. Voltou, porém, á Bahia com sua consorte, a fim de arrecadar a herança paterna. Esta ausencia foi breve, mas a sufficiente para nascer na Bahia o fructo daquelle hymeneu, o Benedicto Aymberé.

Tanto pela exquisitice do nome como pela incuria da *toilette,* o Aymberé fazia jús á antipathia do Cabral. E esta não lhe ficou em falta.

Quando o bedel fazia a chamada, ao chegar ao nome do Aymberé, punha-se o Cabral a murmurar:

— Não acaba mais... Ora, vejam se isto é nome! E aquella figura... Qual! Não pode ser bom estudante: não é possivel!...

E assim falando, num gesto que lhe era familiar, assoprava na mão esquerda formada em canudo. Depois accrescentava:

— No fim do anno, havemos de vêr... Lá os espero, os Atuás, Aymberés, Alkmins, Padilhas. Hão de vêr, hão de vêr! Desafôro!...

Como estudante, o Aymberé, ainda que algum tanto trapalhão, nada tinha de obtuso; ao contrario, manifestava intelligencia, tinha muita graça, certa veia sarcastica, e produzia alguma coisa nas licções e nas sabbatinas.

No 5.º anno, porém, contando certo o resultado final, *gazeou* elle por demais; teve, por isso, um R na carta.

Mesmo assim, depois que lhe foi conferido o grau, passeava pelas arcadas, numa infrene alegria, proferindo vozes como estas, sem se incommodar de ser ouvido:

— Cambada! Estou livre de vocês... Uff! Agora vão á tabúa, vão bugiar! Sucia de malucos...

Ao sahir da Academia, Aymberé exerceu primeiramente o cargo de promotor publico em Ubatuba, S. Luiz e noutras comarcas do norte de S. Paulo; depois, andou vegetando por Taubaté e municipios circumvizinhos, até que, já vae para 30 annos, passou desta para melhor.

CANDIDO PEREIRA BARRETO — Fluminense, de Rezende, filho do abastado fazendeiro, commendador Fabiano Pereira Barreto.

Estatura regular, magro, moreno, cabellos castanhos e compridos, olhos pardos e na parte branca — amarellados, como se soffresse de ictericia, molestia, aliás, que nunca teve. Bonito rapaz.

Bastante intelligente, mas pouco applicado.

É irmão de Rodrigo Barreto, seu collega de anno, e de Luiz Pereira Barreto, formado em medicina — o grande Luiz Barreto.

Foi, primeiramente, advogado em Rezende; mudou-se logo para o Pirahy, como juiz municipal. Ahi se casou na familia Sá, muito importante naquelle municipio. Depois, adquiriu fazenda no Ribeirão Preto, onde possue vasta lavoura de café.

CARLOS MARIANO GALVÃO BUENO. — Paulista, do municipio da capital, filho de Francisco Mariano Galvão Bueno, e nascido a 10 de janeiro de 1834.

Bonito moço, alto, magro, cabellos castanhos penteados para traz e cahidos sobre os hombros, como então muito se usava; figura romantica, olhos grandes, tez clara e corada, cutis fina, barba toda, castanha tambem e aparada em ponta; posteriormente usava *barbiche à impériale.*

Porte ligeiramente curvo para deante, talvez pelo habito que elle tinha de estar sempre a olhar para o chão. Não tirava da bocca o charuto. Cortava-lhe a ponta cuidadosamente com um canivetinho e guardava-a na algibeira do collete, com destino ao Lins de Vasconcellos, seu amigo, que utilisava taes fragmentos no seu cachimbo.

Muito retrahido, por indole; mas affavel para com todos, e por isso muito estimado dos collegas.

Intelligencia superior, mais propensa, porém, a estudos de historia e de philosophia que ao das sciencias juridicas e sociaes.

Ainda estudante, já leccionava particularmente aquellas disciplinas.

Foi, depois, nomeado professor substituto das mesmas no Curso Annexo á Faculdade, e mais tarde veiu a substituir na cadeira de Philosophia o dr. Manuel José Chaves, que se jubilara.

Tinha por habito inveterado ir todas as tardes ás margens do Tamanduatehy divertir-se em pescas de anzol. Foi encontrado um dia nas pro-

ximidades da Ponte da Tabatinguéra o seu cadaver a sobrenadar nas aguas. O desastre, segundo parece, foi motivado por uma syncope que precipitára no rio o pescador, pondo termo por asphyxia áquella preciosa existencia.

A morte do dr. Galvão Bueno, occorrida a 24 de maio de 1883, foi profundamente lamentada, pois elle era geralmente estimado por sua extrema bondade e admirado pelo seu saber.

Deixou um importante compendio de Philosophia, inspirado pelas doutrinas de Tiberghien.

Christovam Corrêa e Castro. — Fluminense, de Vassouras, filho do Barão de Campo Bello.

De estatura inferior á mediana, claro, barba e cabellos pretos; oculos de ouro.

Excellente rapaz, jovial e bem procedido. Muito estimado dos seus collegas.

Brioso, como era, jámais ia á aula sem estar senhor da materia explicada, e, por isso, fazia sempre boa figura, quando chamado á licção. Não obstante, para colher a impressão dos collegas, costumava dizer, em taes occasiões:

— Ora, andei muito mal!... Estou envergonhado. *Espichei-me* muito, vocês não acham?

O Rodrigo Barreto, que era amicissimo do Christovam, respondia algumas vezes imaginando que elle quizesse provocar elogios:

— É verdade! V. hoje não esteve mesmo feliz, não... Que diabo foi isto?

Então, elle protestava:

— Ora! Tambem não foi tanto assim; a minha licção esteve muito boa!

E iam juntos rindo tomar café ou saborear geléa, na casa fronteira á Academia, na Nhá Umbellina.

Ao sahir da Academia, não fez uso da carta. Possuidor de grandes haveres, representados por importante fazenda de café e numerosa escravatura, no seu municipio natal, o dr. Christovam de Castro seguiu, como seus paes, a vida de lavrador. E em Vassouras deu o exemplo de um fazendeiro progressista e de espirito emprehendedor.

Foi agraciado com um titulo de barão.

É fallecido ha muitos annos.

Custodio de Araujo Padilha — Mineiro, filho de outro de egual nome.

Temos delle dois retratos differentes. Um nol-o representa alto e claro; o outro, nol-o dá como baixo e moreno. Pedimos por isso a algum contemporaneo que nos resolva esta duvida.

Tinha o Custodio Padilha um irmão, o Martiniano, que se formou um anno antes.

Tinham sido collegas até ao 4.º anno. Foi então reprovado o Custodio, e por isso repetiu o anno.

Attribue-se este desastre a uma das frequentes implicancias do conselheiro Cabral. Sem dar

credito embora á anecdota, vamos referil-a como nos foi contada.

Começára a ogerisa do lente contra os dois Padilhas, devido á exquisitice do appellido... e mais ainda á do proprio Cabral.

Apresentou-se, primeiramente, a exame o Martiniano Padilha. A custo consentiu Cabral na approvação delle.

Quando, porém, teve de julgar o acto prestado pelo segundo Padilha, que era o Custodio, então levantou-se elle:

—Não, não posso permittir! Nunca se viram no baralho duas espadilhas. Ora, já foi approvado um Padilha, este agora não póde passar.

E, baseado neste desgracioso *calemburg, à-peu-près* de mau gosto, exigiu elle a reprovação do pobre estudante.

Ainda uma vez, não sabemos o que ha de verdade nesta anecdota; mas ella corre tradicionalmente nas rodas academicas.

O dr. Custodio Padilha exercia a advocacia em Cantagallo, onde foi vereador, e depois em Vassouras.

Faltam-nos outras informações.

CUSTODIO CARDOSO FONTES.—Fluminense, filho de outro de egual nome.

Estatura regular, cutis fina e de um bello moreno pallido, cabellos castanhos, imberbe, lindos dentes. Muito joven, mas já notavel pela

força physica. De temperamento communicativo, alegre e de sympathica presença; era estimado de todos.

Talentoso, mas soffrivelmente vadio.

No mesmo anno da sua formatura foi nomeado 2.º official da Secretaria do Ministerio da Fazenda.

Em 1868, foi eleito deputado á Assembléa Geral, pela provincia do Espirito Santo.

DOMICIANO DE SALLES VIANNA DE REZENDE. — Fluminense, filho de Domiciano Rodrigues Vianna. Estatura regular, moreno, cabellos castanhos e crescidos, quasi imberbe, muito joven.

Era dotado de prodigiosa memoria; a tal ponto que, no estudo das licções, não se dava ao minimo esforço de comprehensão; decorava sómente, decorava tudo, exposição, opiniões de auctores, textos de lei, paginas e paginas, e com admiravel facilidade.

Referem-nos, a proposito de sua memoria, que alguem leu na sua presença um eloquente discurso que acabava de ser proferido pelo conselheiro Zacharias.

Domiciano, depois de ter ouvido attentamente a leitura, affirmou que aquelle discurso não passava de audacioso plagio de uma oração (e elle deu-lhe uma paternidade qualquer) muito sua conhecida, e que elle ia repetir. Reproduziu, então, com pasmo do auditorio e indignação dos

mais ingenuos, o mesmo discurso de Zacharias, que com uma só audição lhe ficára gravado na memoria.

Tendo-lhe sido por seus paes (sabemos lá porque...) suspensa a mesada, Domiciano obteve a hospitalidade dos frades de S. Bento. Estes fizeram com elle grande amizade e lamentaram que não quizesse professar na ordem benedictina.

Falleceu, pouco depois de formado, na cidade de Rezende.

FLORIANO DE SOUZA NEVES JUNIOR. — Paulista, segundo os assentos da Faculdade; mattogrossense, segundo informações que alhures colhemos. Filho de outro de egual nome.

Altura mediana, magro, debil, tez clara, cabellos pretos, pouca barba.

Intelligente, mas pouco applicado.

Foi promotor publico em Mogymirim, onde se finou prematuramente.

FREDERICO DABNEY DE AVELLAR BROTERO. — Paulista, filho do conselheiro José Maria de Avellar Brotero.

Alto, esbelto, louro, claro, corado, typo anglo-saxão.

Era dos mais moços do anno.

Grande talento e muito amor ao estudo.

Caracter nobilissimo, trato amavel, presença sympathica, o Frederico Brotero gosava da es-

tima geral dos collegas e tambem a elles muito se ligava.

Seguiu a carreira da magistratura.

Foi promotor publico desta capital em 1861; foi, depois, juiz de direito em varias comarcas desta provincia, e, por fim, ministro do Tribunal de Justiça do Estado, e presidente desse tribunal.

Em todos estes cargos, assignalou-se o dr. Frederico Brotero como perfeito modelo de magistrado.

É fallecido ha cerca de oito annos.

Francisco de Assis Oliveira Braga. — Paulista, de Guaratinguetá, filho de João Gonçalves de Carvalho.

Alto, magro, moreno pallido, cabellos pretos, barba a despontar.

Grande intelligencia desservida por nenhum estudo.

Favoreciam-no extraordinarios predicados oratorios, a saber — muita fluencia de expressão, palavra colorida, riqueza de imaginação, certo espirito jovial, e, como complemento — sympathica presença na tribuna.

Oxalá se tivesse elle applicado ao estudo!...

Era, porém, o rei dos bohemios.

E por tal modo se escravizava á bohemia que, mesmo casado numa familia respeitabilissima, *fugia* de casa á noite para passear pela cidade.

Dizemos que *fugia,* porque as apparencias justificam tal conceito.

Morava na casa do seu sogro, o coronel Joaquim Floriano de Toledo, a quem elle, como toda a gente, venerava.

E como a porta da rua cedo se fechava, e não queria o Braguinha que o coronel viesse a saber das suas excursões nocturnas, saltava pela janella, e assim fazia, com a cumplicidade da sua amorosa esposa, tambem receosa de que seu pae conhecesse aquellas escapadas clandestinas, que para bom fim não podiam ser.

Uma vez, estava o Braguinha a rufar com os dedos sobre o dorso do banco fronteiro, na aula do Chrispiniano; muito distrahido proseguia elle, quando o severo cathedratico, de subito, se calou... Seguiu-se um terrivel momento. O Chrispiniano estava de calças brancas, o que era fatidico signal. Disse, depois, em tom grave e pausado:

—Parece que um dos senhores tem gosto pela musica dos tambores. Poderia prestar bons serviços nalguma companhia do nosso Exercito. Vá se alistar nesses corpos, e lá se exercitará á vontade. Aqui, não!

E suspendeu a aula, batendo com força sobre a carteira da cathedra.

No mesmo anno da sua formatura, o dr.

Oliveira Braga viu-se nomeado promotor publico do Bananal. Em 1862, foi juiz municipal na provincia de Minas.

Como deputado pelo 2.º districto, fez parte da Assembléa Provincial de S. Paulo, no biennio de 1868-69, e, por vezes, fez-se ouvir com applausos em fortes discussões politicas.

O dr. Oliveira Braga exerceu por longos annos a advocacia em Guaratinguetá, e nos seus ultimos annos foi juiz municipal em Iguape, onde falleceu, ha cerca de 20 annos.

É pae do dr. Oliveira Braga Filho, ex-deputado federal e hoje advogado na comarca da Cachoeira.

FRANCISCO MARTINS DA SILVA. — Paulista, desta capital, filho de João Martins da Silva, conhecido por «Martins Fogueteiro».

Baixo, barbado e já maduro, para estudante.

Residia com seus paes na rua de S. João, quasi em frente ao actual edificio da Escola Americana.

Esta casa tornou-se notavel por um incidente que nella se deu no periodo que nos occupa.

Preparava-se alli a celebração de um casamento, no qual deveria figurar como noivo um estudante fluminense, conhecido por «Nogueirinha».

Devendo celebrar-se a cerimonia em oratorio particular, achavam-se presentes varios convidados, entre os quaes algumas pessoas gradas da capital.

Eis, porem, que no momento de se approximar do altar, o noivo, até então cuidadosamente guardado pelas pessoas da casa, onde penetrára clandestinamente, de subito escapa á sua guarda de honra, ganha veloz a rua e desapparece.

Imaginem os leitores o desapontamento geral, o desgosto da noiva e a indignação dos seus paes...

Nunca mais foi visto em S. Paulo o noivo tão pouco amavel.

Referem que, acoutado por um grupo de collegas, que com elle haviam concertado a evasão, apressou-se em rapar toda a barba e os bigodes, e, disfarçado com vestes sacerdotaes, procurou a direcção do Rio de Janeiro, e posteriormente se formou no Recife.

O dr. Francisco Martins da Silva foi promotor publico da Franca e de Itapetininga e juiz municipal em varios termos. É fallecido.

CAPITULO VIII

A turma academica de 1856-60

PARTE SEGUNDA

Xavier da Silva. — Honorio Ribeiro. — Souza Ferraz. — Ytú ou Barreiros? — Traços biographicos. — Capistrano de Alkmim. — Costa França. — O Jaco. — Guedes de Carvalho. — Pereira Bastos. — Joaquim A. de Camargo. — Sua vida publica. — Casamento romantico. — Gomes de Menezes. — O bilhar, *sport* da moda. — Santiago. — Martins da Cunha. — Araujo Picapau. — Soter dos Santos. — Cerqueira Cesar. — Propagandista republicano. — Depois da Republica. — Pereira Tavares. — Carvalho Nobre. — Romance historico. — Resposta a murros. — «Eu, a minha mulher e o meu cão de fila». — Qual o seu destino? — Souza Portugal. — Santos Teixeira. — José Maria do Valle. — Absolvição de culpas veniaes. — Sua carreira judiciaria e administrativa. — José Pedro. — José Tito. — Incidente com o Brotero. — Idem, mais interessante, com o Cabral. — Como se *costêa* um esquisitão. — Apreciação summaria.

PROSIGAMOS na enumeração commentada que, no capitulo anterior, vinhamos fazendo dos quintoannistas de 1860.

FRANCISCO XAVIER DA SILVA. — Paranáense, filho de David Antonio Xavier da Silva.

Altura regular, moreno claro, olhos e cabel-

los pretos, pouca barba, mesmo porque era muito joven. Bonita figura, bom rapaz e bom estudante.

Trajava correctamente. Estavam em moda naquelle tempo as calças dictas *á balão,* justas sobre os pés e á cintura e larguissimas em toda a extensão das pernas. Nos dias frios ou com o tempo humido trazia-se um sobretudo de casimira bastante encorpado, com grandes botões, cuja originalidade consistia em não ter avêsso, e sim duas vistas, uma de xadrez, outra de uma só côr mais ou menos *foncée*. Comprava-se no Pedro Bourgade por 60$000.

Não era gente quem não possuisse um sobretudo desses.

Ao sahir da Academia, o Havico da Silva exerceu por algum tempo a promotoria publica de Curityba; pouco depois, em 1862, foi deputado á Assembléa Provincial do Paraná, mandato que lhe foi subsequentemente renovado em diversas legislaturas.

Com o advento da Republica, tem elle sido no seu Estado natal um dos proceres da politica dominante, que tem alli como chefe o dr. Vicente Machado.

No quatriennio transacto, coube-lhe, por eleição popular, o alto cargo de presidente daquelle Estado.

HONORIO AUGUSTO RIBEIRO. — Mineiro, filho

de Sebastião Antonio José Ribeiro, e nascido em 1840.

De pequena estatura, magrinho, moreno, de pouca barba, myope, sempre de *pince-nez.*

«Um estudantão», informaram-nos literalmente varios collegas delle.

Dedicou-se á carreira commercial. Assim, foi no Rio de Janeiro, por muitos annos, socio da casa de commissões Ferreira Leite & Comp., advogado no fôro commercial, presidente da Associação Commercial, e, por assim dizer, o oraculo do commercio. Não raro, tambem consultado pelo governo, sobre assumptos mercantis e bancarios da praça do Rio.

Falleceu no Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1902.

JOÃO BAPTISTA DE SOUZA FERRAZ. — Paulista, filho de Bento José de Souza e nascido a 15 de abril de 1837.

De estatura mediana, busto reforçado, moreno claro, olhos pretos, cabellos pretos e crescidos, barba escassa e tambem preta.

Intelligente e bom estudante.

Era natural de Ytú, circumstancia esta que ficou registada na memoria do nosso informante, por ter occasionado entre o Ferraz e o Reis Caçador o seguinte dialogo:

— Qual é a sua terra natal? perguntou o Reis.

— Ytú — dizia o Ferraz.

— Barreiros.

— Barreiros, não; Ytú.

— Barreiros, já disse!

— Ytú, affirmo eu!

E a teima reciproca teria proseguido, sem a diversão trazida pelas gargalhadas do Rodrigo Barreto, que logo percebeu o engraçado equivoco dos dialogantes.

O Baptista Ferraz era modesto, attencioso e amavel para com todos os collegas, e, por isso, delles muito estimado; methodico em tudo, de costumes irreprehensiveis e assiduo ás aulas.

Exerceu primeiramente a advocacia em Porto Feliz, onde se casou em 1862; em 1864 foi nomeado juiz municipal de Piracicaba, obtendo, depois, remoção para o termo de Capivary, da mesma comarca. Terminado o quatriennio, em 1868, não pediu reconducção e preferiu dedicar-se á advocacia em Capivary e termos adjacentes: no que andou acertado, pois que conseguiu honrada fortuna, e hoje naquella cidade é advogado e fazendeiro.

Em politica, embora não seja monarchista militante, tem saudade dos tempos idos.

João Capistrano Ribeiro Alkmim. — Mineiro, natural de Pouso Alto, nascido a 25 de abril de 1837, filho do dr. João Capistrano Macedo de

Alkmim, formado em 1834, e então juiz de direito da Campanha.

Estudou preparatorios em Ayruoca, e veiu a S. Paulo prestar exames; matriculou-se na Faculdade em 1856.

Alto, cheio de corpo, moreno; grande e bem tratada cabelleira, artisticamente atirada para traz.

Intelligencia viva, dada ao estudo e affeiçoada á argumentação; espirito jovial e communicativo. Coração admiravel. Tocava bem quasi todos os instrumentos, e com especialidade piano e violino.

Morava na casa do cirurgião Machado, largo da Sé, no prolongamento da rua de S. Gonçalo, hoje Marechal Deodoro.

Em noites de luar, elle e mais dois companheiros tambem musicos *dilettanti*, o Chicão e o Serapião, faziam concertos que attrahiam áquella praça varias familias, as quaes se conservavam assentadas nas escadarias da Sé ou em passeio pelo largo até alta noite, presas pelo encanto da musica dos tres rapazes.

Varias são as composições musicaes do Capistrano; ha mesmo delle uma collecção de serenatas, ainda hoje muito apreciadas, apesar do realismo dos tempos.

De posse da sua carta de bacharel, fixou-se primeiramente no Rio, onde obteve a vantagem de praticar no escriptorio de Teixeira de Frei-

tas; dalli sahiu para o juizado municipal de Tres Pontas.

Desde esse tempo, com poucas interrupções em que exerceu a advocacia e foi fazendeiro em Silveiras, o dr. Capistrano desempenhou cargos de magistratura em diversos termos e comarcas do sul de Minas, onde era corrente a fama de que jamais despacho ou sentença delle foi reformado.

Em politica sempre foi ultra-liberal. Nos ultimos tempos da monarchia, já não era politico militante, por lhe não satisfazer o programma do partido liberal.

Acceitou, pois, muito favoravelmente o advento da Republica; nem assim, porém, quiz voltar á actividade politica, até que se finou em 1900.

Era genro do honrado paulista dr. João José Rodrigues e cunhado do dr. Antonio Candido Rodrigues.

João Galvão da Costa França. — Paulista de Guaratinguetá, filho de Antonio Galvão da França.

Alto, moreno, cabellos pretos.

Intelligencia regular, pouca applicação.

No anno posterior á formatura foi juiz municipal em Santa Magdalena, provincia do Rio de Janeiro.

É fallecido, ha muitos annos.

João Gomes Ribeiro de Avellar. — Fluminense, de Valença, filho do Barão de Parahyba.

Alto, corpulento, claro, barba á ingleza. Temperamento expansivo e affectuoso.

Intelligencia regular, applicação nenhuma.

Por esta, e por outra razão, perdeu o seu 3.º anno, e teve de repetil-o.

A *outra razão,* a que alludimos como causa de seu desastre escolar, foram os bellos olhos de uma «Sinházinha», que habitava então na rua de S. Gonçalo, e por quem o «Jaco» bebia os ares.

Era elle um excellente rapaz, geralmente querido de todos os collegas pela amenidade de seu trato e rectidão de caracter.

As suas barbas inglezas, as suas maneiras distinctas, o seu tratamento fidalgo e os bellos cavallos que montava, davam-lhe os ares de um lord... sem afastarem delle a sympathia geral.

A sua familia, do Jaco, muito extremosa, fazia-o acompanhar a S. Paulo por um seu companheiro de casa, que deveria aconselhal-o e zelar delle.

Uma vez na Paulicéa, Telémaco rebelde ajustava as contas com o seu impotente Mentor e fazia o que bem lhe parecia.

Depois de formado, o dr. Ribeiro de Avellar exerceu por pouco tempo a advocacia na Côrte; dedicou-se depois ao commercio, e teve importante casa de commissões de café.

JOÃO GUEDES DE CARVALHO. — Paulista, da Franca; filho de Manuel Bento Guedes de Carvalho, chefe conservador por toda aquella zona, e deputado provincial em mais de um biennio.

Altura mediana, magrinho, moreno, quasi imberbe.

Estudante regular.

Em 1861 foi promotor publico de Iguape. Mudou-se depois para o Rio de Janeiro, onde abriu escriptorio de advocacia.

É fallecido desde muitos annos.

JOÃO JOSÉ PEREIRA BASTOS JUNIOR. — Fluminense, de Campos; filho de outro de egual nome.

Alto, gordo, tirando para louro; muito myope: e por isso usava oculos. Trajava com apuro. Chamavam-lhe «o Parisiense».

Intelligente e de pouca applicação.

No seu segundo anno, de regresso a S. Paulo, depois das férias, naufragou na viagem maritima de Campos ao Rio. Vinha a bordo do vapor *Hermes*, que foi abalroado pelo *Josephina* ou o *Itambé* e sossobrou em poucos minutos.

Nesse desastre, cuja noticia produziu dolorosa impressão, pereceram varios passageiros, entre os quaes os estudantes Pinto (o Pintainho) segundo-annista, Emiliano Martins e outros.

O Bastos foi um dos poucos naufragos que se salvaram.

Depois de formado, dedicou-se á lavoura, no seu municipio natal.

Gosou ahi de grande conceito e foi chefe politico. Teve o titulo de Barão de Itaóca.

JOAQUIM AUGUSTO DE CAMARGO. — Paulista, desta capital; filho do capitão João José de Camargo, e sobrinho, pelo lado materno, do senador Joaquim Floriano de Godoy.

De estatura regular, compleição delicada; moreno pallido, barba toda, preta.

Morava com seus paes á rua Direita, em predio fronteiro á egreja de Santo Antonio, e era de um exemplar procedimento. Tinha tão aprimorada educação e tanta pureza d'alma, que diziam delle os collegas: — «O Camarguinho é uma moça!»

E, com isto, bastante talentoso e de uma assiduidade sem egual; parece, mesmo, que a este respeito poderia elle reclamar o *record* entre os mais *ferreos* estudantes, pois em todo o seu tirocinio academico não deu um só ponto nas aulas. Em seu segundo anno, ainda mal convalescido de variola, não deixou de comparecer á abertura das aulas.

O Camarguinho era, com justiça, enumerado entre os melhores estudantes da sua turma; e não fossem, um obstaculo moral a sua excessiva modestia, e um obstaculo physico a sua quasi aphonia, consequente de uma affecção da larynge,

teria elle feito ainda muito melhor figura; estes dois embaraços, porém, prejudicavam-no consideravelmente nos certamens da palavra.

Quem não sabe quanto vale num debate oral na Academia, no Jury, na tribuna parlamentar, uma physionomia varonil, attitudes combativas e bem assim uma dicção clara e palavra correcta, servidas por valentes pulmões, capazes de dominar o auditorio!

Formado em 1860, o dr. Camargo entregou-se desde logo ao exercicio da advocacia no fôro desta capital; proseguia, ao mesmo tempo, nos seus estudos de doutrina juridica.

Em 1866 defendeu theses e obteve o grau de doutor. Concorreu, em 1873 e em 1875, a uma vaga de lente na Faculdade, para cujo preenchimento foi nomeado por decreto de 4 de dezembro de 1875. Em 1882, com a jubilação de José Bonifacio, coube ao dr. Camargo a cadeira de Direito Criminal.

Deixou varias obras de Direito e Processo; entre as primeiras, um compendio de Direito Criminal e um commentario do antigo Codigo Penal.

Em sua vida privada deu-se facto assaz romantico e que, pela notoriedade que teve, não ha indiscreção em o mencionar aqui. Foi o seu casamento em 1871 com uma distinctissima se-

nhora de illustre familia mineira e fluminense, D. Maria Guilhermina da Rocha Leão, irman do dr. Rocha Leão, ex-deputado geral.

Bem joven ainda, de rara formosura e de um bello moreno côr de jambo, o encanto das brasileiras, esta senhora tinha sido constrangida, por um tio seu, a casar-se com pessoa que não era do seu affecto. Celebrára-se a cerimonia religiosa e ficou firmado o vinculo matrimonial; não, porém, a sociedade conjugal. A noiva, de volta do altar, não deixou o seu quarto de donzella e continuou a viver como dantes... até que o seu respeitoso marido não mais a importunou com a sua presença. Vindo a S. Paulo, por ella tomou-se de amores o dr. Camargo e pediu-lhe a mão em casamento. Alta auctoridade ecclesiastica incumbiu-se de obter da Santa Sé a nullidade do primeiro casamento, permittindo assim ao amoroso par a realização dos seus sonhos de felicidade.

O dr. Joaquim Augusto de Camargo falleceu nesta cidade a 10 de agosto de 1882. A sua viuva reside actualmente em Portugal.

Era irmão do dr. Hippolyto de Camargo.

JOAQUIM GOMES DE MENEZES. — Fluminense, de Campos; filho de Alexandrino Telles de Menezes.

Baixo, grosso e reforçado.

Intelligente e bom estudante. Apesar da

desvantagem do seu physico para o jogo do bilhar, era entretanto um taco de fama em toda a Paulicéa.

Era de vel-o ás quartas e sabbados no *Recreio Paulistano,* á rua da Imperatriz, ou no *Hotel Universal,* do Lefebre, largo do Collegio, a surrar na *guerra* os companheiros, ou no *christo* a crucificar algum menos destro, apesar dos grandes *partidos* que sempre levavam.

Estava muito em voga nesse tempo o jogo do bilhar e os estudantes contribuiam com o melhor contingente dos dois salões mencionados, e mais dos bilhares do *Hotel Paulistano,* do Dusser; do *Café da Providencia,* de madame Felicia Lagarde, á rua do Commercio, e de outro salão de bilhar, na mesma rua, pertencente a Galdino & Geryn.

Que foi feito do Menezes ao sahir da Academia, não sabemos dizer. Seremos grato a quem nos queira, em auxilio aos dados que vamos registando, proporcionar sobre elle algumas informações.

JOÃO SEVERIANO MARTINS DA CUNHA. — Paulista, filho de Bento José Martins da Cunha.

Alto, moreno, imberbe.

Bom estudante.

Que é feito delle?

JOAQUIM JOSÉ PEREIRA DE SANTIAGO. — Portuguez, filho de João Manuel de Santiago.

Baixo, magro, bem moreno, cabellos pretos, pouca barba, tambem preta: maçans salientes, e feições fortemente accentuadas; typo algum tanto rustico. Sotaque portuguez bem carregado.

Era muito estudioso; luctava, porém, com as difficuldades resultantes da deficiencia dos seus estudos preparatorios. Por exemplo: quasi nada sabia de latim.

Imaginem como poderia estudar direito romano...

Uma feita, na aula do Chrispiniano, o Santiago teve que suar para traduzir um fragmento do Digesto. O rigido mestre, percebendo o embaraço do alumno, mandou que elle *tomasse as partes,* e perguntou-lhe successivamente pelo sujeito, verbo e attributo.

De posse da sua carta de bacharel, o Santiago abriu escriptorio de advocacia no Rio de Janeiro, e fez-se especialista de Direito Commercial. Tambem foi commerciante.

Affeito ao estudo e pertinaz no trabalho, alcançou algum exito na applicação da sua actividade, quer no commercio quer na advocacia.

É fallecido.

JOAQUIM MANUEL DE ARAUJO FILHO. — Fluminense, de Campos, filho de outro de egual nome.

Altura regular, magro, barbudo, moreno e de uma pallidez macilenta. Tinha o nariz adunco, de onde lhe veiu o appellido de «Araujo Picapau».

Era tristonho e de poucas falas, o que na giria academica do tempo se chamava — cynico. Escusa explicar que esse epitheto nada tinha de commum, nessa applicação, com a sua etymologia e a accepção corrente.

O Araujo era amigo e inseparavel companheiro do Passos, seu conterraneo, e tinham elles tal uniformidade de gostos e de propensões, e eram tão unidos a ponto de, sem ciume reciproco, terem ambos a mesma namorada, a linda Joanninha.

Muito talentoso, mas philosopho *divagador*, pouco se prendia ao preparo das licções; não era, por isso, enumerado entre os primeiros estudantes do anno.

Depois de formado, seguiu invariavelmente a carreira judiciaria.

Foi, de 1863 a 1865, promotor publico em Itapemirim; depois, juiz municipal e juiz de direito em varias comarcas da provincia do Rio, na do Desterro, em Santa Catharina e na do Bananal, em S. Paulo; voltou depois á provincia do Rio, onde, depois da Republica, fez parte do Superior Tribunal de Justiça.

Em todos esses cargos da magistratura, assignalou-se o dr. Joaquim Manuel de Araujo pelo estudo, pelo saber e por seu amor á justiça.

JOAQUIM SOTER DOS SANTOS COELHO. — Rio-grandense, da Cachoeira; filho de José Coelho dos Santos, advogado provisionado.

De estatura pouco acima de regular, bonita figura, testa larga, tez entre morena e clara, cabellos louros; espirito alevantado, como o de todo rio-grandense, e nos modos certo desembaraço agaúchado.

Era um terrivel parceiro no difficil jogo do sólo; valente e elegante cavalleiro. Todavia, bom estudante, de grande talento e soffrivel applicação.

Formado, voltou á sua provincia natal, e exerceu a advocacia em Uruguayana, manifestando sempre a sua inclinação ás boas e bonitas montarias, a superioridade no jogo do sólo, e egualmente a sua lucida intelligencia e regular cultura juridica. No mais (coisa rara num bacharel em Direito, especialmente no Rio Grande do Sul) ao lado dessas innocuas inclinações, experimentou elle sempre completa indifferença á politica e jamais se envolveu em luctas partidarias.

É fallecido ha cerca de tres annos.

JOSÉ ALVES DE CERQUEIRA CESAR. — Paulista, quasi paulistano, pois é natural da Conceição dos Guarulhos, terra de João Bueno e do grande Chrispiniano, e, por muitos annos, parochiada pelo padre Valladão; filho de Bento Alves de Cerqueira Bueno, descendente em linha

recta de Amador Bueno da Ribeira, e nascido a 23 de maio de 1835.

Alto, magro, corado, cabellos pretos, quasi imberbe; temperamento expansivo, physionomia prazenteira, coração leal e affectuoso. Era muito estimado dos collegas.

Intelligente e brioso, dedicava-se ao estudo e jamais comparecia ás aulas sem se achar devidamente preparado nas licções. Assignalou-se, por isso, entre os melhores estudantes da turma, especialmente no 5.º anno.

Não occultava, desde então, o seu adeantado liberalismo, que, dez annos depois, deveria evolver sob as roupagens da democracia pura.

O dr. Cerqueira Cesar começou a sua carreira como advogado e promotor publico em Itapetininga.

Em agosto de 1863, mudou-se para o Rio Claro, onde alguns annos depois, com Candido Valle, fundou o partido republicano. A este se filiaram subsequentemente João Baptista de Mello e Oliveira, Joaquim Firmino de Oliveira, Benedicto de Freitas e varios outros valentes patriotas.

Era tão forte em 1876 esta agremiação partidaria que, num pleito eleitoral que se tornou afamado, levou de vencida a colligação dos dois partidos monarchicos e ainda uma dissidencia republicana, *par dessus le marché.*

Em 1880, o dr. Cerqueira Cesar transferiu a sua residencia para esta capital e foi então pelos seus correligionarios eleito secretario e depois presidente da *Commissão Permanente do Partido Republicano.*

Com a proclamação da Republica, coube-lhe o cargo, ou antes, para elle, o encargo de inspector do Thesouro. Mais tarde, quando se constituiu legalmente o governo do Estado, deu-lhe o voto do Congresso o logar de vice-presidente, ao lado de Americo Brasiliense, eleito presidente.

Por occasião do golpe de Estado de novembro de 1891 e os acontecimentos que lhe sobrevieram, deposto Americo Brasiliense e proclamado para substituil-o Cerqueira Cesar, não duvidou este, apesar da difficuldade dos tempos, de assumir as graves responsabilidades do mandato revolucionario, com o fito patriotico de restaurar no Estado de S. Paulo o regimen constitucional.

Eleito, posteriormente, vice-presidente em 1892, senador estadual em 1897 para o sexennio de 1898-1903, e presidente do Senado nas sessões de 1898 até 1902, patenteou sempre no desempenho desse alto posto o mais esclarecido criterio e a maior devoção pelo interesse publico.

Ultimamente, nas eleições de 2 de fevereior

de 1907, o eleitorado paulista acaba de reeleger, com avultada maioria, para o Senado do Estado, esse seu benemerito concidadão.

O dr. Cerqueira Cesar é cunhado de Campos Salles e sogro de Julio de Mesquita.

José Caetano de Paiva Pereira Tavares. — Fluminense, filho de Felizardo José Tavares.

Estatura regular, claro, corado, cabellos castanhos; bonito e elegante.

É, por complemento, intelligente e bom estudante.

Advogado e capitalista no Rio de Janeiro.

Vimol-o ha algum tempo, já *vieux beau,* sempre cuidadoso na *toilette* e esforçado em concertar no seu physico as affrontas do tempo.

José Francisco de Carvalho Nobre. — Sergipano, filho de Francisco Antonio de Carvalho Nobre.

Baixo, magro, muito moreno, cabellos pretos, typo de caboclo nortista.

No temperamento, um exquisitão, pouco communicativo e dado a caçador.

Casou-se no seu 5.º anno em S. Paulo, na familia Pacheco.

Estudante regular, na opinião dos collegas, aos quaes, entretanto, faltava, para julgal-o, um criterio seguro, por isso que, por extranha casualidade, nunca elle foi chamado á licção, ao

menos nessa turma de 56-60: pois vinha de anno superior.

No seu 5.º anno, deu á publicidade um romance, com fundo historico ou com tal pretenção, sobre os primitivos tempos da cidade de S. Paulo.

O romance era o genero literario então em moda na Academia.

O livro do Carvalho Nobre foi objecto de critica mordaz, e, força é convir, assaz espirituosa por parte do *bicho* Reis, mais tarde cognominado — Reis Patusco, sempre dado a escrever, e que, por fim, chegou a ter uma penna chistosa e bem aparada, tornando-se emerito jornalista.

A acção do romance passa-se numa casa assombrada que a imaginação do auctor collocára, no seculo atrazado, no Campo dos Curros, hoje praça da Republica, e envolvia familias paulistas, daquelles tempos.

A critica do Reis demonstrou exuberantemente que na época assignalada não havia no Campo dos Curros nenhuma só casa, e sómente taipas, e que as familias mencionadas jamais existiram.

É desnecessario esclarecer que a critica era adubada com chacotas, proprias a mover o riso dos leitores, mas que, segundo parece, não foram muito do agrado do romancista, pois que este as rebateu summariamente... a cachações.

O Carvalho Nobre tinha um cão de fila muito da sua estimação. Para exprimir este sentimento, costumava dizer: «Eu, a minha mulher e o meu fila...»

Pois bem: num dia fatidico, residindo o dr. Nobre na Faxina, onde advogava com satisfactorio resultado, o fiscal da Camara (esta gente é sem entranhas!) deu bóla mortifera ao estimado fila.

Irritou-se tanto o dr. Carvalho Nobre, e a sua digna consorte a tal ponto se magoou com o triste facto, que resolveram mudar-se repentinamente para bem longe. Puzeram-se de viagem para o Rio Grande do Sul.

De então para cá, não temos noticia certa do interessante par. Chegaram-nos vagas informações de um attentado commettido contra elle, por companheiros de viagem na provincia do Paraná, no qual teria perecido o illustre advogado.

Acolheremos como favor quaesquer esclarecimentos que a esse respeito nos sejam dados.

José Gomes de Souza Portugal. — Fluminense, do Pirahy, filho do Barão do Turvo.

Estatura regular, busto reforçado, moreno corado, dando os ares com o finado dr. Braulio Gomes; muito affeiçoado ao *lansquenet*.

Fez quasi todo o curso no Recife, e sómente o 5.º anno em S. Paulo.

Intelligente, mas pouco estudioso.

Juiz municipal de Nova Friburgo em 1861, deputado á Assembléa Provincial do Rio de Janeiro em mais de um biennio.

Faltam-nos informações complementares.

José Luiz dos Santos Teixeira Junior. — Fluminense, carioca; filho de outro de egual nome.

Alto, grande, desageitado, tez clara, fala fina e sotaque aportuguezado; e mesmo a sua figura, accrescenta pittorescamente o nossso informante, apresentava o aspecto da de «um portuguez dos quatro costados».

Era já madurão.

Revelava-se, nas conversas, muito aferrado ao partido conservador.

No mais, como estudante, tratava de cumprir os seus deveres; foi, todavia, approvado simplesmente no 5.° anno.

De volta ao Rio, depois de formado, nunca mais se soube noticia delle.

José Maria do Valle Junior. — Catharinense, filho do commendador José Maria do Valle.

Um rapagão bem parecido; tez clara e bem clara, cabellos castanhos, cheio de corpo, hombros largos. Trajava com apurado gosto.

Alegre, expansivo, dando o cavaco por uma boa palestra.

Intelligente e estudioso.

Principiou o curso em Pernambuco e perdeu um anno em S. Paulo.

De familia abastada, e dispondo de ordens francas, acudia generoso ás agruras dos collegas em apertos para a taxa da matricula, e lhes *emprestadava* os necessarios meios.

Do bom coração do Valle abusaram por mais de uma vez os seus companheiros de casa, praticando o peccado (Oh! bem venial!...) de pôr em contribuição a sua bolsa para a melhoria do rancho na republica.

Assim, em conversa, de modo que elle ouvisse, falavam de uma obra humanitaria a praticar, e de uma subscripção para tal fim. O Valle interessava-se pelo caso e fazia questão de entregar logo a sua quota.

Pouco depois, á mesa do jantar, comprehendia elle, pelos risos e propositaes indiscreções dos collegas — qual havia sido realmente a boa acção que praticára.

Tinha então o bom espirito de levar a bem a ardilosa lembrança dos seus amigos.

Logo após a formatura, exerceu em sua provincia natal a promotoria publica e o juizado municipal nas comarcas e termos de S. Miguel, Tijucas e S. Francisco. No biennio de 1862-63, teve uma cadeira de deputado na Assembléa Provincial de Santa Catharina, em cujo seio foi o

primeiro a suscitar o magno litigio sobre os limites daquella provincia com a de Paraná.

Longa foi em seguida a sua carreira de magistrado. Começou pelo juizado de direito da comarca de S. Matheus, da qual passou para a de Joinville, de Santa Maria Magdalena, e, depois, para a de Cantagallo e de Barra Mansa; desta foi removido, com a nomeação de presidente, para a Relação de Cuyabá. Não acceitou esse apparente accesso, no seu conceito, presente de gregos, do partido conservador; preferiu ficar avulso, até que, voltando ao poder os liberaes, o Visconde de Ouro Preto, seu intimo amigo, lhe deu uma cadeira de desembargador na Relação de S. Paulo.

Na carreira administrativa, o dr. Valle prestou relevantes serviços como chefe de policia, e, depois, presidente da provincia do Espirito Santo, durante a guerra com o Paraguay.

Teve no regimen transacto o titulo de conselho.

Reside actualmente nesta capital, onde gosa de geral estima.

JOSÉ PEDRO DE FIGUEIREDO CARVALHO.—Mineiro, filho do conselheiro José Pedro Dias de Carvalho.

Altura regular, gorducho, moreno pallido, olhos grandes e pretos, cabellos pretos e crescidos; de barba, sómente bigodes.

Tinha a carta de bacharel do Collegio Pedro II, e sabia honral-a salientando-se nas aulas pela sua intelligencia e applicação.

Estabeleceu escriptorio de advocacia em Magé, e no biennio de 1862-63 teve assento na Assembléa Provincial do Rio de Janeiro.

José Tito Nabuco de Araujo. — Fluminense, da Côrte; filho do Senador pelo Espirito Santo José Thomaz Nabuco de Araujo, e irmão do conselheiro Nabuco de Araujo; portanto, tio de Joaquim Nabuco. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 4 de janeiro de 1832.

Estatura regular, claro, corado, cabellos pretos. Era dos mais velhos, ou antes — dos menos jovens da turma. E, além disso, estava já no rol official dos homens serios, o que vem a dizer que era casado.

Intelligente, espirituoso, applicado, e, o que ainda parece predicado da familia — bom orador. Tambem se avantajava como dialectico, forte na argumentação.

Este feliz conjuncto de qualidades collocava-o no quadro das notabilidades do anno. Tambem contribuia para essa distincção o solido preparo que adquirira no curso que havia feito com brilho no Collegio Pedro II.

Tendo sido arguido em sabbatina, no 2.º anno, pelo dr. Brotero, deu o José Tito ao

respeitavel mestre o predicativo de — *Excellencia.*

— Alto lá, meu senhor! — replicou-lhe o velho lente, num tom ao mesmo tempo de satisfacção e de queixa. — Quem tem o direito de me conceder esse tratamento ainda não se dignou de o fazer...

Pouco tempo depois, sendo ministro o senador Nabuco, foi agraciado o dr. Brotero com o titulo de conselho, adquirindo jus, nessa qualidade, ao tratamento por elle tão appetecido.

Corria nas rodas academicas que o conselheiro Cabral tinha temor do senador Nabuco. É possivel que não passasse tal supposição de puro invento da imaginação dos estudantes. Não fôra, comtudo, para extranhar que o facto tivesse fundamento, originado talvez de um ente de desrazão do espirito do Cabral. Dizia-se que elle receava, não se sabia porque, que o conselheiro Nabuco o jubilasse compulsoriamente.

Por esse ou por outro motivo, é certo que elle tratava nas palmas das mãos o *seu* discipulo José Tito. Distinguia-o notavelmente dos outros alumnos, tanto na aula como onde quer que o encontrasse.

O José Tito, que, como toda a gente, conhecia as baldas do excentrico lente, prevalecia-se algumas vezes, para moêl-o, das regalias que lhe eram outhorgadas.

Assim, um bello dia, chamado á licção, começou combatendo vigorosamente a doutrina da cadeira. O ponto era — servidão da pena. Depois, no correr da exposição, fartou-se de citar Lobão e Liz Teixeira e abarrotou o Cabral com as referencias de «a Cadeira», «a illustrada Cadeira», etc. — citações e epithetos com os quaes elle solemnemente cavaqueava.

O Cabral remexia-se todo na sua cathedra, corava, assoprava na mão formada em canudo, abaixava o rosto, sem saber o que fizesse, num visivel e incommodativo soffrimento. Não interrompeu, todavia, a argumentação do estudante, nem lhe oppoz o minimo reparo.

No dia seguinte, porém, antes de entrar na aula, chamou em particular o José Tito, e disse-lhe:

— Olhe: pela consideração em que o tenho, nada lhe quiz hontem dizer na presença dos seus collegas; mas, devo-lhe prevenir que não é do meu agrado que me chamem — a Cadeira! Que diria o senhor, se eu lhe chamasse «o banco»?

— Mas, senhor doutor...

— Bem sei, bem sei que a intenção não é desrespeitosa, mas que quer? Não me sôa bem: «A Cadeira! a Cadeira!...»

José Tito Nabuco dedicou-se á carreira judiciaria.

Pouco após a sua formatura, foi nomeado promotor publico da Côrte. Deram-se, nesse tempo, notaveis debates no jury da capital, e as orações da promotoria publica competiam vantajosamente com as da tribuna da defesa, mesmo quando occupada pelas summidades do fôro criminal.

Finou-se prematuramente este bello talento, a 25 de junho de 1879.

Delle ficaram algumas obras juridicas e literarias; dentre as primeiras, alguns trabalhos sobre pratica do processo civil e criminal, ainda hoje consultados com proveito; tanto assim que teem sido reeditados.

CAPITULO IX

A turma academica de 1856-60

PARTE TERCEIRA

Justino Carneiro. — Coelho da Silva. — Luiz Barbosa. — Na Academia. — *Il faut bien que jeunesse passe.* — Uma falsa imputação. — Estrella cadente. — Estudante fidalgo. — O boccado não é para quem o prepara. — No limiar da vida publica. — Punhado de factos. — A hegira de Mahomet. — O jornal *Republica.* — Redactores e collaboradores. — Mas se o Varella não tem cavallo... — Acrostico sarcastico. — O Octaviano Hudson, seu acolyto. — Intervenção medica. — Reforma typographica. — Luiz Barbosa abolicionista. — Na Barra Mansa. — Testamento curioso. — Algumas anecdotas authenticas. — Mello Mattos. — Um trecho de eloquencia. — Supremacia intellectual. — Julgamento extrinseco. — Uma boa estudantada. — Effeitos desagradaveis. — Depois da Academia. — Extranho incidente parlamentar. — Passos. — Jorge Rodrigues. — Vieira Machado. — Tosta. — Pedro Luiz. — Tradição academica. — Outros pormenores. — O Cabral em alvoroço. — No vasto scenario. — Na vida privada. — Ministro. — Terrivel contenda eleitoral. — Presidencia da Bahia. — Desenlace fatal. — Diversão necessaria. — Colloquio com o imperador. — Um nome original. — Crença polyglotta. — Rodrigo Barreto. — Tiburcio Lins.

JUSTINO FERREIRA CARNEIRO. — Natural da provincia de Minas Geraes, da cidade do Serro.

Alto, cheio de corpo, moreno, barba e cabellos pretos: bella e sympathica presença. Além

disso, bom e circumspecto; muito calmo, falava pausadamente, como que ponderando quanto dizia.

Dotado de lucida intelligencia, que applicava ao estudo, fez regular figura na Academia, e, depois, na sua provincia natal, como juiz e advogado.

Pertencia ao partido liberal. Na vida publica exerceu importantes cargos e commissões politicas. Assim, foi deputado provincial em Minas, deputado geral, presidente das provincias da Parahyba e do Pará e secretario das Finanças em Bello Horizonte, na presidencia do conselheiro Affonso Penna.

Foi advogado em Juiz de Fora e ultimamente na capital federal.

Falleceu no Rio de Janeiro a 15 de agosto de 1896, na edade de 60 annos.

Luiz Antonio Coelho da Silva. — Fluminense, de Mangaratiba; filho de Manuel Antonio da Silva.

De pequena estatura, magrinho, barba toda; já não era creança.

Serio, socegado e estudioso.

Falleceu em Paranaguá a 14 de maio de 1865.

Luiz Barbosa da Silva. — Paulista, do Bananal; filho do commendador Antonio Barbosa

da Silva Filho e nascido a 30 de outubro de 1840.

Era alto, esbelto, tez clara, de uma pallidez macilenta, olhos grandes e vivos, cabellos pretos e crescidos, cahindo-lhe pela testa um cacho indisciplinado quando elle orava ou quando discutia. Rosto oval, quasi imberbe, feições correctas, algo effeminadas, expressão fina, animada e extremamente sympathica; e, no todo, uma irresistivel attracção pessoal.

Em fins de 1852, veiu a S. Paulo com os seus irmãos mais velhos, Antonio e Braz, dos quaes nos occupámos na chronica de 1858.

Ao cabo de dois annos tinha já prestado os exames preparatorios, então exigidos para a matricula no curso superior; era, entretanto, uma creança. Esperou, por isso, mais um anno e sómente em 1856 matriculou-se no 1.º anno da Faculdade, contando apenas quinze annos e cinco mezes. Os seus irmãos eram então terceiro-annistas.

Luiz Barbosa, ou antes «Lúlú Barbosa», segundo o carinhoso appellido que lhe davam os seus parentes e amigos, e como, na sua ausencia, toda a gente lhe chamava, assignalou-se desde logo nas rodas academicas pela superioridade do seu talento, os felizes predicados do seu espirito e a sua cultura intellectual. Não se limitava aos estudos juridicos, não era mesmo a

sciencia do Direito que mais lhe prendia o espirito; aprazia-se em locubrações philosophicas, investigações historicas, em estudos literarios de mathematicas, de mechanica e de sciencias naturaes.

Era poeta e orador, orador fluente, persuasivo e empolgante.

Com o ser estudante brioso, que jamais cessou de fazer bella figura nas aulas, nem por isso Lúlú Barbosa deixava de se divertir... *Il faut bien que jeunesse passe.*

Era moço, bem parecido e rico; tinha coração, tinha sentidos: porque não havia de se prevalecer dessas vantagens? Entretanto (e tocamos propositalmente neste assumpto, para dissipar algumas lendas que por ahi correm em detrimento delle) Lúlú Barbosa divertia-se como se diverte um joven de sentimentos nobres e esmerada educação — *à huis-clos.*

Não tem, pois, a minima authenticidade a tradição que lhe attribue — ter penetrado a cavallo na egreja da Penha e ido accender o charuto na lampada do Santissimo.

Esta nossa contestação é categorica e funda-se na verdade, por isso que, sciente de tal imputação, Lúlú Barbosa sempre a contestou: e elle não era homem que negasse, por qualquer circumstancia que fosse, o que tivesse pratica-

do. Em segundo logar, de quatro collegas seus, ainda vivos, ouvimos a formal contestação desse facto, accrescentando alguns que tal procedimento era incompativel com os nobres estimulos daquelle distincto moço, relacionado na mais alta sociedade paulista. Um dos contemporaneos, a quem ouvimos sobre este ponto, disse-nos, com resalva do testemunho proprio, que aquelle facto escandaloso havia sido, segundo lhe referiram, praticado por dois estudantes, dos quaes um mineiro e o outro paulista, este até muito catholico, mas ambos... fóra do estado de deliberar. Accrescentou que um delles, aliás talentosissimo, teve, devido a esse facto, tres R R R em defesa de theses.

Não havia naquelle tempo em S. Paulo, como é facil imaginar, a profusão de espectaculos sportivos e theatraes que hoje constituem agradaveis diversões para a população desta cidade.

Attrahiam, por isso, grande concorrencia os circos de cavallinhos. Entre estes, era muito apreciada a empresa do Antonio Carlos do Carmo, artista brasileiro, originario da Franca e que por alguns annos gosou de merecida celebridade nas nossas povoações do interior e mesmo nalgumas cidades capitaes do Brasil. ([1])

([1]) Ouvimos do Visconde de S. Laurindo, nosso tio, que teve

Entre as partes do programma pouco variado que elle dava em todos os espectaculos, havia sempre o «*numero principal*», que era por assim dizer a *great attraction* da noite. Nesta parte, exhibiam-se então bonitos cavallos de raça.

O empresario havia obtido do Lúlú Barbosa que deixasse figurar no circo, de permeio com os outros, um seu cavallo arabe de linda estampa e adestrado na alta escola.

Em companhia do Antonio Carlos, vinda então de Sorocaba, apparecia pela primeira vez em S. Paulo uma formosissima joven, que attrahia a geral attenção, e, posteriormente, por mais de lustros, aqui viveu nesta alegre Paulicéa. Como todos os espectadores, o Lúlú admirou a estrella sorocabana; o peor... ou o melhor — é que tambem foi por ella admirado.

Lúlú Barbosa levou sempre em S. Paulo uma vida fidalga, e nas suas despesas não tinha mãos a medir: para o que sempre dispoz de ordens francas, auctorizadas por seu extremoso pae.

No 5.º anno, porém, o fausto da sua vida ainda mais se desenvolveu, graças á liberalidade do seu irmão Braz, que o adorava. O Braz tinha-

---

occasião de vêr e applaudir esse notavel artista em Paris, onde passava por indio brasileiro, «*sauvage*», e maravilhava os espectadores do *Cirque Napoléon*.

se casado rico, e puzera á disposição de Lúlú, para os seus extraordinarios, quanto elle quizesse. Este não abusou, pois sómente despendeu, da bolsa fraterna, que para elle tão prazenteiramente se abria, a somma de dezeseis contos.

Com tal quantia, correspondente á *mesada* de dois contos de réis, já podia naquelle tempo um estudante *fazer figura* na modesta Paulicéa.

Em consequencia de um incidente na aula de Economia Politica, o qual occasionára uma discussão, quasi uma altercação entre o Lúlú e o dr. Justino de Andrade, estava o distincto estudante apprehensivo quanto ao resultado do seu acto do 5.º anno. Imaginava que poderia o Justino deitar-lhe um R. Infelizmente, de mais de uma vingança dessas havia exemplo. Ainda nesse mesmo 5.º anno de 1860, appareceram algumas simplificações devidas a causas extrinsecas, em desaccôrdo com as *provas* prestadas no acto e o merecimento intellectual do estudante.

Por esse motivo, já aguardando a peor hypothese, o Lúlú não preparou *opa*. O seu acto, porém, foi brilhantissimo, e teve a approvação *plena* da mesa examinadora.

Seguiu elle para a casa, brindado por grande quantidade de *bouquets* e com avultado acompanhamento de collegas e pessoas de suas relações.

Na sua *republica* estava servida sumptuosa mesa de doces.

Tinha mandado preparal-a o Passos, seu companheiro de casa, que fez acto no mesmo dia, e, ao contrario do Lúlú, cantava certo o seu *plena,* mas, como elle, em sentido inverso, tambem se enganára.

E assim, a procissão, que tinha feito cortejo ao Lulú, não soffreu *hypothese.*

No anno subsequente ao da sua formatura, casou-se o dr. Luiz Barbosa com D. Emiliana de Moraes, filha do commendador Joaquim Gonçalves de Moraes, abastado fazendeiro do municipio de Passa Tres.

Nesse mesmo anno, abriu escriptorio de advocacia no Rio de Janeiro, onde tambem se envolveu com ardor nas lides do jornalismo. Foi redactor e depois proprietario da *Actualidade,* na qual tambem escreviam Lafayette, Flavio Fornese, Limpo de Abreu, e, na parte literaria, Bernardo Guimarães.

Nessa empresa, sacrificou toda a sua fortuna, como circumstanciadamente descreve um seu illustre biographo, o dr. Miranda Azevedo.

Em 1866, o ministerio Zacharias, de 3 de agosto desse anno, confiou ao dr. Luiz Barbosa o governo da provincia do Rio Grande do Norte, na qual elle se conservou de 21 de agosto de 1866 a 25 de abril do anno seguinte.

De volta ao sul, envolveu-se nas violentas discordias forenses, que por tantos annos agita-

ram o municipio de Passa Tres, entre seu sogro commendador Gonçalves de Moraes e o commendador Joaquim Breves, cunhado deste.

A esse tempo, em razão quiçá da sua impavidez, foi victima de um attentado, do qual, felizmente, sahiu incolume.

Em novembro de 1870, fez aos Estados Unidos uma viagem de seis mezes.

Pertencente a uma familia unanime e tradicionalmente conservadora, Luiz Barbosa professava desde a Academia idéas de adeantado liberalismo.

A viagem á grande republica americana foi para a sua evolução politica, na phrase de Miranda Azevedo, uma hegira de Mahomet. De lá voltava republicano.

Ao chegar ao Brasil, em maio de 1871, encontrou fundado o *Club Republicano,* editada a *Republica* e lançado aos quatro ventos do mundo o celebre manifesto de 3 de dezembro de 1870.

Luiz Barbosa logo reclamou um logar na vanguarda dos audazes combatentes e poz-se desde então a escrever assiduamente na *Republica.*

Tres mezes depois, tomava a si o grave encargo de redactor principal e proprietario do orgam democratico.

A folha tinha uma edição restricta, pouco

excedente a 1.000 exemplares e publicava-se tres vezes por semana. Elle a fez desde logo diaria e elevou a sua edição a 3.000 exemplares, depois a 7.000 e por fim a 12.000, tendo instituido a venda avulsa, até então desconhecida no jornalismo brasileiro.

Tornou-se a *Republica* a folha mais lida e mais attrahente do Rio de Janeiro. Nella collaboravam, na parte politica, Salvador de Mendonça, Quintino Bocayuva, Francisco Cunha, Aristides Lobo, Ferreira de Menezes e Miranda Azevedo, ainda estudante; e, na parte literaria, Alencar, Octaviano, Bernardo Guimarães, Varella e Lucio de Mendonça, que era então uma auspiciosa creança.

O Varella, incapaz de collaboração assidua, pela indisciplina de sua vida, recebia a retribuição pecuniaria que elle mesmo arbitrava de cada composição poetica que trazia á redacção.

Em geral, elle taxava em pouco o valor mercantil dos seus versos e tinha a altivez de repellir o que acima daquelle preço lhe fosse offerecido.

Uma das suas poesias intitulava-se: «*O meu cavallo*».

— Mas, Papai — observou a gentilissima filhinha do Lúlú Barbosa — se elle não tem cavallo!...

— Phantasias de poeta! — explicou-lhe, beijando-a, o extremoso pae.

Somente uma vez taxou o Varella acima de cinco mil réis, não o valor, mas o preço de uma dessas composições adrede escriptas para a imprensa diaria. Pediu ao *Jornal do Commercio,* que de bom agrado lhos pagou, vinte mil réis por uma bellissima Ode ao Imperador, destinada a celebrar o dia 2 de dezembro. Trazia o titulo propositalmente altisonante «*Ao faustoso anniversario natalicio do Excelso Monarcha,* etc., etc.»

O respeitavel e circumspecto orgam collocou em logar de honra, precedidos de apropriado reclamo, em typo 10, impressos em duas columnas, os esplendidos versos cortezãos do insigne poeta fluminense.

Quem poderia desconfiar de que *latebat anguis in herbis?*

Eis, entretanto, que no dia seguinte a *Republica* reproduz literalmente os mesmos versos, dando, porém, deitadas e em corpo mais forte, as letras iniciaes de cada verso.

Formavam o seguinte acrostico:

«O BOBO DO REI FAZ ANNOS»

Imaginem o sucesso de escandalo produzido por essa revelação.

Da *Republica* tambem fazia parte como typographo (e não quiz jamais acceitar outro logar) O ctaviano Hudson, alma angelica, apaixonada

pelo bem e devotada a todas as idéas humanitarias, mas compromettida socialmente pelo desprezo das exterioridades e pela incuria da *toilette*.

Tinha, assim, uma physionomia nazarena, meiga expressão no olhar, cabellos cahidos sobre os hombros; pobre, pauperrimo e sempre a pedir... para os outros, para todos os necessitados, para mitigar o soffrimento, ou para o amparo dos velhos e enfermos, para a educação da infancia ou a instrucção do povo, etc., etc.

Dizia-se que tinha sido archeiro ou alabardeiro do piquete que seguia o coche imperial.

Donde havia de sahir o grande socialista!

O proprio imperador, depois que Octaviano Hudson revelou a sua personalidade moral, muito o apreciava, relevando-lhe como excentricidade o seu enthusiasmo democratico.

Elle celebrizou-se na sociedade fluminense como um *typo,* se o quizerem, quanto a encadernação, mas tambem como apostolo da caridade, alma sublime de candura e de infinita bondade.

E, além disto, um intellectual de primeira linha — poeta, philosopho e educacionista, auctor de um methodo de ensinar a ler numa só licção.

Octaviano Hudson era mais que amigo de Luiz Barbosa, era fanatico por elle.

Eis porque, por associação de idéas, abrimos aqui espaço para esta homenagem á sua memoria.

Em abril de 1872, por imposição do seu medico, teve o dr. Luiz Barbosa de deixar o Rio de Janeiro e aquelle afanoso trabalho no qual consumia a sua já deteriorada saude.

Retirou-se para a sua fazenda no municipio do Passa Tres, deixando na gerencia da *Republica* Salvador de Mendonça e transferindo, pouco depois, a propriedade da folha a Quintino Bocayuva.

Entre as reformas que o preoccupavam, quando na administração daquella empresa jornalistica, não podem passar em olvido os seus estudos aprofundados sobre a arte typographica.

Tinha imaginado a composição por grupos de letras e por syllabas; e para este fim mandára fundir unidos os grupos e terminações que mais se reproduzem na lingua vernacula.

Por este systema, ainda no periodo experimental, haviam consegnido o Octaviano Hudson e o proprio Lúlú Barbosa compôr com celeridade tres vezes maior que a de um bom artista typographo.

Hoje parece que este *record* está excedido pelas *machinas de compôr*.

Tanto na *Republica,* como num pamphleto que produziu sensação, sob o pseudonymo *Theodoro Parker,* Luiz Barbosa desferiu profundos golpes na instituição da escravidão, sem embargo

de ser o seu sogro proprietario de numero superior talvez ao de dois mil escravos.

É que elle não sabia transigir com as suas idéas, mormente com as idéas basicas de liberdade, justiça e humanidade.

Nos ultimos annos da sua vida, 1874-75, o dr. Luiz Barbosa exerceu a advocacia na cidade de Barra Mansa.

O que era o seu escriptorio naquella cidade já dissemos na chronica referente aos bachareis de 1858, falando de Braz Barbosa.

A 26 de junho de 1875, finou-se Luiz Barbosa da Silva, na fazenda da *Confiança,* municipio de Passa Tres, provincia do Rio de Janeiro. Deixou um filho e uma filha, que é casada com o dr. Braz Barbosa de Oliveira Arruda, advogado em S. Paulo.

No seu testamento, como traço eloquente de independencia mental, consignou a seguinte recommendação:

«Quero ser sepultado sem pompa alguma e enterrado nú, sem lençol, caso seja prohibido queimar o meu cadaver, como desejo, e lançadas as minhas cinzas em terreno de cultura agricola.

Prohibo que se digam missas por minha alma e se façam encommendações ou obsequios religiosos, em que não creio e que condemno

como superstição impia e esbanjamento de dinheiro que se pode aproveitar em esmolas, que peço aos que se lembrarem de mim depois de minha morte façam em meu nome ou intenção, como se diz vulgarmente.»

Instruido, espirituoso e amavel, o dr. Luiz Barbosa tinha uma conversa captivante e encantadora.

Eram, por vezes, engraçadas as replicas que lhe acudiam promptas e apropriadas, no correr da conversa.

Querem os leitores algumas amostras?

Como já dissemos, foi elle quem no jornalismo brasileiro instituiu a venda avulsa.

Vendiam-se os exemplares da *Republica* a 40 réis.

— Ora, a Republica a dois vintens! — disse-lhe alguem, chasqueando amphibologicamente. — Realmente pouco vale a sua Republica!

— Em compensação — retorquiu o Luiz Barbosa, mostrando ao interlocutor uma pequena moeda de 20 réis — aqui tem V. uma corôa imperial por um vintem!

Trazia elle botinas de cano alto que ficava occulto sob as calças.

— Porque usa V. destes cothurnos? — perguntou-lhe um bisbilhoteiro.

— Para preservar-me das dentadas de cães damnados.

Discutia elle um dia com seu cunhado Mr. Soulié sobre a belleza relativa das linguas franceza e portugueza.

Pretendia Mr. Soulié que a lingua portugueza é prejudicada por muitas consonancias nazaes, e ia dizendo:

— La langue portugaise est très nasale, neanmoins...

— Alto lá! — atalhou Lúlú. — Nós não temos uma conjuncção tão nasal como este seu *neanmoins.*

Estavam um dia na pittoresca fazenda do *Bom Retiro,* solar dos Barbosas, saboreando o delicioso fructo do abacateiro (em francez — *avocatier),* quando perguntou o mesmo Soulié — porque seria que o abacate se chamava em francez *avocat.*

Respondeu-lhe o Lúlú com este *calembourg:*

— C'est, peut-être, parce qu'il parle agréablement au palais.

Luiz José de Carvalho Mello e Mattos. — Fluminense, filho de Eustaquio Adolpho de Mello Mattos e nascido a 23 de janeiro de 1839.

Estatura regular, busto avantajado, rosto cheio, tez morena, cabellos castanhos, barba

quasi nenhuma; expressão physionomica repassada de affectuosa melancolia. Era myope e usava monoculo. Figura extremamente sympathica.

Talento primoroso, accrescido por intensa cultura literaria e notaveis dotes oratorios.

Era o Mello Mattos, no seu tempo, o orador official do corpo academico, nas grandes solemnidades. Os collegas conservavam de cór trechos e trechos das suas bellissimas orações.

As homenagens funebres prestadas a Gabriel Rodrigues dos Santos, cujo passamento profundamente abalou toda a população paulistana, assignalaram mais um notavel triumpho para o grande orador academico.

—«Dentro daquelle feretro,—dizia a voz commovida de Mello Mattos — repousa uma face pallida; tem a fronte alta, a bocca parece sorrir, a mão descança na attitude do pensamento. Naquella fronte Deus tinha accesa uma luz sagrada, naquellas mãos depuzera por vezes um grande poder. Junto daquelle cadaver ha muita gente que chora, mas todos o abençoam. Não houve naquella multidão uma cabeça que não se inclinasse deante dos restos do grande paulista. Era o seu ultimo triumpho.»

Este discurso, proferido em sessão funebre do *Ensaio Philosophico,* presidida pelo conselheiro Manoel Joaquim, é todo elle uma peça notavel

de eloquencia. Lamentamos não o poder, por longo, reproduzir integralmente aqui.

A *republica* de Mello Mattos, sita a principio na rua da Boa Morte e mudada depois para a da Gloria, constituira-se o centro literario, por assim dizer, official da mocidade academica, e era a capital da colonia fluminense na Paulicéa.

Alli se estudava, alli se discutia, alli se palestrava; compunham-se poesias, traçavam-se artigos de critica literaria, escreviam-se artigos de Direito para a *Revista do Ensaio Philosophico,* para os *Ensaios Literarios do Atheneu Paulistano,* para o *Kaleidoscopio,* o *Iris,* o *Tymbira* e outros periodicos academicos.

Estimado de todos pela meiguice do seu temperamento, de todos admirado pela sua superior intellectualidade, exercia Mello Mattos poderosa ascendencia, na roda dos collegas, sobre o movimento literario contemporaneo, e era por elles considerado como o espirito mais culto dentre os rapazes do seu tempo.

Causou, por isso, dolorosa extranheza a nota inferior de approvação que lhe foi dada no acto do seu 5.º anno.

É este mais um dos casos, a que ha pouco alludimos, de julgamentos por motivos extrinsecos.

Mas, comecemos pela narração da causa provavel desta injusta *simplificação.*

Mello Mattos e mais tres companheiros haviam feito constar a umas respeitaveis senhoras, suas vizinhas, da rua Boa Morte, que andavam desgostosos da vida e com muita propensão ao suicidio. Pouco depois desappareceram os sympathicos estudantes.

Suggestionadas pela combinação destes dois factos, as boas senhoras alarmam-se, alvoroçam-se, e, compungidas, dão publicidade ás suas sinistras apprehensões. Põe-se em movimento a policia. O «Luiz do Furtado» (mais tarde o grande Luiz Gama), escrivão da delegacia de policia, começou a percorrer a cavallo e esquadrinhar todos os bairros da cidade e os seus suburbios. Era visto á frente de um pelotão de cavallaria da Força Publica á pesquiza dos moços. Nenhum vestigio encontrou. Examinou as margens do Tieté e do Tamanduatehy, fez sondagens na represa do Bexiga, no tanque do Proença, nas lagôas do Tatúapé... e nada! nada vezes nada!

E neste afan decorrem tres longos dias.

As familias mostram-se já pesarosas, o espirito publico começa a emocionar-se, e a propria Academia, mais sceptica, suspeitosa até então de alguma troça, principia tambem a tomar-se de apprehensões.

Eis senão quando, alheios a toda aquella celeuma e como se nada houvera, apparecem singellamente na Academia e pela cidade o Mello Mattos e os seus companheiros, de volta de um

passeio á villa de Santo Amaro, onde tinham estado (isto não explicavam elles) numa esplendida pandega...

Caro sahiu aos travessos moços esta magnifica estudantada, pois contra elles muito pesou no fim do anno, na balança do julgamento.

O Mello Mattos e o Passos tiveram o desgosto de vêr a sua carta maculada por um *simpliciter;* dos outros, por não serem quinto-annistas, não colhemos noticia alguma.

Não se resignou como um cordeiro o Mello Mattos á injustiça dos lentes. Veiu á imprensa, e, em phrases maguadas, porém cheias de altivez, declarou que a sua simplificação «não tinha valor intrinseco», por não passar de mesquinha vingança de «um empoeirado douto».

Em consequencia deste protesto, resolveu a Congregação suspender-lhe a expedição da carta de bacharel; o governo, porém, em grau de recurso, ordenou que a mesma lhe fosse entregue.

Pouco após a formatura, foi Mello Mattos nomeado secretario da provincia do Rio Grande do Sul.

Em 1862 exerceu, com brilhantismo, a promotoria publica da Côrte; na Côrte conservou-se no exercicio da advocacia e nas pugnas da politica até seus ultimos dias.

Foi por muitos annos deputado á Assembléa

Provincial do Rio de Janeiro e em varias sessões presidente della.

Tambem fez parte como deputado geral da 14.ª e 16.ª legislaturas.

Tanto no desempenho de um como de outro desses mandatos, revelou sempre o dr. Mello Mattos a mesma elevação intellectual, firmeza de caracter e lealdade politica para com o partido conservador, no qual esteve alistado em toda a sua vida publica.

O dr. Mello Mattos falleceu no Rio de Janeiro, a 15 de julho de 1881.

Refere-se a respeito delle curioso incidente parlamentar que tambem não deixa de offerecer certo interesse como phenomeno psychologico.

Deu-se o caso na sessão legislativa de 1871. Estava na tribuna Mello Mattos, que, ouvido no maior silencio, começava o seu bello exordio...

Junto á mesa dos ministros, no recinto da Camara, assentava-se o Visconde do Rio Branco, presidente do Conselho.

Logo após as primeiras proposições do orador, toma Rio Branco de um lapis e sobre uma folha de papel traça provavelmente uma nota.

Foi quanto bastou para subitamente estacar o orador. Pasmo geral! A surpresa vae crescendo á medida que se escoam os segundos e depois os minutos, naquella situação para todos incommoda, e afflictiva para o orador. Tinham-lhe fu-

gido num momento todas as idéas, e via-se em estado de completa ausencia mental.

Não houve meio de proseguir: ao contrario, mais se prolongava a cruel situação, maior para elle a difficuldade de concentrar-se. Viu-se, pois, na indeclinavel contingencia, sem explicação alguma, sem mesmo um simulacro de excusa, de dar por terminado o seu discurso, num ponto e virgula talvez, ou mesmo numa virgula e... a assentar-se.

Imaginem a impressão produzida nas cadeiras ministeriaes, nas archibancadas da Camara, nas tribunas e nas galerias, por esse extranho desastre occorrido com uma das summidades intellectuaes do parlamento.

MANUEL ANTONIO DE PASSOS. — Fluminense, de Campos; filho de Bernardo Antonio de Passos.

Magro, alto, moreno, cabellos crescidos e anellados, rosto comprido, olhos negros e luzentes.

Moço rico, muito gastador, para o que dispunha de ordens francas.

Intelligente, mas vadio. Mais lhe aprazia *faire la noce* que ir ás aulas. Dava, por isso, infallivelmente os seus 39 pontos, afóra aquelles que, por aposta, lhe tirava o bedel Firmino.

O seu caracter phantasioso dava ora para fazel-o vir á Academia com as botas por engra-

xar, ora ao contrario num requinte de *chiquismo* ao ponto de envergar elegante casaca, luvas de pellica *marron* e calças... de palha de seda!

O seu modo de vida, mais que outra razão, acarretou-lhe um R, no 5.º anno: mas, nesse desastre, como acabámos de vêr, ficou elle em boa companhia, a saber, ao lado de uma das primeiras intellectualidades da sua turma academica.

Em todo o caso, não passou despercebida em S. Paulo a sua passagem pela Academia.

Formado, exerceu a advocacia em Campos, de onde, de tempo em tempo, vinha ao Rio ou á Barra Mansa, visitar o seu fraternal amigo Lúlú Barbosa.

É fallecido em sua cidade natal, a 9 de abril de 1887.

MANUEL JORGE RODRIGUES. — Rio-grandense; filho de Antonio Rozendo Rodrigues, e nascido a 22 de fevereiro de 1839.

Baixo, moreno, pallido; e, no moral, sério, circumspecto e intelligente.

Era um estudantão e pertencia á roda de Honorio Ribeiro.

Ainda estudante, casára-se com uma irman do seu collega Costa Pinto.

Foi juiz de direito nas comarcas da Encruzilhada e do Rio Pardo, na sua provincia natal, e em S. Paulo nas do Rio Claro, Campinas e capital.

Completado o prazo legal, aposentou-se com

todo o ordenado e com as honras de desembargador, e foi residir no Rio de Janeiro, onde falleceu no dia 27 de março de 1894.

Manuel Vieira dos Santos Machado. — Fluminense, de Valença ou Vassouras; filho de Manuel Vieira Machado.

Estatura regular, claro, olhos azues, meio calvo; physionomia sympathica.

Bom estudante, e, além disto, bom moço, de irreprehensivel procedimento.

Advogou primeiramente. Dedicou-se depois á vida de lavrador e teve fazenda de café em seu municipio natal. Falleceu no Rio de Janeiro a 11 de agosto de 1898.

Manuel Vieira Tosta. — Bahiano, filho do barão (depois visconde e por fim marquez) de Muritiba.

De pequena estatura, claro, corado, olhos vivos, cabellos pretos e bigodinhos.

O Tostinha, como lhe chamavam os collegas, gosava da estima geral e della se fazia merecedor pelos seus predicados moraes.

Intelligente, applicado, tudo quanto havia de bom... até religioso.

Um dia, declarou o Brotero, ao abrir a lista da chamada:

— Quero hoje ouvir o filho de um graúdo lá do Rio de Janeiro.

— Está pegado o Tostinha, — murmurou o Floriano Pinto.

E deu certo. E o filho do graúdo soube honrar, com uma boa licção, o nome do seu illustre progenitor.

Ao sahir da Academia, o dr. Vieira Tosta seguiu a magistratura; exerceu o juizado municipal na Bahia e o de direito em Santa Catharina, sendo posteriormente nomeado desembargador da Relação da Côrte.

Aposentou-se e foi agraciado com o titulo de Barão de Muritiba.

O advento da Republica encontrou-o no cargo de veador da casa imperial; nesse posto nobremente se conservou o Barão de Muritiba, e acompanhou no desterro a familia imperial. Vive hoje em Paris, onde continúa nobremente a exercer o cargo de veador de S. A. a princeza D. Izabel.

PEDRO LUIZ PEREIRA DE SOUZA. — Fluminense, de Araruama, filho do commendador Luiz Pereira de Souza, nascido a 13 de dezembro de 1839.

Um bonito moço, o mais bonito de sua turma. De estatura mediana, claro, côr de leite, pallido, cabellos pretos e ondeados, olhos grandes, limpidos e negros, olhar vivo e intelligente, fronte grande e scismadora, bocca regular, ornada de bellos dentes e de labios bem desenha-

dos e um pouco salientes, symptomaticos de temperamento voluptuoso; perfil correctissimo, barba preta côr de azeviche, que elle trazia toda, discretamente aparada em angulo assaz disfarçado, a Francisco I, e formando um bello contraste pela côr com a alvura de fina cutis; talhe elegante e mãos estheticamente modeladas.

Quando distrahido ou abstracto, transparecia-lhe no semblante uma vaga melancolia e cantarolava á meia voz *La donna è mobile,* de Verdi, ou qualquer outra ária sentimental, mas sempre de opera classica. Voltando a si dessas rapidas divagações, era o Pedro Luiz o mais amavel *causeur,* o mais encantador e o mais espirituoso de quantos havemos conhecido.

Na Academia, segundo o testemunho uniforme dos seus contemporaneos, elle sempre se destacou, nas aulas, como estudante de grande talento e muita applicação; nas associações literarias e na imprensa como vulto intellectual de primeira grandeza.

Na tribuna academica era sempre ouvido com agrado e applaudido com sincero enthusiasmo. Ás galas da sua culta imaginação, servida por uma palavra eloquente e estylo castigado, reunia-se ainda o timbre agradavel de sua voz de tenor.

Como poeta principalmente, conquistava os suffragios geraes. A sua lyra não tinha competi-

dora. Toda a gente repetia enlevada os seus bellissimos versos.

Destes, os mais populares eram os da *Serena estrella* ou *Lagrimas do passado,* derramadas quando o poeta não contava ainda 15 annos. Pedro Luiz não gostava dessa poesia. Taxava-a de «tola, banal e sem arte alguma». Era, entretanto, e ainda é, uma das mais populares da sua lyra.

Nunes Machado é outra composição dos seus verdes annos. Peçanha Povoa ([1]) refere as circumstancias interessantes em que pela primeira vez Pedro Luiz fez a leitura dessa magistral composição poetica a um grupo de collegas. O scenario foi a tradicional *Chacara dos Inglezes,* no largo da Gloria, e os espectadores... ora procure o leitor os *Annos Academicos,* e com isto muito ha de lucrar.

Fôra anachronismo falarmos agora da *Sombra do Tiradentes,* dos *Voluntarios da Morte,* da *Terribilis Dea,* os mais bellos alexandrinos da lingua portugueza; da *Prisca Fides,* tão leve, tão mimosa, e de tantas outras producções vindas depois da sua quadra academica.

Voltemos, pois, a essa quadra.

Rezam as chronicas do tempo que o Pedro

([1]) Peçanha Povoa, *Annos Academicos,* pag. 215 e seguintes.

Luiz, como em geral toda a colonia fluminense, trajava com apuro mas elegante simplicidade; que, alem disso, era indolente por temperamento, e que, não obstante, pouco o opprimiam os deveres escolares e os que espontaneamente contrahia para com as redacções das revistas e as associações literarias porque tinha extrema facilidade quer para os estudos juridicos e sociaes, quer para as produções literarias em prosa ou em verso; que, por fim, tinha elle um aspecto romantico, embora sem a melena caracteristica dos poetas, tão no gosto da época, mas que o Pedro Luiz jamais apreciou. Neste ponto, o mais que acceitava era a meia cabelleira, que sempre usou.

Na intimidade, informa-nos um seu collega, o Pedro Luiz era bastante alegre e muito dado a *flautear* a humanidade.

Sim, esta veia sarcastica, temperada com certa dose de malicia, mas destituida de maldade, conservou-a sempre elle em toda a sua vida. E pode lá haver espirito sem um pico de malignidade?

Os seus companheiros de casa e a sua roda habitual mais intima foram, em 1858, o Lafayette, o Baptista Pereira e o Thomaz Coelho, e, em 1860, o Mello Mattos, o Tosta, o José Pedro e cremos que o Bastos e o Padilha, que elle menciona na *Prisca Fides*, assim como o Jaco e o Calvetinho.

Os seus commodos na *republica* da rua da

Gloria compunham-se de duas peças (coisa rara em casa de estudantes) a saber, uma o quarto de dormir e a outra cumulativamente — sala de visitas, gabinete de estudo, *fumoir,* etc. A arrumação e a mobilia desta peça nada tinha de sumptuosa, valha a verdade; visava, porem, ao confortavel. Pedro Luiz tinha assim um temperamento ottomano e havia-se provido de um macio divan e almofada, *chaise-longue,* cadeira de balanço e de uma boa rêde. Para melhor fingir de grão-turco, adornava-se de um gorro e de uma folgada *robe de chambre* e fumava num longo cachimbo.

Sempre que, por occasião das férias, tinha de seguir para o Rio, procurava prover-se de uma latinha de *cangica* de fumo paulista. É a mesma que ainda hoje tanto apreciam o conselheiro Duarte de Azevedo e o commendador Bento Pereira e que sempre tinha entre os dedos, quando orava no Senado Estadual, o saudoso dr. Paulo Egydio.

Mas Pedro Luiz não tomava rapé, e menos ainda tabaco; nem isto é admissivel num poeta aos vinte annos. Era certamente para presentear alguma pessoa da sua amizade, ou, talvez, encommenda de alguma senhora edosa.

Uma vez, chamado á licção na aula do Cabral, o Pedro Luiz, como sempre acontecia, expoz com lucidez o assumpto e fez sobre elle a

critica adequada, discorrendo com criterio e segurança; deu, em summa, excellente licção.

Aconteceu, porem, que por inadvertencia havia citado um argumento de Lobão. Foi quanto bastou, no conceito do Cabral, para entornar-se o caldo.

Indo nesse dia um dos collegas á casa do velho lente, deparou-se-lhe o mesmo a dançar pela sala, cantarolando:

O Pedro Luiz
Deu má licção!
O Pedro Luiz
Citou Lobão!

De posse do seu pergaminho de bacharel, retirou-se para o Rio e ahi foi admittido a ter a sua mesa de advogado no escriptorio do mestre dos mestres, do grande Teixeira de Freitas.

Referiremos, na chronica relativa ao anno de 1836, algumas chistosas anecdotas que elle nos contou acerca do grande jurisconsulto.

Desde 1861, tomou parte activa na redacção da *Actualidade,* juntamente com Lafayette e Flavio Farnese.

No anno seguinte, era eleito pela provincia do Rio de Janeiro deputado á Assembléa Geral para a 12.ª legislatura, que durou de dezembro de 1862 a 1866.

Foi esse um periodo de muita evolução no scenario politico do Brasil. Basta dizer-se que

em menos de um quatriennio revesaram-se no poder cinco ministerios, a saber os gabinetes Olinda, Zacharias, Furtado, Olinda (pela segunda vez) e Zacharias (tambem pela segunda vez), até que em 1868 surgiu a situação conservadora.

Pedro Luiz era *liberal historico*. Neste caracter fez opposição ao gabinete *progressista* de 3 de agosto de 1866. Foi, por isso, derrotado na eleição de 1867 pelo candidato official, embora conservador, fortemente apoiado pelo governo.

Deste insuccesso, porém, facilmente se consolou elle, tendo feito uma conquista que lhe deu a felicidade no lar—a do coração da distincta senhora com quem se consorciou e foi a mãe dos seus gentilissimos filhos, D. Amelia Vallim, filha do commendador Manuel de Aguiar Vallim, e neta, pelo lado materno, do commendador Luciano José de Almeida, fazendeiros do Bananal.

Com a quéda da situação liberal, veiu Pedro Luiz estabelecer-se como fazendeiro no municipio de Barra Mansa, na *fazenda da Independencia,* em terras contiguas ás de seu sogro e limitrophes da provincia de S. Paulo.

Ahi se conservou nos lazeres da vida agricola em intimo convivio com a sua farta e selecta bibliotheca, affagado pela familia, pelos parentes e por uma estreita roda de amigos que muito o affeiçoavam.

Aproveitou-se do *otium* que lhe deixavam os prelios partidarios para realizar com a sua fami-

lia uma prolongada excursão pelo velho continente.

De regresso ao Brasil, teve, pouco depois, que volver ás agitações da politica, pois galgava o poder o gabinete Sinimbú, e Pedro Luiz tinha que obedecer ao toque de reunir.

Com a quéda do ministerio de 5 de janeiro de 1878, chamado o conselheiro Saraiva para organisar governo, confiou elle a Pedro Luiz a pasta dos Negocios Extrangeiros.

Neste posto se conservou o illustre fluminense até que, decretada a reforma eleitoral, teve que travar renhidissimo pleito no 11.° districto do Rio de Janeiro, sendo seu competidor Andrade Figueira.

Avultava nesse districto maioria conservadora; além disso, o candidato conservador, Andrade Figueira, gosava no momento, por suas idéas anti-abolicionistas, de grande popularidade no seio da lavoura, cujo eleitorado constituia talvez os nove decimos da força politica do districto.

Tarde conheceu Pedro Luiz que lhe ia faltando o terreno sob os pés, na campanha eleitoral.

Alguns dos seus mais dedicados amigos, o Barão do Rio Negro, por exemplo, que, noutras condições, não deixariam por nada de sustentar

a candidatura de Pedro Luiz, mantiveram-se inabalaveis ao lado do nome conservador e escravista. «Eis o meu collo — escrevia ao mais intimo delles, Pedro Luiz, tomado de angustia — mette o cutello!» E o seu fraternal amigo cumpria desapiedado o barbaro preceito — «a politica não tem entranhas!»

Deixando o seu logar no ministerio, teve Pedro Luiz, como ficha de consolação, a presidencia da provincia da Bahia.

Nesse posto prestou inolvidaveis serviços e deixou seu nome perpetuamente gravado numa rua e no bondoso coração do povo bahiano.

De lá voltou, algum tempo depois, com a saúde prejudicada, a ponto tal que, apesar dos desvelos que lhe prodigalizou toda a sua familia, veiu a finar-se para o mundo objectivo aquelle grande espirito no dia 17 de julho de 1884, no municipio de Bananal, na historica fazenda das *Tres Barras,* então de propriedade do seu concunhado e estremoso amigo dr. Rubião Junior.

Para não ficarmos, os leitores e o narrador, sob a impressão dolorosa deste final, consignemos aqui alguns casos anecdoticos a proposito de Pedro Luiz.

Como se sabe, produziu no Rio, nas rodas

e salões mais ou menos palacianos, verdadeiro successo de escandalo a sua monumental poesia republicana *A sombra do Tiradentes,* publicada exactamente por occasião da festa inaugural da estatua equestre de D. Pedro I, a saber, a 30 de março de 1862.

Pois bem: poucos dias depois, achando-se o joven deputado num baile de gala no Cassino, veiu ter com elle um veador do paço, a dizer-lhe que o Imperador desejava conhecel-o e lhe pedia que fosse á sua presença.

Pedro Luiz cahiu das nuvens; depois, reflectindo, objectou:

— Quem sabe se ha equivoco! Bem poderá ser o Pedro Muniz, deputado pela Bahia.

Retirou-se o veador, para melhor se informar, e, voltando logo depois, declarou:

— É mesmo v. ex.ª, pois S. M. explicou: Pedro Luiz, o auctor dos *Voluntarios da Morte.*

Já não havia excusa possivel. Feita a apresentação, o imperador conversou amistosamente com o laureado cantor do Tiradentes, felicitando-o pelo seu estro e mencionando com muito encomio varias producções delle, menos (naturalmente) aquella em que mais pensava, *A sombra do Tiradentes.*

Residiu por algum tempo na freguezia do *Curato* ou Espirito Santo da Barra Mansa, hoje Estação do Rialto, um cavalheiro estimavel, de origem mineira e portador de um nome excen-

trico. Recommendado pelo barão de Joatinga, seu parente, ao dr. Pedro Luiz, para que este, por sua vez, o recommendasse ao conselheiro Octaviano, o pedido foi acolhido com o maior agrado, e já Pedro Luiz com a penna sobre o papel, inquiriu do apresentado:

— Qual é o seu nome?

— Americo Brasil Mineiro de Baependy.

— Que?!

O sr. Americo repetiu o nome.

— Diga-me uma coisa. — inquiriu então o Pedro Luiz. — O senhor, pelo que conjecturo, é natural de Baependy...

— Sim, senhor.

—... e quer com os appellidos que adoptou dar uma indicação completa da sua origem?

— Exactamente.

— Pois, então, para que o endereço seja completo, porque não accrescenta ao final do nome — a rua e o numero da casa em que nasceu?

Tinha o Pedro Luiz um filhinho nascido em Paris e amamentado por uma ama franceza que com elle veiu ao Brasil. Por essa razão, imaginando que a creança soubesse falar francez, perguntámos-lhe um dia, na presença do pae:

— Oh! Pedrinho, v. sabe falar francez?

— Sei — respondeu sem titubear o Pedrinho.

— Então, fale.

— «Francez» — disse o menino.

Rimo-nos muito da convicção com que elle falava. Então accrescentou o dr. Pedro Luiz:

— Este menino é o maior polyglotta do mundo. Quer vêr: Ó Pedro, v. não sabe falar todas as linguas?

— Sei — disse o Pedrinho.

— Pois fale, então.

— «Todas as linguas».

— Está ouvindo? Nada mais categorico, — disse a rir o ditoso pae.

RODRIGO PEREIRA BARRETO. — Fluminense, de Rezende; filho do commendador Fabiano Pereira Barreto, irmão dos drs. Luiz Barreto e Candido Barreto, e primo irmão do senador deste Estado, dr. Rodrigo Leite. Nasceu a 7 de novembro de 1835.

Estatura regular, claro, corado, rosto redondo, pouca barba, cabellos castanhos.

Bom estudante. Intelligente e applicado.

De temperamento communicativo, e affectuoso; muito apreciador de boa palestra e elle mesmo «excellente prosa», como se diz ainda.

Muitas são as suas estudantadas, algumas das quaes com fito moralisador, como a seguinte: Morava na *republica* do Rodrigo um *bicho,* parente seu, muito peralta e perdulario, a tal ponto que teve, por fim, de ser *recambiado* pelo pae.

Esse moço, de nome Ramos, apaixonára-se pela Antoninha Bella e tornára-se surdo a todos os conselhos tendentes a afastal-o da formosa mundana.

Um dia, mandou-lhe a Antoninha pedir um camarote de 2.ª ordem (a ordem nobre naquelle tempo) para a representação theatral da mesma noite. O pedido, interceptado pelo Rodrigo Barreto, teve deste como resposta que — não havia duvida, mandasse buscar o bilhete, logo mais, ás tantas horas da tarde.

Á hora aprazada, volta pontualmente a portadora e recebe do mesmo Rodrigo, representando de Ramos, o bilhete promettido.

Bem. Á noite, no theatro já começava o espectaculo quando se ouve uma discussão e logo após uma altercação nos corredores de 2.ª ordem.

Era o Custodio Fontes que, indignado, defendia o seu camarote da invasão da Antoninha Bella. Esta, por sua vez, reclamava o despejo do intruso, que se installára no camarote della...

Imperiosos — scio! sci...i...o! — prorompem da platéa e das galerias. Continúa o rumor, que perturba o espectaculo. Acode a policia e é chamada a administração do theatro.

Apurado o caso, verifica-se que se apresentavam dois bilhetes de aluguer do mesmo camarote.

— Como é isto?! — inquerem todos.

Declarou, então, a empreza que o bilhete

verdadeiro era o do Cardoso Fontes e que o outro era falsificado, como se podia conhecer da sua data emendada.

Irritou-se então a Antoninha Bella, e, força é convir que com toda a razão. Estava bem castigada, dizia, por dar confiança a um *bicho!* Como esta, proferiu outras palavras imprudentes, cuja consequencia, prevista pelo Rodrigo, foi o rompimento definitivo entre o amoroso par, e, portanto, a salvação do Ramos.

Foi advogado e fazendeiro em Rezende, depois no Ribeirão Preto. Tem hoje um sitio aprazivel, com mata virgem ao lado e bem provido pomar, na estação de Itaquera, districto de S. Miguel. É capitalista e industrial.

Tiburcio Valeriano da Rocha Lins. — Alagoano, filho de Bento José da Rocha Lins.

Estatura regular, magro, moreno, barbudo, grande e farta cabelleira. Temperamento nervoso. Já não era menino.

Hesitava muito todos os dias, á porta da aula, se deveria ou não entrar... Aos sabbados, crescia a sua indecisão.

Não era, todavia, mau estudante, pois tinha intelligencia, acompanhava as licções e procurava superar as difficuldades suscitadas.

Trazia tres annos de curso da Faculdade do Recife.

Seguiu a carreira da magistratura, e, em

1862, era juiz municipal na provincia das Alagôas.

Dahi por deante, nenhuma noticia temos a seu respeito, a não ser a do seu fallecimento, em Maceió, a 7 de abril de 1898.

INDICE

DO MESMO AUCTOR:

Direito civil — Dissertação sobre a these : «Na herança ou legado condicional, transmitte-se a esperança *debitum-iri?*» — S. Paulo. 1872.

Ensaios juridicos e sociaes. — S. Paulo. 1873.

Theses e Dissertação para obter o gráo de doutor. — S. Paulo 1874.

Direito Constitucional. — Monographia sobre a these: «Podem os Estados e os Municipios contrahir emprestimos externos?» — S. Paulo. 1904.

Economia Politica. — Estudo sobre a denominação «Economia Politica». — S. Paulo. 1905.

Economia Politica. — Qual o objecto da Economia Politica? Estudo didactico. — S. Paulo. 1906.

Economia Politica. — Estudo sobre o valor. — S. Paulo. 1907.

A Academia de S. Paulo. — Tradições e Reminiscencias. 1.ª série. — S. Paulo. 1907.

A Academia de S. Paulo. — Tradições e Reminiscencias. 2.ª série. — Lisboa.

NO PRELO

A Academia de S. Paulo. — Tradições e Reminiscencias. 4.ª série.

7/7/29 nac.